

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**EDUARDO LUIZ FORTTI**

**A CIDADE DE SÃO PAULO, OS TRABALHADORES E A NATUREZA NO  
FINAL DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO XX**

**GUARULHOS**

**2019**

EDUARDO LUIZ FORTTI

A CIDADE DE SÃO PAULO, OS TRABALHADORES E A NATUREZA NO FINAL  
DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO XX

Dissertação de mestrado apresentada à  
Banca Examinadora do Programa de  
Pós-Graduação em História da Escola de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade Federal de São Paulo como  
requisito para a obtenção do título de  
Mestre em História. Linha de Pesquisa:  
Instituições, Vida Material e Conflito.  
Orientador: Prof. Dr. Janes Jorge.

GUARULHOS

2019

FORTTI, Eduardo Luiz.

A cidade de São Paulo, os trabalhadores e a natureza no final do século XIX e começo do XX.

Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Guarulhos, 2019.

Orientador: Janes Jorge.

I. Natureza, São Paulo, Trabalhadores. II. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas. III. Relação dos trabalhadores da cidade de São Paulo com a natureza.

**Eduardo Luiz Fortti**

**A CIDADE DE SÃO PAULO, OS TRABALHADORES E A NATUREZA NO  
FINAL DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO XX**

Dissertação de mestrado apresentada à  
Banca Examinadora do Programa de Pós-  
Graduação em História da Escola de  
Filosofia Letras e Ciências Humanas da  
Universidade Federal de São Paulo como  
requisito para obtenção do título de  
Mestre em História

Área de concentração: Instituições, Vida  
Material e Conflito.

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Fernando Atique  
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

---

Profa. Dra. Cristina Campos  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

---

Prof. Dr. Roger D. Colacios  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Para minha esposa Mariana e meu filho Lucas.  
Meus pais e irmãos.

## AGRADECIMENTOS

Fazer agradecimentos é um ato de humildade, afinal eu não chegaria até aqui sem ter a ajuda e a paciência de muita gente.

Primeiramente eu gostaria de agradecer a todos e todas que lutam em defesa da natureza neste Brasil, um agradecimento em especial para Chico Mendes, que no mesmo período que termino essa dissertação, dezembro de 2018, completam-se trinta anos de seu assassinato em Xapuri- AC. A sua luta continua.

Com isso, agradeço à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), por abrir as portas para muitos estudantes buscarem seus objetivos e desenvolvimento intelectual.

Ao meu orientador Prof. Dr. Janes Jorge que aceitou caminhar comigo nessa longa jornada. E que, desde nosso primeiro encontro, eu ainda como aluno de graduação na PUC-SP, abriu-me uma incrível janela da História Ambiental e foi por ela que enxerguei uma possibilidade riquíssima de me transformar em pesquisador. Sou muito grato a ele que, fico à vontade em dizer, é o maior entusiasta da História Ambiental no Brasil.

Agradeço à Tomico Hashimoto que com muito carinho me ajudou pessoalmente e via e-mail com o acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, com sua ajuda tive um grande progresso na pesquisa. À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina de Campos e ao Prof. Dr. Fernando Atique que com muita paciência fizeram parte da construção deste trabalho, fazendo parte das bancas de qualificação e de defesa.

Também agradeço aqui o Acervo Iconográfico do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Outra parte das imagens utilizadas são do Acervo digital da Fundação Energia e Saneamento. Segundo a própria fundação, foi fundada em 1998 como Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, e é no ano de 2004 que se apresenta da seguinte forma no próprio site: “a Fundação incorpora a temática do saneamento à sua missão. Assim surgiu a Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento ou, simplesmente, Fundação Energia e Saneamento.”. E, segundo sua missão de “preservar, pesquisar e divulgar o patrimônio dos setores de energia e saneamento por meio de ações de educação e cultura, nos eixos de história, ciência, tecnologia e meio ambiente”, tenho o orgulho de dizer que em termos de pesquisa em história e meio ambiente tal missão foi alcançada.

Aos amigos e historiadores que me ajudaram nesses anos, desde o desenvolvimento do projeto, em agosto de 2015, até esses últimos passos do mestrado, Gabriel Nascimento, Luis Gustavo Reis, Ricardo Sinigaglia Arruda, Vinícius Augusto Guimarães e Victor Amadeu Soler.

Ao meu pai, Domingos Fortti, nunca vou esquecer quando seus olhos se encheram de lágrimas ao saber que eu tinha entrado em uma universidade pública para um dia ser mestre.

À minha mãe, Elci Justina de Santi, que teve muita paciência em me receber novamente em sua casa em São Paulo, enquanto eu ainda frequentava algumas aulas e já morando em Curitiba.

Agradeço enormemente à minha esposa, Mariana Martins Nunes, que desde o início dessa caminhada me ajudou. Lendo e revisando meus textos, relatório de qualificação e dissertação de mestrado.

Fico muito feliz em ter você ao meu lado, nas horas mais difíceis foi você quem me levantou e me fez acreditar no meu trabalho.

E esta dissertação chega ao fim com muita emoção e com o nascimento do nosso primeiro filho, Lucas Nunes Fortti.

## **RESUMO**

Este estudo busca entender as relações sociais que se construíram a partir da ligação dos trabalhadores pobres da cidade de São Paulo com a natureza no final do século XIX e começo do XX. Esta relação está carregada de inúmeros interesses políticos e sociais. Na primeira parte procuramos analisar os processos de urbanização e crescimento demográfico ocorridos na cidade no período estudado e de que forma a natureza se fez presente ao longo desses processos. Em seguida, buscamos reconstruir de que modo a natureza estava presente no cotidiano dos trabalhadores pobres da cidade, servindo de base para a alimentação e para trabalhos ocasionais. E, finalmente, analisamos de que forma o poder público via a natureza e nela intervinha a partir da edição de leis e regulamentos, que afetavam diretamente a vida do trabalhador pobre da cidade em sua sobrevivência.

### **Palavras-chave:**

Trabalhadores pobres; Natureza; São Paulo; História Ambiental.



## **ABSTRACT**

This study tries to understand the social relations that were constructed from the connection of the poor workers of São Paulo's city with the nature in the late nineteenth and early twentieth centuries. This relationship is loaded with numerous political and social interests. This intervention in the nature of São Paulo is loaded with numerous political and social interests. In the first part we seek to analyze the processes of urbanization and demographic growth that occurred in the city during the studied period and how nature was present throughout these processes. Then we seek to reconstruct how nature was present in the everyday life of the poor workers in the city, serving as a basis for food and occasional work. At last, we analyze how the public power perceived nature and intervened on it from the edition of laws and regulations, which directly affected the life of the poor workers of the city in their survival.

### **Keywords:**

Poor workers; Nature; São Paulo; Environmental History.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### MAPAS:

**Mapa 1. São Paulo - chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro, desaparecidos com o crescer da cidade.** – p. 31

Escala 1:20.000, s/d, Acervo do Museu Paulista. Extraído de: Reis, Philippe Arthur dos. *Construir, morar e viver para além do centro de São Paulo: os setores médios entre a urbanização e as relações sociais do Brás (1870-1915)* / Orientadora: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. São Paulo, 2017, p. 38.

**Mapa 2. Pormenor do mapa de São Paulo - chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro, desaparecidos com o crescer da cidade.** – p. 32

Escala 1:20.000, s/d, Acervo do Museu Paulista. Extraído de: Reis, Philippe Arthur dos. *Construir, morar e viver para além do centro de São Paulo: os setores médios entre a urbanização e as relações sociais do Brás (1870-1915)* / Orientadora: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. São Paulo, 2017, p. 38.

**Mapa 3. Área Urbanizada 1882/1914.** – p. 89

Disponível em: <[http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/img/mapas/urb-1890-1900.jpg](http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1890-1900.jpg)>. Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa. Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003. Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro. Acesso em: 19 jun. 2018.

### IMAGENS:

**Imagem 1. Capa da revista *O Imigrante*, 1908.** – p. 37

Volume 1. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/arabes/origem-e-destino-dos-imigrantes.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

**Imagem 2. Embarque de italianos para o Brasil, 1910. – p. 38**

Acervo digital: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.  
<[http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI\\_ICO\\_AMP\\_022\\_004\\_011\\_001.jpg](http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_022_004_011_001.jpg)> Acesso em: 03 jul. 2018.

**Imagem 3. Desembarque de imigrantes na estação ferroviária da Hospedaria de Imigrantes, São Paulo, 1908. – p. 39**

Acervo digital: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.  
<[http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI\\_ICO\\_AMP\\_019\\_001\\_002\\_001.jpg](http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_019_001_002_001.jpg)> Acesso em: 03 jul. 2018.

**Imagem 4. Operários italianos em Olaria, São Caetano do Sul, 1912. – p. 41**

Acervo digital: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.  
<[http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI\\_ICO\\_AMP\\_060\\_004\\_010\\_001.jpg](http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_060_004_010_001.jpg)> Acesso em: 03 jul. 2018.

**Imagem 5. Cabrião – Seminário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867. – p. 50**

Extraído de: Aprobato Filho, Nelson. *O couro e o aço sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia final do século XIX / início do XX*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006, p. 55.

**Imagem 6. Bonde à tração animal, São Paulo, 1895. – p. 51**

Acervo: Divisão de Iconografia e Museus/DPH/PMSP.  
<[http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI\\_ICO\\_AMP\\_055\\_001\\_069\\_001.jpg](http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_055_001_069_001.jpg)> Acervo digital: Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Acesso em: 03 jul. 2018.

**Imagem 7. Área externa dos estábulos localizados à rua Augusta [na altura da rua Fernando de Albuquerque], provavelmente no terreno ocupado posteriormente pela Subestação Rua Augusta, destinados às mulas empregadas no serviço de bonde à tração animal. 24/06/1901. – p. 53**

Acervo digital: Fundação Energia e Saneamento. Acesso em: 29 nov. 2018.

**Imagem 8. Fachada dos estábulos do Brás, na Avenida Intendência Celso Garcia. Instalações destinadas às mulas empregadas no serviço de bonde à tração animal, incorporadas pela empresa na fase inicial. 19/06/1901. – p. 54**

Acervo digital: Fundação Energia e Saneamento. Acesso em: 29 nov. 2018.

**Imagem 9. Estábulo destinado às mulas utilizadas nos bondes à tração animal, localizados no bairro de Santa Cecília. 24/06/1902. – p. 55**

Acervo digital: Fundação Energia e Saneamento. Acesso em: 29 nov. 2018.

**Imagem 10. Fachada dos estábulos localizados no Cambuci, à rua dos Lavapés, destinados às mulas empregadas no serviço de bonde à tração animal, incorporadas pela Light SP na fase inicial da empresa. – p. 56**

Acervo digital: Fundação Energia e Saneamento. Acesso em: 29 nov. 2018.

**Imagem 11. Rua Capitão Salomão entre 1905 e 1910. – p. 57**

Acervo: Agência Estado. Jornal O Estado de S. Paulo. Extraído de: Aprobato Filho, Nelson. *O couro e o aço sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia final do século XIX / início do XX*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006, p. 148.

**Imagem 12. Registro de Vincenzo Pastore, da lavanderia às margens do Tamanduateí, entre 1900/1910. – p. 61**

Acervo digital: Instituto Moreira Salles. <<https://ims.com.br/titular-colecao/vincenzo-pastore/>> Acesso em: 08 jun. 2017.

**Imagem 13. Fachada do estábulo, situado na rua José Paulino, então rua dos Imigrantes, no Bom Retiro, destinado aos burros utilizados nos bondes de tração animal. 1901. – p. 62**

De Gaensly, Guilherme. Bairro Bom Retiro (São Paulo, SP). Acervo digital: Fundação Energia e Saneamento. Acesso em: 03 jun. 2018.

**Imagem 14. Grande cocheira, provavelmente reunindo burros usados nos bondes de tração animal. 1901. – p. 63**

Em função dos edifícios ao fundo, entre eles o alto do Convento da Luz, ao centro, pode-se supor que este terreno era localizado na rua Três Rios. De Gaensly, Guilherme. Bairro Bom Retiro (São Paulo, SP). Acervo digital: Fundação Energia e Saneamento. Acesso em: 03 jun. 2018.

**Imagens 15 e 16. Vale do Itororó, São Paulo, 1935. – p. 67**

De Lévis-Strauss, Claude. Acervo: Instituto Moreira Salles. <<https://ims.com.br/titular-colecao/claude-levi-strauss/>> Acesso em: 11 jun. 2018.

**Imagem 17. Os quintais e a topografia. – p. 69**

Vista panorâmica da várzea do Tamanduateí, cidade de São Paulo. Aquarela de Pallière, Arnaud Julien, 1821-1822, imagem estirada na vertical. Extraído de: Silva, Luís Octávio da. Quintais e morada brasileira. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, dez. 2004, p. 68.

**Imagem 18. Cidade do século XIX não identificada. – p. 70**

Aquarela de Dutra, Miguel. Miguel Dutra, o poliédrico artista paulista. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 1981, p. 19. Extraído de: Silva, Luís Octávio da. Quintais e morada brasileira. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, dez. 2004, p. 66.

**Imagem 19 . Largo do Tesouro. 1862. – p. 76**

A rua das casinhas ficava ao lado da construção de quatro pavimentos. De Paiva, Domingos. Disponível em: <<https://saopaulopassado.wordpress.com/2016/01/16/a-rua-das-casinhas/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

**Imagem 20. Carroça de vendedor de frutas italiano, no bairro da Moóca. São Paulo, 1920. – p. 77**

Acervo: Divisão de Iconografia e Museus/DPH/PMSP, 1920. Acervo digital: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<[http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI\\_ICO\\_AMP\\_019\\_001\\_066\\_001.jpg](http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_019_001_066_001.jpg)> Acesso em: 03 jun. 2018.

**Imagem 21. Tabela de vacas matriculadas na prefeitura, relatório de 1899. – p. 79**

Extraído de: Código de Posturas. Consultado no Acervo do Arquivo Municipal Washington Luiz em 2016.

**Imagem 22. Vista da várzea do rio Tamanduateí, em direção ao sul, em ponto próximo ao pátio ferroviário do Pari, na altura da futura Subestação Paula Souza, tendo ao centro a ponte da estrada de ferro Santos - Jundiaí - SPR - São Paulo Railway. – p. 87**

Ao fundo observa-se parte da colina central, tendo ao meio, na linha do horizonte, o convento e a igreja de Nossa Senhora do Carmo, e, à esquerda, a Igreja da Boa Morte. 27/01/1900. De Gaensly, Guilherme. Acervo digital: Fundação Energia e Saneamento. Acesso em: 03 jun. 2018.

**Imagem 23: Imagem mostrando trabalhadores perto de poste de energia elétrica. – p. 90**

25/08/1901. São Paulo, SP. Acervo digital: Fundação Energia e Saneamento. Acesso em: 26 nov. 2018.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I: CIDADE E NATUREZA.....</b>	<b>30</b>
<b>I.I: CÃES, FORMIGAS, TRANSPORTE E LAVADEIRAS.....</b>	<b>56</b>
<b>CAPÍTULO II: CIDADE E ALIMENTAÇÃO.....</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO III: CIDADE E TECNOCRACIA.....</b>	<b>86</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

Difícil não se deparar, atualmente, com notícias, campanhas e debates sobre a disputa política travada entre os defensores da natureza e o grande capital para o qual a preservação de áreas verdes, rios, etc, muitas vezes representa um entrave para os negócios, para uma parte da sociedade, bloqueia o desenvolvimento. A exemplo disso podemos citar a construção da Usina de Belo Monte e a expansão de áreas para a produção de *commodities*, como cana de açúcar e soja. No entanto, este embate não está presente apenas nas grandes obras, mas também em pequenos detalhes cotidianos, que passam muitas vezes despercebidos pela grande maioria. Por exemplo, a cidade de São Paulo passou por uma grande discussão no final do ano de 2014 e início de 2015, quando o até então prefeito Fernando Haddad colocou em vigor a lei 15.374/2011, sobre a utilização de sacolas plásticas no comércio. Enquanto, mais recentemente, outras cidades vêm proibindo o uso de canudos plásticos, seguindo o crescimento da discussão da produção de lixo plástico, a cidade do Rio de Janeiro foi a primeira capital a fazer essa proibição. São embates cotidianos que, cada vez mais, têm ressaltado a urgência de se compatibilizar a preservação da natureza com o desenvolvimento econômico.

Dessa forma, torna-se a cada dia mais evidente, sobretudo nas grandes cidades, as desastrosas consequências que o descaso com a natureza tem gerado, a exemplo das constantes enchentes, dos deslizamentos de terra, da poluição dos rios, da crise hídrica e do desmatamento de áreas verdes, que vitimiza, sobretudo, as populações mais pobres, tanto por ocuparem os lugares mais degradados quanto por perderem uma importante fonte de sobrevivência, seus bens de consumo e referências que construíram durante a vida. Como aponta o historiador Roger D. Colacios “o paulistano de hoje convive com a poluição em todos os níveis, sonoro, atmosférico, fluvial”<sup>1</sup>.

Por outro lado, não se pode perder de vista a necessidade de consideração da dimensão histórica e social na análise da questão ambiental. Neste sentido, vislumbramos desde o final do século XIX e início do século XX um processo da regulamentação das políticas que envolviam a natureza no Brasil – muitas delas bem

---

<sup>1</sup> COLACIOS, R. D. São Paulo da Garoa? São Paulo das Enchentes!: a cidade e as mudanças climáticas. In: *Cidades Paulistas: estudos de História ambiental urbana*. Org. Janes Jorge. – 1º Ed. São Paulo: Alameda, 2015, p. 338. Neste artigo Colacios faz um excelente levantamento sobre as leis em diversos ambientes políticos, federal, estadual e municipal, focando principalmente na cidade de São Paulo. E como os debates internacionais influenciaram as decisões de diversos políticos, seguindo as regras estabelecidas ou não, ao longo do século XX.



intencionadas do ponto de vista da necessidade de preservação ambiental –, estabelecendo uma série de restrições/proibições quanto ao uso dos recursos naturais, como a caça, a pesca, a agricultura, a coleta e o extrativismo vegetal, consolidando práticas autoritárias de controle e tratando com completo descaso as populações locais, que são violentamente despojadas de suas terras, tradições e modos de vida em nome da preservação do meio ambiente<sup>2</sup>.

Neste ponto, a História Ambiental no Brasil pode lançar luz sobre a racionalização das desigualdades sociais e dos interesses econômicos, contida na mistificação do “progresso”<sup>3</sup>. A História Ambiental, em constante expansão devido à atualidade e importância das discussões que suscita, surgiu como uma área de interesse já no início da minha graduação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), local onde conheci, no ano de 2008, o meu orientador Janes Jorge e seu trabalho sobre a história do rio Tietê.

O interesse pela área era alimentado pelas indagações que me surgiam diariamente ao atravessar a Ponte da Casa Verde<sup>4</sup>, observando o rio Tietê e suas margens, imaginando como eram antes da expansão desenfreada da cidade e por que se tornaram lugares tão insalubres. A exposição como a *Pets*, do artista plástico Eduardo Srur, em 2008, que colocou garrafas pets gigantes entre a Ponte da Casa Verde e a Ponte do Limão<sup>5</sup> também me ajudaram a pensar sobre o tema.

Ademais, as memórias de pessoas mais velhas relatando como antigamente as pessoas cuidavam mais da natureza ou como nos afastamos da natureza faziam-me questionar se, realmente, as pessoas cuidavam mais da natureza e como as pessoas aproveitavam a natureza na cidade de São Paulo em outros períodos, fazendo-me mergulhar, cada vez mais, nas questões postas pela História Ambiental.

Com esses questionamentos e a partir da leitura do trabalho de Janes Jorge iniciei minha primeira pesquisa na área, ainda tímida e sem muito aprofundamento teórico e metodológico, intitulada “Caça e Pesca: lembranças de uma cidade que não

---

<sup>2</sup> FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. Unidades de Conservação de Proteção Integral e Territórios Quilombolas em Novo Airão, Amazonas. In: WAGNER, Alfredo. *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010, p. 143/151.

<sup>3</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. Brasil: Desafios para uma história ambiental. In: *Revista Nômadias* (Col.), N 22, Abril, 2005, p. 26-35, Universidad Central Bogotá, Colombia.

<sup>4</sup> “Ponte da Casa Verde” é o seu nome popular, mas esta ponte tem como nome oficial Jornalista Walter Abrahão.

<sup>5</sup> “Ponte do Limão” é o seu nome popular, mas esta ponte tem como nome oficial Adhemar Ferreira da Silva.

voltará. São Paulo e sua relação com a natureza no final do século XIX e começo do século XX”, para o trabalho de conclusão de curso da PUC/SP, apresentado em 2011.

Neste trabalho debruçei-me sobre o estudo do cotidiano dos caçadores e pescadores na cidade de São Paulo em fins do século XIX e início do século XX, tendo como enfoque o fato de serem categorias de trabalhadores que se relacionavam diretamente com a natureza.

A partir deste trabalho percebi que os caçadores e, principalmente, os pescadores faziam parte do cotidiano da cidade e integravam uma dimensão muito mais ampla de pessoas, que estavam presentes nos textos dos memorialistas, que usavam a natureza para sobreviver, sendo uma grande ferramenta para melhorar sua renda e sua dieta<sup>6</sup>.

Depois disso, no entanto, me afastei um pouco da discussão, retomando-a apenas no ano de 2015, quando ingressei no mestrado pela UNIFESP. Nesse momento, optei em expandir o objeto da minha primeira pesquisa, buscando assim reconstruir a relação da população da cidade de São Paulo com a natureza. Posteriormente, ao longo dos três anos de elaboração desta dissertação, em constantes diálogos com o orientador Janes Jorge, com as aulas da Pós-graduação e com a grande contribuição do curso da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edilene Teresinha Toledo, “História Social: Teoria, Metodologia e Historiografia”, que foi um divisor de águas para minha pesquisa, tanto pelas discussões em sala de aula quanto pela referência bibliográfica apresentada, abriu-se um caminho para o meu trabalho unindo História Social e Ambiental. Com os encontros do Grupo de Trabalho (GT) de História Ambiental surgiram duas apresentações, a primeira intitulada “Trabalho, alimentação, esporte e lazer: a relação da população de São Paulo com o mundo natural”, apresentada no V Seminário de Pesquisa sobre História, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, GT de História Ambiental - ANPUH-SP, em 25 de outubro de 2017, e a segunda com o título “Os trabalhadores e a natureza em São Paulo no final do século XIX e início do XX”, apresentação que ocorreu dia 04 de setembro de 2018 e teve o seu texto publicado nos Anais do XXIV Encontro Regional da ANPUH-São Paulo História e Democracia: precisamos falar sobre isso. O encontro foi realizado na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Guarulhos). Também fundamentais para o desenvolvimento da dissertação foram os apontamentos feitos pela

---

<sup>6</sup> FORTTI, Eduardo Luiz. *Caça e Pesca: lembranças de uma cidade que não voltará. São Paulo e suas relações com a natureza no final do século XIX e começo do século XX*. Artigo equivalente a Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2009.

banca de qualificação formada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina de Campos (UNICAMP) e pelo Prof. Dr. Fernando Atique (UNIFESP), os questionamentos e as sugestões enriqueceram muito o trabalho final, com observações e cortando possíveis erros. Assim, foram realizados alguns cortes no objeto inicial de pesquisa a fim de viabilizar a sua construção, até que se definiu o seu objeto na relação entre a cidade de São Paulo, os trabalhadores pobres e a natureza.

Para a construção deste trabalho, preliminarmente partimos do pressuposto de que na natureza, ou mundo natural, como define Keith Tomas na introdução do seu rico trabalho, “surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem” e seu estudo caminha para “percepções, os raciocínios e os sentimentos dos ingleses no início da época moderna frente a animais, pássaros, vegetação e paisagem física.”<sup>7</sup>. Temos então uma imensidão para o que seria a natureza em nosso estudo, porém, escolhemos alguns pontos que são relevantes para o cotidiano de São Paulo no nosso período, essas escolhas são importantes, afinal, é um tema vasto e dificilmente teríamos condições de abarcar todos os pontos. Então trabalhamos aqui com os seguintes pontos: os rios, os animais e as áreas verdes. Também utilizamos em nossa reflexão os conceitos tais quais expostos por Wagner Costa Ribeiro, o ambiente natural e o ambiente produzido. O primeiro “é o produto da interação dos processos físicos e químicos, cuja dinâmica diz respeito aos processos internos daqueles sistemas, nos quais a espécie humana não interfere diretamente com sua presença física” e o segundo é aquele ambiente ocupado pela presença humana, no qual necessariamente existe “a alteração do ambiente natural”, e dele podemos destacar dois ambientes produzidos: o ambiente agrícola e o ambiente urbano<sup>8</sup>.

Com efeito, é um grande desafio pensar essas questões para quem vive em uma cidade como São Paulo, que, por exemplo, convive com os seus rios poluídos e muitas de suas margens transformadas em pistas para automóveis. Ao mesmo tempo, colocamos as questões: como a natureza se transformou? Em benefício de quem?

Assim, tão importante quanto estar consciente sobre as questões ambientais é perceber a importância imediata que a natureza possui no nosso cotidiano, e, para isso,

---

<sup>7</sup> THOMAS, Keith. O Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500- 1800; tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras. 1988. p. 18 e 19.

<sup>8</sup> RIBEIRO, W. C. Meio ambiente: o natural e o produzido. In: *Revista do departamento de Geografia – USP*. Vol. 5, 1991, p. 29 e 30.

nada melhor do que se remeter ao momento em que essa relação era essencial, e, diante disso, compreender como e por que essa relação se modificou.

Dessa forma, esta dissertação envolve História Social, do Trabalho, e, principalmente, Ambiental. Destaca-se que a História Ambiental, por muito tempo relegada a um segundo plano, atualmente cresce como um rico, urgente e necessário campo de estudo.

É nesta perspectiva que nos remetemos a São Paulo no final dos oitocentos e início dos novecentos, em que tínhamos os pontos de expansão econômica, crescimento urbano e ondas imigratórias, e tudo isso se moldava à natureza presente no cotidiano. Neste sentido, parte significativa da população paulistana buscava sua fonte de subsistência diretamente na natureza, recorrendo principalmente à caça, à pesca e à coleta. Era junto a essa natureza que exerciam suas atividades, como as lavadeiras, que trabalhavam diariamente nas beiras do rio, os lenhadores, que exploravam as matas, dentre outros. Nesses rios e córregos, onde os peixes eram abundantes, a prática da pesca tomou um ritmo muito acelerado no final do século XIX e início do XX, garantindo a subsistência de parcela significativa da população e facilitando o trabalho informal, uma vez que aqueles que tivessem sorte em pescar além de sua necessidade poderiam comercializar os excedentes<sup>9</sup>. A natureza também fornecia argila, areia e pedregulhos para as construções das casas, materiais que eram retirados dos rios Tietê e Pinheiros<sup>10</sup>. Era também nas matas e rios presentes na cidade de São Paulo que as crianças brincavam e os adultos desfrutavam de seus momentos de lazer. A natureza, ou seja, os rios, os animais e as áreas verdes, eram, portanto, inseparáveis da cidade e essencial ao seu cotidiano, sobretudo para os trabalhadores pobres.

Essa relação é decorrente, sobretudo, do fato de as camadas mais pobres da população viverem próximas aos rios e córregos da cidade, locais renegados pelas elites por considerá-los, sob a ótica higienista, insalubres e mais propícios à propagação de doenças, e, dessa forma, eram mais baratos. Essa população também vivia na periferia, na fronteira da mancha urbana do município.

Por outro lado, apesar de a natureza representar uma alternativa de vida para as famílias de baixa renda, elas pouco estavam preocupadas com a sua preservação, uma vez que esta “consciência ambiental” foi construída décadas mais tarde. Neste sentido,

---

<sup>9</sup> PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890- 1914)*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 96.

<sup>10</sup> Idem, p. 27.

ao observar o tratamento que os trabalhadores conferiam à natureza vemos mais uma relação de exploração do que de preservação, afinal muitos deles extraíam, seja por meio da caça, da pesca ou da coleta, os produtos essenciais para sua sobrevivência e deles retiravam o excedente para vender. A esse respeito, Maria Inez Machado Borges Pinto observa que “a vida cotidiana das classes populares na cidade de São Paulo dependia profundamente da coleta dos recursos nativos fornecidos”, sendo a “exploração predatória da rica flora e fauna circunvizinha [...] um dos meios essenciais à formação do mínimo vital para a subsistência das famílias pobres.”<sup>11</sup>.

Por outro lado, ao analisar a dinâmica de crescimento da cidade podemos perceber que os interesses econômicos hegemônicos criavam uma situação que buscava preservar a natureza. Eles se aproveitavam das áreas mais desvalorizadas da cidade - as várzeas dos rios - para construir as indústrias, uma vez que poderiam aproveitar dessa proximidade com os rios para o descarte dos detritos industriais e o abastecimento de água<sup>12</sup>. Sendo assim, havia interferências na natureza da cidade e ao mesmo tempo criavam-se leis de proteção à natureza paulistana.

Neste ponto, porém, é bom deixar claro que delimitamos, para a viabilidade desta dissertação, o estudo sobre a relação da natureza com os trabalhadores pobres, e, dessa forma, não iremos avançar sobre assuntos que dizem respeito à relação das grandes empresas, como a Companhia Cantareira, com a natureza.

Por outro lado, não se deixa de destacar que essa natureza, historicamente, foi alvo de ações humanas, e que é preciso entender os motivos dessas intervenções, de onde elas partem, quais são seus objetivos intrínsecos, quais são as consequências que essas mudanças podem causar na formação e no desenvolvimento da sociedade. Isso porque, segundo o historiador Paulo Henrique Martinez, a “violência contra a natureza esteve acompanhada, e de perto, pela violência contra os seres humanos”<sup>13</sup>.

Dito isso, como bem observou Martinez, “as fontes e documentação para uma História Ambiental podem ser, inicialmente, aquelas já utilizadas e conhecidas pela historiografia, examinadas, agora, sob novas lentes do historiador”<sup>14</sup>. E, somando-se a essa afirmação, ganha relevo o pensamento do historiador Marcos A. C. Sávio, para o

---

<sup>11</sup> Idem, p. 241.

<sup>12</sup> JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890- 1940*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 56.

<sup>13</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo. Editora Cortez, 2006, p. 28.

<sup>14</sup> Idem.

qual “o papel do historiador deve ser não o de apenas contar a história de pessoas desligadas do seu meio e das coisas que eles constroem, mas sim a história que surgiu da intenção entre esses dois atores: humanos e não humanos”<sup>15</sup>.

Uma importante fonte que servirá de norte para a análise dessa relação entre população e natureza na época serão os memorialistas. Neste sentido, será dado destaque a duas obras de memorialistas da cidade, a partir das quais será possível observar as perspectivas de quem viveu na época, evidenciando o cotidiano, as vivências e os costumes de uma cidade em que as áreas verdes predominavam, os rios eram limpos e próximos de seus moradores. Realidade essa que não existe mais, e que deixou inúmeras lembranças, que se transformaram em temas de poemas, declarações de amor e de saudades, pinturas, cartões postais e canções.

Dentre estes memorialistas, destaco primeiramente o escritor e professor Jacob Penteadó com o seu trabalho *Belenzinho, 1910*<sup>16</sup>, obra vencedora do Prêmio Jabuti em 1963. Penteadó, que viveu de 1890 a 1973, relatou suas experiências de vida com muita emoção e tristeza ao lembrar-se de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, cidade que ficou no passado e não existe mais. Nascido em Sorocaba, interior de São Paulo, passou algum tempo de sua infância em Buenos Aires. Trabalhou na capital paulista no departamento de Correios e Telégrafos e na Escola de Comércio Álvares Penteadó. Entre suas obras destaca-se também *Memórias de um Postalista* (1963) e *Martins Fontes, uma alma livre, uma biografia do poeta santista*, que lhe rendeu o Prêmio Jabuti de 1969. Em inúmeras passagens de seu trabalho cita os pescadores, os vendedores ambulantes e o cotidiano junto à natureza da cidade.

Outro memorialista que ajudará a analisar a cidade é Jorge Americano em seu trabalho *São Paulo naquele tempo*<sup>17</sup>, em que descreve uma outra São Paulo, uma cidade emergente de industrialização e progresso, de um cotidiano inimaginável atualmente nas ruas da metrópole. Americano, que nasceu em 25 de agosto de 1891 e veio a falecer em 6 de fevereiro de 1986, formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1912, e nos deixou com muito entusiasmo suas memórias. Outros trabalhos desse escritor foram *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*, de 1962, e *São*

---

<sup>15</sup> SÁLVIO, Marcos A. C. *A cidade e as máquinas: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900-1930*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 48.

<sup>16</sup> PENTEADO, Jacob. *Belenzinho, 1910 (retrato de uma época)*. 2. Ed. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003.

<sup>17</sup> AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895 – 1915)*. 1 Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1957.

*Paulo atual (1935-1962)*, de 1963, obras que podemos utilizar como base para a reconstrução desta cidade em transformação.

Podemos perceber através da leitura dessas fontes que, já nos primórdios do século XX, áreas ocupadas por rios e as matas da cidade começam a ser alvos de especulação financeira, passando assim por um processo ostensivo de apropriação, urbanização e “modernização”, que tiveram como uma de suas consequências afastar definitivamente a população, seja porque se tornaram áreas poluídas, seja porque foram ocupadas por pistas de automóveis.

Neste ponto, é importante destacar, como bem alertou Carlos José Ferreira dos Santos, que para a leitura e a interpretação dessas obras não se pode perder de vista a necessidade de “constantemente considerar o contexto e as referências socioculturais presentes nos discursos”<sup>18</sup>.

As fotografias também ganham importância na observação desse cotidiano, permitindo-nos olhar os trabalhadores e a natureza “nos vários espaços urbanos”. Afinal, as fotografias apresentam um grande potencial de análise que, mesmo não sendo a natureza o seu principal objeto, permite-nos um diálogo, muitas vezes conflitante, com as fontes textuais<sup>19</sup> utilizadas no trabalho.

Dito isto, uma fonte importante que utilizamos no trabalho são as fotografias, elas nos fornecem uma grande quantidade de informações que ajudam a debater com outras fontes e a bibliografia, sendo assim, enriquecendo o nosso trabalho. Nossa análise junto às imagens será sempre buscar o vínculo da cidade e dos trabalhadores com a natureza. Grande parte das imagens utilizadas são do Acervo digital da Fundação Energia e Saneamento.

Outro acervo importante para o debate com esse tipo de fonte foi o acervo iconográfico do Museu da Imigração do Estado de São Paulo<sup>20</sup>, além de contribuições de fotógrafos e outros que deixaram suas marcas na história de São Paulo através de um clique que entrou para a história.

Partindo-se para a análise historiográfica, merece destaque o trabalho desenvolvido pelo historiador Janes Jorge, que servirá de norte para a elaboração desta

---

<sup>18</sup> SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e a pobreza: 1890-1915*. 4º Ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017, p. 19.

<sup>19</sup> SANTOS. Op. cit. P. 21.

<sup>20</sup> Retirado de <<http://www.inci.org.br/acervodigital/fotografias.php>>. Acesso em: 01/01/19.

pesquisa. Com efeito, no livro *Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo 1890-1940*<sup>21</sup> é feita a análise do cotidiano de uma cidade efervescente, em que o meio ambiente foi se transformando, e, paulatinamente, sendo colocado em segundo plano para facilitar o desenvolvimento urbano, industrial e capitalista.

Outro trabalho sobre a mesma época é o de Maria Inez Borges Pinto, *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*<sup>22</sup>, que estuda a vida dos trabalhadores pobres na cidade de São Paulo e suas estratégias de sobrevivência diante do abandono do Poder Público e da exploração a que eram submetidos pelas classes dominantes. Nesta esteira, busca reconstruir quais eram as alternativas que esse povo excluído encontrava para sobreviver em uma cidade que passava por um intenso processo de urbanização e expansão demográfica, e em que a pobreza multifacetada se multiplicava e as alternativas de se inserir no mercado de trabalho formal eram cada vez mais difíceis. Ademais, investiga como essa crescente marginalização despertou a atenção do Estado e das elites, que passam a desenvolver instrumentos de controle social a fim de manter a pobreza urbana subjugada a seus interesses.

O ponto que mais nos interessa de seu trabalho é o que diz respeito à chamada “economia invisível”, ou seja, o trabalho informal e como sua constituição deu-se em torno da disputa entre a classe dominante e os trabalhadores. Na presente pesquisa tal abordagem será analisada pelo ângulo da História Ambiental.

Ao falar sobre o trabalho de Pinto, Carlos José Ferreira dos Santos, define

[...] ao tecer um amplo quadro das diversas ocupações existentes na virada do século em São Paulo, permite ponderar que determinadas atividades no mercado “informal” eram vinculadas às nacionalidades das pessoas. Isso não significava que sujeitos sociais de uma determinada nacionalidade somente exerceriam atividades ligadas àquele grupo nacional. Porém, havia uma íntima ligação. Assim, a autora descreve a importância dos ambulantes como difusores das tradições culturais, entre elas, no caso deste trabalho, as das camadas populares nacionais<sup>23</sup>.

Maria Odila L. S. Dias, por sua vez, também fazendo referência à obra de Maria Inez Borges Pinto, pondera que “seria difícil, se não impossível, estudar quantitativamente o surto da economia informal que se multiplicou com a imigração

---

<sup>21</sup> JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo 1890- 1940*. São Paulo: Alameda, 2006.

<sup>22</sup> PINTO. Op. cit. 1994.

<sup>23</sup> SANTOS. Op. cit. p. 137 e 138.



maciça como parte do processo de comercialização e de diversificação do consumo, que tomou conta do meio urbano.”<sup>24</sup>.

Na introdução da obra, já citada, *Cotidiano e Sobrevivência*, temos ainda a apresentação de uma questão bem interessante sobre a pauperização e o trabalho temporário, temas que vêm se integrando na historiografia social das classes trabalhadoras das últimas décadas. O “salário de fome” e a renda miserável do operariado refletia o baixo padrão de vida, a pobreza da dieta alimentar, as péssimas condições de moradia e a superaglomeração das famílias nos cortiços<sup>25</sup>.

Neste ponto, destaca-se que “a economia informal dos imigrantes não rompeu com a economia de sobrevivência dos ex-escravos”. Assim,

um mundo não substituiu o outro, mais foi sutilmente brotando um de dentro do outro, sob formas de convívio assíduo, às vezes de concorrência aberta, outras de preconceitos disfarçados, porém sobreposto num entrelaçar de simultaneidades de tempos sociais que se cruzaram e se urdiam juntos na urbanização incipiente de São Paulo no pré-guerra.

E prosseguindo na análise desse contexto, Dias destaca que na obra de Pinto é possível vislumbrar que a “diversidade étnica coincidia com a diversidade de nuances de contratos de trabalhadores livres, porém não ainda assalariados. Operários se alternavam com trabalhadores temporários e estes por sua vez se multiplicavam numa multiplicidade de ofícios diferenciados.”<sup>26</sup>.

Dessa forma, ao citar E.P. Thompson, Pinto mostra com clareza que a constituição da classe trabalhadora urbana, não só do operariado, mas também dos trabalhadores autônomos, dá-se por um processo amplo e diverso<sup>27</sup>. Assim, a historiadora nos permite delinear, para além do cotidiano dos trabalhadores, as formas de sobrevivência desse grupo, o seu lugar na cidade e o seu vínculo com a natureza.

Com isso, cabe a nós assumirmos o papel de localizar os trabalhadores autônomos que pautavam as suas atividades a partir do contato com a natureza, afinal, como a própria historiadora pontua “a presença marcante do rural na vida do trabalhador pobre em São Paulo fazia-se sentir na organização de uma pequena economia de subsistência e lazer.”<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. In: *Prefácio*. PINTO. Op. cit. p. 15.

<sup>25</sup> PINTO, Maria Inez Machado Borges. Op. cit. p. 29, 74, 78 e 79.

<sup>26</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. In: *Prefácio*. PINTO. Op. cit. p. 17.

<sup>27</sup> E.P Thompson. *The Marking of the English Working Class*. New York: Vintage Books, 1966. Apud PINTO Op. cit.

<sup>28</sup> Idem. p. 239.

Para uma melhor aproximação com a classe trabalhadora foi fundamental para a elaboração deste trabalho a leitura da obra de Norberto Osvaldo Ferreras, que busca uma identidade pela alimentação e pelo trabalho dos mais pobres, *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*<sup>29</sup>, que, partindo das premissas fixadas por Thompson, afirma “classe é um processo histórico, não um conceito a ser demonstrado”. Dessa forma, pontua que

[classes] não são categorias abstratas, podendo ser analisadas pelos papeis que os homens representam, à medida que se sentem pertencentes à classe, definindo seus objetivos tanto entre si mesmos como contra outras classes. A classe é uma relação entre pessoas, não uma coisa, e ela se constrói a si própria tanto quanto é construída pelas condições objetivas e pelos seus adversários.<sup>30</sup>

É a partir de tal perspectiva que Ferreras busca explicar a construção da classe trabalhadora de Buenos Aires, indicando assim seu cotidiano, alimentação e tipo de comércio no contexto da construção da metrópole. Neste sentido, no capítulo sobre a *Constituição da cozinha dos trabalhadores em Buenos Aires* pontua que a análise sobre a alimentação permitiu que se vislumbassem alguns aspectos da constituição da identidade operária do período, “a partir dos aspectos objetivos e subjetivos da formação da consciência”. Dessa forma, “os objetivos permitiram-nos precisar as condições de elaboração, distribuição e consumo dos alimentos, além de estabelecer a evolução dos preços; os subjetivos delineiam as preferências nos consumos e nas opções de compra.”<sup>31</sup>.

O comércio na cidade de Buenos Aires era muitas vezes feito por vendedores ambulantes, tendo muitas vezes como força motriz animais, o que era um padrão para a época em distintas cidades, como São Paulo, Nova York, Paris, Antuérpia, etc., mesmo com novas tecnologias, “na Antuérpia por exemplo, os automóveis não podiam andar mais rápidos que as carruagens”<sup>32</sup> que, vendendo em bairros afastados, “carregavam o máximo possível de mercadoria sobre os ombros, balançando cesto de frutas e ovos ou equilibrando uma vara, da qual pendiam produtos como aves ou peixes”. Para além desses vendedores, que não necessariamente vendiam produtos produzidos na própria cidade, encontramos pessoas que “criavam porcos e

---

<sup>29</sup> FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880 – 1920)*. Niterói: EdFF, 2006.

<sup>30</sup> Idem. p. 20.

<sup>31</sup> Idem. p. 208.

<sup>32</sup> COSTA, Angela Marques da. *1890-1914: no tempo das certezas*. Coord. Laura de Mello e Souza; Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 17.

galinhas para vender em seus próprios bairros”. Outros trabalhavam na venda de leite e chegavam “de locais afastados da cidade ou da província de Buenos Aires”. A este respeito, há relatos de homens que saíam pelas ruas com as suas vacas para ordenhar o produto na frente do consumidor, sendo que muitos deles criavam esses animais em suas residências ou em algum terreno baldio próximo.

Destaca-se, ainda, que muitos imigrantes que chegavam conseguiam viver apenas em áreas periféricas e suburbanas, sendo que os que conseguiam ter um pátio mantinham pequenas produções, prática essa que refletia a origem rural da maioria deles. Neste sentido, observa-se que os genoveses cultivavam o manjeriço, enquanto os sírios cultivavam as folhas de hortelã, e os espanhóis o orégano. Mas essa prática não era feita apenas pelos imigrantes, “muitas das famílias tradicionais, principalmente aquelas que moravam em grandes casarões coloniais, mantinham um pequeno pomar, reminiscência da fazenda, quando não uma criação de galinhas e frangos, ou mesmo uma horta.”<sup>33</sup>.

Ao final da obra de Norberto, é possível estabelecer diversos paralelos entre a formação da classe trabalhadora em Buenos Aires e São Paulo, permitindo que se façam reflexões e inspirações para pensar a natureza, os trabalhadores pobres, ambulantes e a cidade.

Prosseguindo, para entender como São Paulo construiu sua relação entre trabalhadores pobres e natureza, é necessário pensar a distribuição dessas pessoas no espaço geográfico da cidade. A esse respeito, Caio Prado Junior destaca que

a falta de posses dos trabalhadores e o custo elevado dos terrenos centrais e do maciço, mais bem locado, provocaram a grande concentração das habitações populares nas áreas de pouco valor econômico, a leste e ao norte, situadas nas planícies de várzeas e insalubres, sujeitas às inundações do Tamanduaté e do Tietê, nos terrenos acidentados e pantanosos, carentes de saneamento básico, de difícil acesso ao triângulo central<sup>34</sup>.

E, se não bastasse isso, “dada a velocidade do crescimento demográfico de São Paulo, os bairros pobres foram formando-se ao acaso, sem o planejamento urbanístico dos poderes públicos que permaneceram numa completa indiferença, o que

---

<sup>33</sup> Idem. p. 60, 149, 150, 157 e 158. Vale lembrar que o autor apresenta nesse ponto a discussão de que, por um lado, “Os higienistas incentivavam essa prática porque resultava numa elevação dos níveis de consumo de proteínas e vitaminas sem custo” (p. 157). Por outro lado “tais práticas representavam o descaso do imigrante por integrar-se na nova sociedade, ou eram apresentadas como símbolo do atraso daqueles que mantinham suas origens rurais, sem conseguir incorporar-se ao meio urbano” (p. 158).

<sup>34</sup> PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 131. Apud PINTO. Op. cit. p. 240.

provocou a constituição de áreas desordenadamente distribuídas e desarticuladas”<sup>35</sup>. E, desta forma, “o Brás, Bom Retiro, Oriente, Belenzinho, Penha, Pari, Mooca e etc., espalharam-se sem ligação de continuidade, havendo sucessão de áreas urbanizadas interrompidas por outras completamente rústicas, onde muitas vezes nem um caminho transitável permitia alcança-las diretamente”<sup>36</sup>.

É no contexto dessa geografia descontínua, em que o limite entre o urbano e o rural era tênue, que as classes pobres aí estabelecidas pautavam a sua vida cotidiana, profundamente dependente da exploração predatória dos recursos naturais fornecidos, como Pinto chama de “vasto ‘cinturão rural’ nas várzeas dos rios”, que garantiam a eles o mínimo para suas subsistências<sup>37</sup>.

Ainda analisando a intersecção entre esses dois mundos, o rural e o urbano, o historiador Nelson Aprobato Filho<sup>38</sup> dá destaque à presença dos animais em São Paulo, destacando que estes eram parte intrínseca da vida cotidiana da cidade de fins do século XIX ao início do século XX<sup>39</sup>. Como consequência dessa relação de proximidade entre as classes mais pobres e a natureza, não tarda para que a própria natureza, assim como o modo de vida dessas classes, seja cada vez mais relacionada ao atraso e à falta de desenvolvimento, quase uma ofensa para um lugar que buscava a modernidade<sup>40</sup>. Esta perspectiva, exposta pelo trabalho de Aprobato, tem um importante papel na construção dessa dissertação no sentido de nos afastarmos de qualquer tipo de romantização da natureza, principalmente ao analisarmos fontes como os memorialistas.

Apesar da diferença de visão em relação a Caio Prado Jr., é de primordial importância para o desenvolvimento deste trabalho a obra de Raquel Rolnik, *A cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*<sup>41</sup>, em que apresenta como se dava a disputa de terras e espaço na cidade, focando, principalmente, nas leis que recaíam direta e indiretamente sobre os trabalhadores pobres, restringindo ou proibindo o uso de recursos naturais. Afinal, temos em foco nessa dissertação como as leis foram moldando a relação da população da cidade com a natureza.

---

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> PINTO. Op. cit. p. 239 e 240.

<sup>37</sup> Idem. p. 241.

<sup>38</sup> APROBATO FILHO, Nelson. *O Couro e o Aço sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia no final do século XIX/início do XX*. Tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

<sup>39</sup> Idem. p. 51.

<sup>40</sup> Idem. p. 75.

<sup>41</sup> ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política e território na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997. (Coleção cidade aberta).

Não obstante, o projeto de que estas leis regulamentares seriam suficientes para a preservação do meio ambiente fracassou, conforme podemos constatar nos dias atuais. Assim, a natureza que proporcionava tantas alegrias e opções de vida para seus moradores desde os primórdios da colonização perdeu a luta contra o progresso e as exigências da vida moderna. Essas áreas que eram cheias de vida tornaram-se um dos lugares mais desagradáveis e feios da cidade<sup>42</sup>.

Assim, diante da consciência dos riscos concretos à qualidade de vida e das futuras gerações e das implicações sócio-econômicas desastrosas decorrentes do processo de extinção das espécies da fauna e da flora, da deterioração do meio ambiente e da imposição de desenvolvimento a qualquer custo, assiste-se atualmente a constante expansão da História Ambiental<sup>43</sup>, a qual norteia este trabalho.

Com isso, buscamos compreender as relações de poder – econômico, político e social – que se deram neste contexto de uso e apropriação da natureza, e como eles foram transformando a vida de todos os envolvidos neste cenário, criando rupturas e desenvolvendo diversas formas de resistência.

---

<sup>42</sup> JORGE, Janes. À procura de um reencontro: o Tietê e os moradores de São Paulo. In: *História ambiental paulista: termos, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

<sup>43</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Editora Cortez, 2006, p. 1.

## CAPÍTULO I: CIDADE E NATUREZA

Ao ler o trabalho de dissertação de mestrado de Phillipe Arthur dos Reis encontramos os mapas que estão a seguir. Apesar de não conterem data, parecem ter sido produzidos pela firma de João Campos Aguirra (1871 – 1962), “homem ligado à área comercial paulistana e que acumulou um notável acervo de cadastros imobiliários da cidade, produzindo assim certo conhecimento acerca das terras que podiam ser adquiridas na capital”<sup>44</sup>, possivelmente para facilitar o mercado imobiliário. Afirmando, pois,

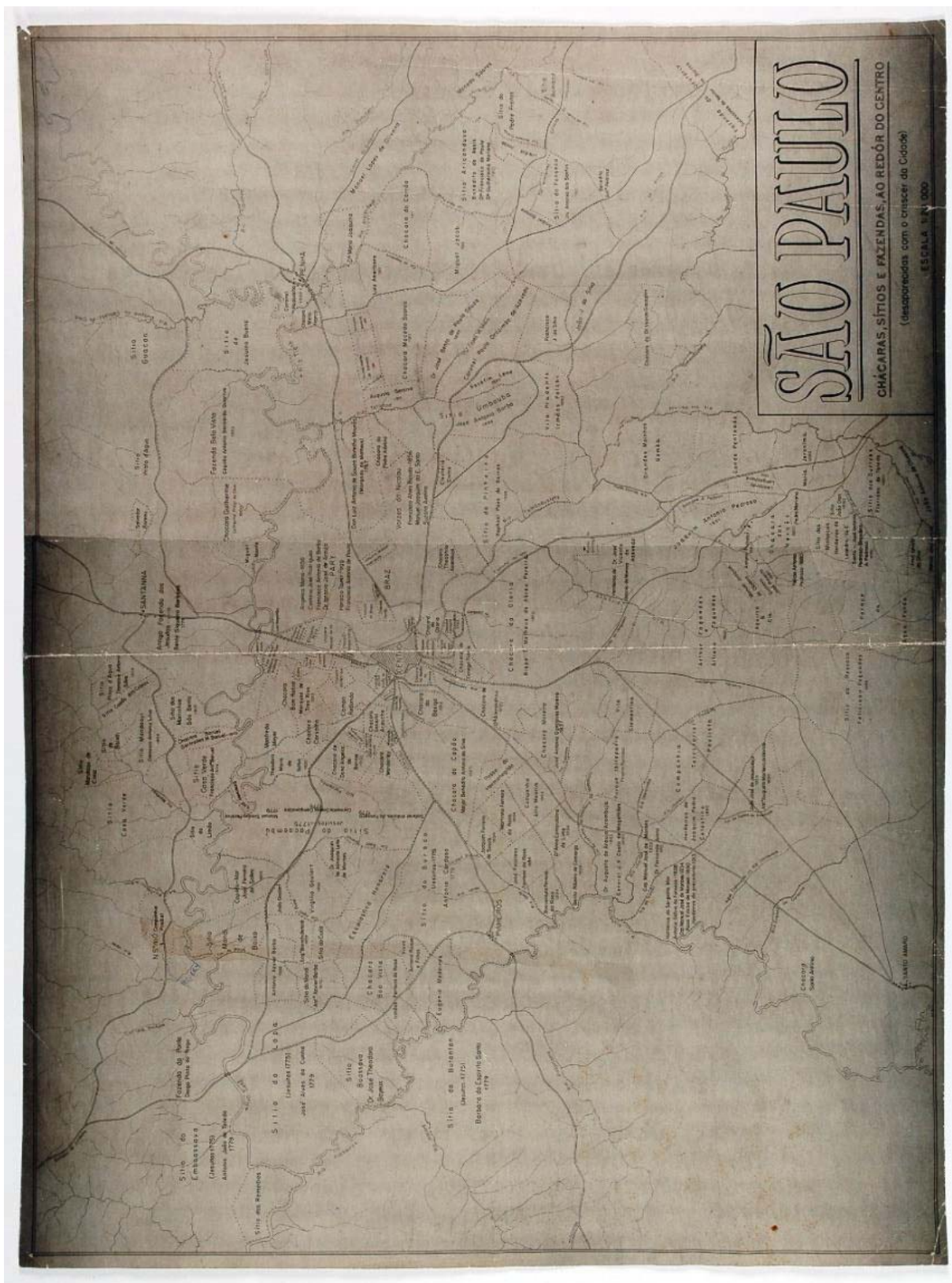
analisando as chácaras desenhadas no mapa de João Aguirra, vemos que muitas delas estiveram envolvidas neste processo de retalhamento da cidade de São Paulo. São elas: Chácara do Major Manoel Rodrigues Jordão; Chácara do Monsenhor Andrade; Chácara do Bispo; Chácara do Ferrão (também conhecida como da Figueira, ou da Marquesa); Chácara Theophilo Azambuja; Chácara do Osório; Chácara do Padre Adelino; Várzea do Nicolau.<sup>45</sup>

Para nós, esses mapas apresentados nas páginas seguintes nos ajudam a compreender a cidade e sua natureza, ressaltando o centro que era mais urbanizado e ao seu redor o grande número de chácaras, sítios e fazendas. Por muitas vezes esses locais produziam e forneciam bens de primeira necessidade para o consumo das famílias na área central, como lenha. E, paulatinamente, essas fazendas foram desaparecendo à medida que a cidade se expandia.

---

<sup>44</sup> REIS, Philippe Arthur dos. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2017, p. 38.

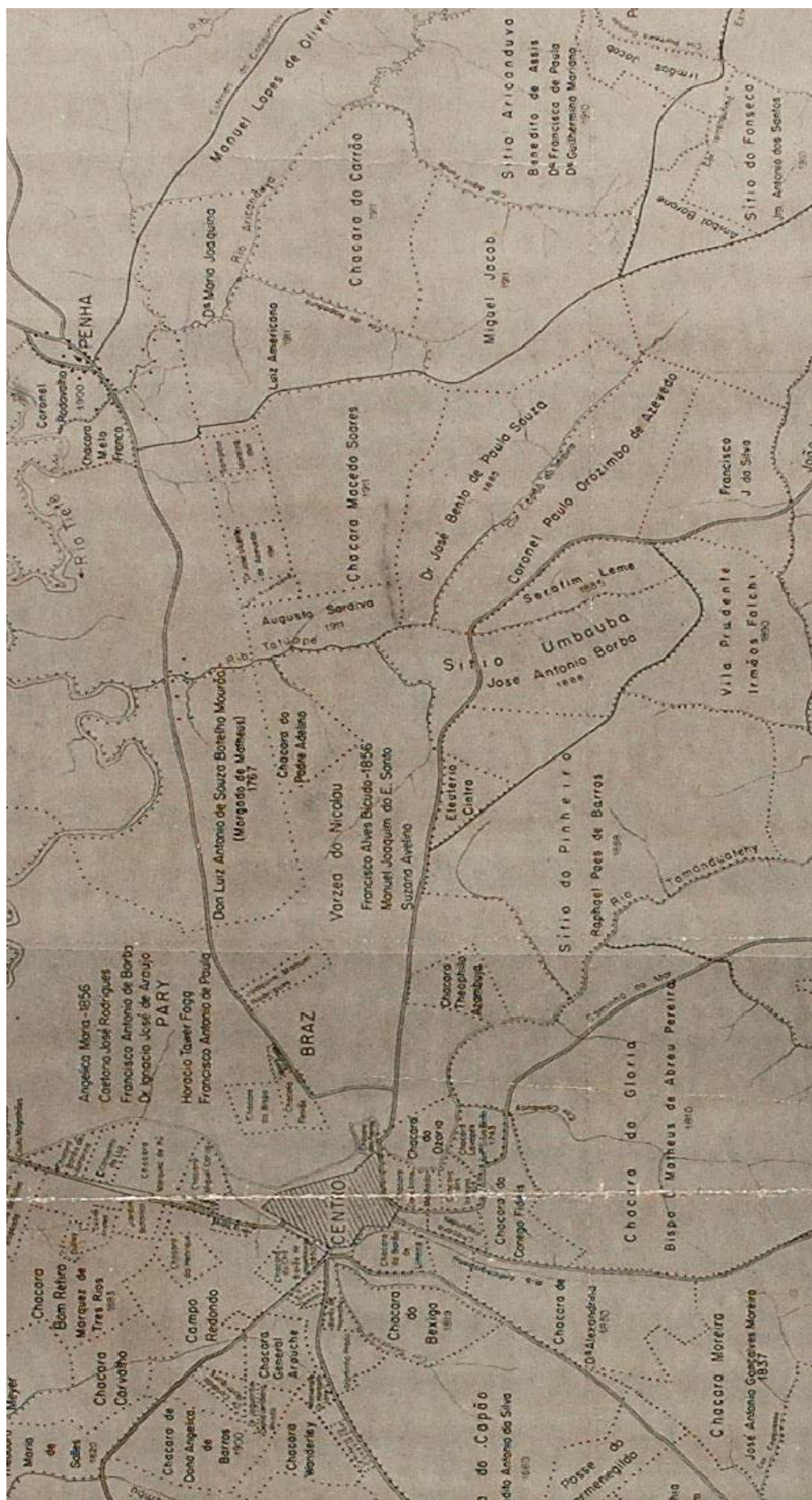
<sup>45</sup> Idem. p. 40.



Mapa 1: São Paulo - chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro, desaparecidos com o crescer da cidade. Escala 1:20.000, s/d, Acervo do Museu Paulista.<sup>46</sup>

<sup>46</sup> Mapa extraído do trabalho de REIS, Philippe Arthur dos. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2017 p. 38.





Mapa 2: Pormenor do mapa de São Paulo - chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro, desaparecidos com o crescer da cidade. Escala 1:20.000, s/d, Acervo do Museu Paulista.<sup>47</sup>

<sup>47</sup> Idem. p. 39.



Jorge Americano, em suas memórias relatadas na obra *São Paulo naquele tempo*<sup>48</sup>, descreve outra São Paulo, uma cidade emergente na industrialização e no progresso, mas que ainda buscava superar uma “época em que diversas ruas ainda eram parcialmente cobertas de capim”<sup>49</sup>.

Revela-se, assim, uma cidade em que os limites entre o rural e o urbano ainda são muito tênues, em que aspectos da vida campestre ainda se encontram presentes numa realidade cada vez mais urbanizada, em que a natureza se faz parte integrante do cotidiano de sua população.

Neste sentido, Aprobato constata que

a capital do início do século XX era ainda uma cidade com inúmeros pontos com características rurais, apresentando casas com enormes quintais de terra e jardins, chácaras e sítios; externamente, não muito distante da zona central, grandes áreas cobertas de matas e bosques circundavam a região urbana [...].<sup>50</sup>

Assim, a presença da natureza, que remetia a uma região ainda com muitas características rurais, estava muito presente na memória de Americano, muito embora já fosse possível vislumbrar o processo de urbanização cada vez mais intenso, a alterar paulatinamente o cenário da cidade e o cotidiano de seus moradores:

Perdi o sono em razão da febre, passei a noite agitada e pus-me a interpretar os ruídos. Escutam-se grilos e sapos. Devem ser daquele terreno que está para vender.

Bateu o relógio da sala de jantar e soaram quase ao mesmo tempo os da Estação da Luz, do Coração de Jesus e do São Bento. Também de dia eu já os escutara.<sup>51</sup>

No mesmo sentido, completa:

Minha mãe entrou com uma vela, pôs a mão na minha testa, arranjou-me as cobertas e acreditou que eu estava dormindo.

---

<sup>48</sup> AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895 – 1915)*. 1 Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1957.

<sup>49</sup> SANT’ANNA. Op. cit. p. 40.

<sup>50</sup> APROBATO FILHO. Op. cit. p. 183.

<sup>51</sup> AMERICANO, Jorge. Op. cit. p. 45.

Eu escuto bem o apito da locomotiva da Sorocabana, mais agudo do que o da Inglesa.

Mas minha mãe não acreditou que eu estivesse dormindo. Voltou com a vela e um termômetro.

O galo da nossa casa fez uma pergunta estridente, batendo as asas, e todos os outros responderam. Até o peru do vizinho, que, se não for furtado esta noite, terá que ser morto amanhã, véspera de Natal. E o peru recomeça, ao ranger do novo bonde elétrico da Barra Funda, que faz a curva da Rua Santa Efigênia com a Rua Duque de Caxias, batendo campainha.<sup>52</sup>

E ainda:

Minha mãe trouxe uma xícara de leite quente e recomendou-me que dormisse, mas a luz cinzenta já atravessa as frestas, e eu ouço outra vez o esfregar das cobertas da cama quando mudo de posição. Escuto piados quase mudos que se vão convertendo em cantos de pássaros nas árvores e nas gaiolas dos vizinhos.

O cincerro da vaca do leiteiro.

As campainhas das cinco cabras de ubres enormes, que berram puxando cada uma para seu lado.

Os apitos das fábricas. 'Aquele mais fino deve ser da chaminé fininha, do lado do Bom Retiro. Aquele ronco deve ser da chaminé grossa, do lado do Brás'<sup>53</sup>.

A partir dessas passagens do memorialista Jorge Americano, podemos vislumbrar o momento de profundas transformações socioculturais, econômicas e ambientais pelas quais a capital paulista passava em meados do século XIX, com a emergência de uma sociedade burguesa.

É necessário deixar claro aqui que não consideramos verdades absolutas as passagens dos memorialistas. Afirmo isso com base nos estudos de Ana Cláudia Fonseca<sup>54</sup>. Buscamos, neste trabalho, entender a relação entre trabalhadores pobres da cidade e a natureza, e não desenvolver uma discussão da qualidade dos textos dos memorialistas ou até que ponto essas memórias podem ser utilizadas pelos historiadores, mas que fique clara a importância na construção do discurso sobre São

---

<sup>52</sup> Idem. p. 46

<sup>53</sup> AMERICANO, Jorge. Op. cit. p. 47.

<sup>54</sup> BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *A cidade inventada: A Paulicéia Construída nos Relatos Memorialistas (1870- 1920)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Paulo. Mas é necessário salientar que muitos memorialistas pretendem, com seu discurso, inserir a capital paulista na modernidade, destacando os aspectos urbanos que caracterizavam a cidade como uma metrópole moderna, assim, “deixando um silêncio quase absoluto em relação aos bairros operários”<sup>55</sup>.

Também é necessário deixar claro que esses cuidados se devem porque “os relatos privilegiam certas regiões e certos aspectos da cidade, por outro, a Paulicéia que desejam construir emergente com um espaço homogêneo e isento de conflitos”<sup>56</sup>, o que não ocorre em nossa pesquisa; “nesses discursos da cidade construída por eles parece não existir embate e controle sociais, como se nela não houvesse problemas como greves, furtos, estupros, assassinatos e outros tipos de contravenções”<sup>57</sup>.

Como já visto, assiste-se no Brasil, e mais especificamente na cidade de São Paulo, a um processo de desenvolvimento econômico, urbanização e modernização. Para muitos historiadores e historiadoras, como a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina de Campos “o sucesso da produção cafeeicultora paulista trouxe para São Paulo outros benefícios, pois começou a atrair os produtores que fixaram residência na cidade, impulsionando assim o comércio local e ampliando o crescimento do setor de serviços da economia urbana.”<sup>58</sup>. Mas podemos lembrar que “não foi o café em si, mas a estrutura social organizadora dessa atividade agrária que possibilitou seu amplo êxito”<sup>59</sup> para o desenvolvimento de São Paulo.

Esses fenômenos ocorriam paralelamente ao processo de abolição da escravatura, que criava a necessidade de substituição da mão de obra escrava pela livre, estimulando, dessa forma, as ondas migratórias e imigratórias em direção à Paulicéia. Também é importante lembrar que a infraestrutura desenvolvida foi montada com capital arrecadado pelo Estado, “sobretudo pelo comércio e exportação do café, mas também do algodão, do açúcar e de outros produtos agrícolas produzidos.”<sup>60</sup>.

---

<sup>55</sup> Idem. p. 89.

<sup>56</sup> Idem. p. 90.

<sup>57</sup> Ibidem.

<sup>58</sup> CAMPOS, Cristina. A promoção e a produção de redes de água e esgoto na cidade de São Paulo, 1875-1892. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. V. 13, N 2, jul-dez 2005, p. 191.

<sup>59</sup> COSTA, L.A.M. *O ideário urbano paulista na virada do século. O engenheiro Thodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886 -1903)*. São Carlos: RiMa/Fapesp, 2003, p. 55. Apud CAMPOS, Cristina. Op. cit. p. 193.

<sup>60</sup> CAMPOS. Op. cit. p. 193.

Assim, diante de sua emergente prosperidade paralelamente a outros eventos de proporções nacionais e internacionais, a capital paulista tornou-se o destino de trabalhadores nacionais<sup>61</sup> e estrangeiros, incluindo “pessoas das mais diversas etnias, procedências e ascendências: brasileiros de todas as regiões, índios, africanos, americanos, europeus e asiáticos de vários países”<sup>62</sup>, além de libertos que se dirigiam em busca de empregos.

Inúmeros trabalhos ressaltam o crescimento da cidade na virada do século XIX para o XX, e podemos observar que São Paulo era uma das maiores cidades de imigração no mundo<sup>63</sup>. Chegavam aqui milhares de pessoas, de diversas nacionalidades, italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, sírio-libaneses, judeus, armênios, húngaros, entre outros.

Para a historiadora Bianca Melzi De Domenicis Lucchesi esse grande crescimento da população da cidade “contribuiu para a expansão demográfica da capital paulista, pois não só imigrantes, mas também camponeses, fazendeiros e escravos forros passaram a enxergar as principais cidades do Brasil como locais que proporcionariam a tão sonhada melhora nas condições de vida.”<sup>64</sup>. Esses trabalhadores pobres “que chegava[m] a São Paulo para tentar a vida nas fábricas ou lavouras de café” juntaram-se ao grupo de negros e outros “desclassificados sociais” que, desprovidos economicamente, amontoaram-se em cortiços insalubres, sem rede de água ou esgoto.”<sup>65</sup>.

Podemos verificar que, em grande medida, o crescimento demográfico verificado na cidade de São Paulo nos fins do século XIX e início do século XX foi em decorrência das ondas imigratórias oriundas da Europa. Para receber esses imigrantes, foi aberta no Bairro do Brás, em 1888, a Hospedaria dos Imigrantes, que veio substituir uma primeira e tímida hospedaria, na Rua dos Italianos, que comportava apenas 500 pessoas. A Hospedaria, que tinha capacidade para receber 4 mil pessoas, chegou a alojar

---

<sup>61</sup> O termo “nacional” empregado aqui é usado por Santos, op. cit. p. 25: “Onde encontrasse um grande número de pessoas pobres nacionais circulando pela cidade de São Paulo entre eles: caipiras, “preto veio”, carroceiros, quituteiras, vendedores de ervas e outros ambulantes. Muitos desses trabalhadores utilizavam a natureza paulistana como forma de sobrevivência na cidade.”.

<sup>62</sup> SANTOS, op. cit. p. 34.

<sup>63</sup> HALL, Michael. Imigrantes na Cidade de São Paulo. In: *História da cidade de São Paulo*.

<sup>64</sup> DOMENICIS, B. M. *Os cortiços e o urbanismo sanitário da cidade de São Paulo no final do século XIX*. Dissertação de mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014, p. 13.

<sup>65</sup> Idem.

8 mil<sup>66</sup>. Entre o final do século XIX até meados da década de 1910 a maior parte dos imigrantes entrados na Hospedaria era composta por grupos oriundos da Europa Latina, sobretudo italianos, portugueses e espanhóis<sup>67</sup>.

A seguir, na Imagem 1, podemos ver a capa da revista “*O Imigrante*”, ressaltando a saída de europeus de diversas áreas com um destino, o porto de Santos, ponto de parada antes de subir a Serra do Mar em direção à São Paulo e ao interior do estado.

Nas imagens seguintes, 2 e 3, a saída de alguns italianos da Europa e a chegada de outros no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo.



Imagem 1: Capa da revista *O Imigrante*, volume 1, 1908.

<sup>66</sup> SOUZA, Okky de. *São Paulo 450 anos luz. A descoberta de uma cidade*. p. 45.

<sup>67</sup> MOURA, Soraya (Org.). *Memorial do Imigrante*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008. p. 102.



Imagem 2: *Embarque de italianos para o Brasil, 1910.* Acervo digital: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.





Imagem 3: *Desembarque de imigrantes na estação ferroviária da Hospedaria de Imigrantes, São Paulo, 1908.* Acervo digital: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Por inúmeros motivos, dentre eles a falta de trabalho e questões políticas<sup>68</sup>. A busca por imigrantes se dava, por “um lado, pela população nacional inferiorizada e desqualificada em termos culturais, sociais, étnicos e vinculada aos horrores e à barbárie de aspectos de um passado que muitos procuravam rejeitar – como a escravidão – e, de outro, os imigrantes europeus supostamente “qualificados” por serem relacionados ao modelo de civilização e desenvolvimento que se desejava seguir<sup>69</sup>.

Os imigrantes chegavam desenraizados, arrancados pela força ou pela aflição de seus lares e regiões de origem, transportados como gado através dos mares, negociados por “agentes de imigração” com preço fixo por cabeça, conforme a idade, sexo, origem e condições físicas, despejados em pontos infectos de endemias tropicais, sem instrução, sem conhecimento da língua, sem recursos, sem condições de retorno,

---

<sup>68</sup> BIONDI, Luigi. Na construção de uma biografia anarquista: os últimos anos de Gigi Damiani no Brasil. In: REIS, Daniel Aarão; DEMINICIS, Rafael Borges (Orgs). *História do anarquismo no Brasil*. V. 1. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 161.

<sup>69</sup> SANTOS. Op. cit. p. 41.

reduzidos à mais drástica privação, para quem a penúria mesma lhes servisse de acicate ao trabalho e motivo de submissão<sup>70</sup>. Esperava-se que os imigrantes atendessem aos requisitos para o trabalho no Brasil, além de dar o exemplo por serem do continente idealizado no novo território em que desembarcavam<sup>71</sup>.

Embora existissem “imigrantes empresários”<sup>72</sup>, que são parte da memória da cidade, a maior parte da população que chegava em São Paulo era de pessoas pobres, e são eles que nos interessam aqui, pois, a despeito de muitos deles terem sido encaminhados para as lavouras de café no interior de São Paulo, a verdade é que muitos permaneciam na capital ou para lá retornavam depois de algum tempo. Dessa forma, já na última década do século XIX, é possível visualizar a presença de portugueses, alemães, franceses e italianos vivendo na Paulicéia. Enquanto os primeiros se dedicavam à importação e comercialização de gêneros alimentícios, os outros dominavam a importação de tecidos. Os italianos, por seu turno, estavam em toda parte: “iam de banqueiros e industriais e grandes e pequenos operários, vendedores ambulantes e condutores de bonde”<sup>73</sup>.

Dessa forma, nas palavras de Maria Odila Leite da Silva Dias, “com o êxodo contínuo de colonos estrangeiros, principalmente italianos, que deixavam as fazendas para sobreviver de pequenos expedientes na cidade, a população desandou a embranquecer-se e a crescer – a partir do movimento que gravitava em torno da Hospedaria dos Imigrantes”. Com isso, prossegue, “as ruas modorrentas da antiga vila

---

<sup>70</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. cit. p. 38 e 39.

<sup>71</sup> Idem. p. 63.

<sup>72</sup> Santos escreve sobre esses “imigrantes empresários”, primeiro que priorizavam os trabalhadores estrangeiros, de preferência compatriotas. E muitos “desses “imigrantes burgueses” ainda hoje estão na memória da cidade, em nome de ruas, edifícios, praças, estabelecimentos comerciais e indústrias: como os italianos Nicolau Scarpa, Francisco Matarazzo, Rodolfo Crespi, Puglisi Carbone, Giovanni Briccola, Alexandre Siciliano, Giuseppe Martinelli, os árabes irmãos Jaffet e Calfat; alemães como Francisco Schmidt, Lutz e Muller; os judeus Klabin e Weiszflog; portugueses como Pereira Ignácio, entre outros.”, op. cit. p. 51. E “é preciso, no entanto, observar que os grandes donos de fábricas italianos em São Paulo geralmente vieram de outra origem social [em comparação com os trabalhadores pobres]”. PORTA, Paula (Org.). Imigrantes na Cidade de São Paulo. In: *História da Cidade de São Paulo*. V. 3: A cidade na primeira metade do Século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 133. Ressaltando, “já chegaram aqui com recursos. Não eram imigrantes pobres que, através do trabalho árduo, tenham adquirido independência e se tornaram grandes industriais.”. HALL apud MARTINS, José de Souza. Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914: o caso de São Paulo. *Dados*, V. 24, nº 2, 1981, p. 254. Esse mesmo autor localizou dois industriais que tinham sido imigrantes pobres: Dante Ramezoni e Nicolau Scarpa, o que demonstra uma contradição aqui com as primeiras informações e que por não ser o centro de nossa pesquisa não entraremos neste debate.

<sup>73</sup> SOUZA, Okky. Op. cit. p. 50.



passaram a ser mais barulhentas, continuamente agitadas por pregões, carroças, a gente transitando a pé e com enormes balaies.”<sup>74</sup>.

Observamos aqui a relação com a natureza, como matéria-prima da olaria e o número considerável de cavalos que auxiliavam no trabalho dessas pessoas. Podemos perceber cinco cavalos e homens em pé em carroças que serviam para o transporte de tijolos produzidos na olaria. Também destaco a falta de calçados nos mais jovens na fotografia.



Imagem 4: *Operários italianos em Olaria - São Caetano do Sul, 1912.* Acervo digital: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Independentemente da origem, muitos imigrantes - e como destaca Michael Hall<sup>75</sup>, havia uma diversidade de origens, sendo italianos, portugueses, espanhóis,

<sup>74</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. In: *Prefácio*. PINTO. Op. cit. p. 15.

<sup>75</sup> Segundo Hall, “a imigração italiana em larga escala data, em São Paulo, da década de 1880, quando os fazendeiros começaram importando famílias de trabalhadores, sobretudo de Vêneto, para substituir seus escravos, cada vez mais refratários. Chegaram 144 mil italianos na Província de São Paulo entre 1880 e 1889, e mais 430 mil na década seguinte.” E muitos “italianos se estabeleciam inicialmente na vizinhança das fábricas no Brás, no Bom Retiro, na Mooca e no Belenzinho.” (p. 124). Sobre “os portugueses eram o segundo contingente de imigrante em São Paulo (14.437 em 1893, 64.687 em 1920),

japoneses, sírio-libaneses, judeus e armênios - tinham um objeto em comum, que era a busca por melhores condições de vida no Brasil, onde pretendiam reeditar seu modo de vida. Neste sentido, Souza esclarece que “embora emigrados por conta do dinamismo econômico ou pela falta dele, italianos, espanhóis e portugueses esperavam encontrar na América um espaço para reeditar seu modo de vida. Isto fez com que o trabalho na lavoura cafeeira pudesse ser – para muitos deles – um primeiro passo para conseguir seus objetivos, dentre eles o de viver nas cidades.”<sup>76</sup>. E completa:

ao chegar à cidade, o primeiro impulso desse imigrante era tentar reconstruir a comunidade rural de origem, recompor um ambiente familiar em que a língua, os conterrâneos, os alimentos conhecidos lhe devolvessem o sentimento de segurança e de unidade que tinham ficado atrás, além do Atlântico. O bairro foi, nesse sentido, como que a colônia rural transporta para o contexto urbano, o núcleo de solidariedade grupal que fornecia proteção, tranquilidade interior, durante o período de aprendizagem da língua e das coisas da terra.<sup>77</sup>

Jacob Penteado também comenta, em seu livro de memórias, esse crescimento do número de imigrantes na cidade, para ele, desejo antigo, desde o tempo da Independência, mas que ganhou força pós-Lei Áurea<sup>78</sup>.

Não eram apenas imigrantes que chegavam a São Paulo. Vale lembrar sobre os trabalhadores nacionais, segundo estudo do Museu da Imigração que acrescenta na discussão apresentada por Santos:

a presença de trabalhadores nacionais na Hospedaria de Imigrantes foi registrada no ano de sua inauguração, em 1888. Embora construída para alojar e encaminhar

---

até que ultrapassaram os italianos em 1940, quando seus 78.949 cidadãos formavam 6% da população da Cidade.” (p. 132). “Os portugueses entraram em maior número entre 1910 e 1914 (111.491), quando o governo do Estado procurava novas fontes de trabalho para as fazendas por causa das proibições da parte da Itália e da Espanha.” (p. 133). “Vindos da Espanha chegaram principalmente após 1900, formando o terceiro maior grupo de imigrantes para o Estado de São Paulo, 368.631 pessoas entre 1827 e 1936.” (p. 134). “A imigração japonesa começou em 1908 por uma coincidência de interesses” (p. 137). “Os sírios e os libaneses começaram a chegar no final do século XIX. [...] A crise que provocava a imigração atingiu a Síria e o Líbano, ainda partes do Império Otomano, nas últimas décadas do século XIX.” (p. 141). “Os imigrantes judeus em São Paulo desde o século XIX, mas as levadas mais significativas chegaram nas primeiras décadas do século XX.” (p. 144). “Os armênios chegaram no final do século XIX.” (p. 147). PORTA, Paula (Org.). Imigrantes na Cidade de São Paulo. In: *História da Cidade de São Paulo*. V. 3: A cidade na primeira metade do Século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

<sup>76</sup> MOURA, Soraya. Op. cit. p. 102.

<sup>77</sup>Idem. “E foram diversos os elementos que fizeram parte dessa história: as fazendas de café do Oeste paulista, os imigrantes aportando em Santos, a ferrovia, os libertos.”. ROLNIK, Raquel. Op. cit. p. 16.

<sup>78</sup> PENTEADO. Op. cit. p. 30 e 31.

imigrantes para a lavoura, grupos de migrantes provenientes basicamente da região Nordeste também estiveram ali alojados desde muito cedo. Durante o final do século XIX, e também nas duas primeiras décadas do século XX, os nacionais eram, entretanto, um grupo bastante minoritário entre os alojados na Hospedaria<sup>79</sup>, porém não podem ser ignorados aqui.

Assim, embora minoritários, muitos desses trabalhadores que faziam inchar a cidade eram nacionais, que vivenciaram “cotidianamente as transformações populacionais na Pauliceia”, sendo assim, “criaram e experimentaram formas de existência alternativas, representadas pelo modo como sobreviviam, manifestando-se culturalmente e interagiam com a ordem que se tentava construir, sendo, por isso, frequentemente considerados indesejados, indolentes e perigosos.”<sup>80</sup>.

Assim, é inegável que a cidade nas últimas décadas do século XIX e na primeira década do XX viveu uma verdadeira revolução demográfica, com o grande aumento de habitantes experimentado em um curto espaço de tempo e num ritmo acelerado, com isso transformando seus habitantes, contribuindo na formação de uma população proletária de imigrantes<sup>81</sup>.

Em um levantamento feito para entender São Paulo, Josianne Cerasoli apresenta os seguintes números: entre 1872 e 1900 a população de São Paulo foi multiplicada em cerca de oito vezes – de 31.385 a 239.820 – sendo o período de crescimento mais intenso registrado após 1890. Os distritos centrais mantiveram um crescimento relativamente proporcional ao todo, exceto o distrito de Santa Efigênia, que entre 1890 e 1893 registrou um aumento mais acentuado de sua população, passando de um quinto a um terço dos habitantes. Mais expressivos ainda foram os distritos do Brás e da região da Sé (Liberdade, Cambuci, Bela Vista, incluindo parte do distrito da Consolação), que correspondiam a porções bem diferentes do total de pedidos discutidos na Câmara: cerca de um quinto na década de 1870 e quase a terça parte na de 1890. Enquanto isso, a área central (o distrito de Santa Efigênia), onde habitava mais da metade da população da capital entre 1872 e 1893 (variando entre 58% e 55% do total),

---

<sup>79</sup> MOURA, Soraya. Op. cit. p. 112.

<sup>80</sup> SANTOS. Op. cit. p. 63 e 64.

<sup>81</sup> PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cotidiano e Sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890- 1914). São Paulo: Edusp, 1994. p. 33-37.

registrou um declínio dos requerimentos de 45% a 25% nessas duas décadas, respectivamente<sup>82</sup>.

A grande mudança demográfica pela qual a cidade passou no período trouxe novas questões, como a intensificação do desequilíbrio estrutural entre as oportunidades de trabalho e o número de trabalhadores economicamente ativos<sup>83</sup>.

Neste sentido, a

incapacidade estrutural da economia paulistana em acomodar amplos contingentes da classe trabalhadora disponível no processo produtivo, além de contribuir para o desemprego permanente de largas parcelas do proletariado urbano, influiu decisivamente no crescimento do mercado casual de trabalho e no aparecimento dos mais variados tipos de profissões autônomas. O aumento populacional súbito da cidade em decorrência do grande influxo imigratório não foi proporcional ao seu desenvolvimento econômico e às suas possibilidades de gerar empregos, o que ocasionou a ampla persistência do casualismo e do semi-emprego<sup>84</sup>.

Tudo isso significava um turbilhão de mudanças, rápidas e numerosas que aconteciam na cidade, nas palavras de Sevcenko:

[...] São Paulo não era de negros, nem de brancos, e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café, não era tropical, nem subtropical; não era ainda moderna, mas já tinha mais passado. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto, lutavam para não serem devorados.<sup>85</sup>

Então, essa grande transformação que a cidade passou na virada para o século XX, o desenvolvimento da economia do café, a industrialização e as políticas

---

<sup>82</sup> CERASOLI, Josianne. *Modernização no Plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2004. p. 74. A autora desses dados deixa claro que os requerimentos da década de 1870 estão baseados na leitura das Atas da Câmara, e os dados sobre os requerimentos constituem uma síntese elaborada a partir da leitura do conjunto de cerca de mil processos das leis municipais.

<sup>83</sup> PINTO. Op. cit. p. 37.

<sup>84</sup> Idem. p. 111.

<sup>85</sup> Idem. p. 31.

migratórias transformaram a cidade no grande centro demográfico e econômico do Brasil. Em 1890 a população era de 64.934 pessoas, em 1920 chegava a 579.033<sup>86</sup>.

O cotidiano dessa população era diversificado, com a elite econômica, que se inspirava na cultura Europeia para construir seu local de convívio, e uma grande massa de pessoas pobres que sobreviviam com o conhecimento da terra natal e com o que a cidade poderia oferecer.

Ademais, começam também a delimitar os bairro e seus moradores, como explica Rolnik, “desenhou-se aí o fundamento de uma geografia social da cidade, da qual até hoje não conseguimos escapar.”. A esse respeito, exemplifica:

o vetor Sudoeste, desenhado a partir do percurso Campos Elíseos/Higienópolis/Paulista, e que depois se completaria com os loteamentos da Cia. City no Jardim América, configura uma centralidade de elite da cidade, o espaço que concentra valores imobiliários altos, o comércio mais elegante, as casas ricas, o consumo cultural da moda, a maior quantidade de investimentos públicos.

E prossegue explicando que

na primeira república a imagem dessa topografia social é feita de colinas secas, arejadas e iluminadas de palacetes que olham para as baixadas úmidas e pantanosas onde se aglomeram a pobreza. E nem poderia ser diferente, já que foram os olhos higienistas os responsáveis pelo desenho da geografia urbana que corresponde às hierarquias sociais.<sup>87</sup>

Assim,

ao mesmo tempo em que a lei alinhavou os territórios da riqueza, delimitou também aqueles onde deveria se instalar a pobreza. O movimento, desde seu nascimento, é centrífugo, ou seja, delimita as bordas da zona urbana, ou mesmo a zona rural, como local onde esta deveria se alojar. Diga-se passagem que a lógica de destinar as lonjuras para os pobres, assim como a de proteger os bairros exclusivos dos ricos, atravessou, incólume, nosso século.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> Ibidem.

<sup>87</sup> ROLNIK, Raquel. Op. cit. p. 47.

<sup>88</sup> Idem.

A respeito dos espaços reservados à população mais pobre, relata Sevcenko:

Dadas as condições vulneráveis das várzeas e as anfractuosidades dos rios que cingiam os arredores da cidade, bem como o sistema de represas e barragens da Light, mantidos sempre deliberadamente no seu nível máximo, qualquer precipitação mais intensa na estação chuvosa redundava em cheias que submergiam o casario humilde das planícies. Sua concentração nessa área se dava justamente pelos preços baixos dos terrenos e alugueis nas áreas alagadiças. Logo no início de janeiro de 1919, os temporais vieram com uma violência implacável. As enchentes foram torrenciais. Ao redor da área de confluência dos rios Tamanduateí e Tietê, densamente povoada, as consequências do dilúvio foram calamitosas.<sup>89</sup>

O bairro Campos Elíseos nasceu em uma região de chácaras, comprada e loteada, em 1878, por Frederico Glette e Victor Nothmann, com ajuda de Hermann von Puttkamen que projetou o primeiro bairro planejado da cidade, com ruas largas e ortogonais entre si. Era um bairro para a elite, recebendo principalmente os fazendeiros de café. Lembrando que onde hoje é a atual Praça Princesa Isabel realizavam-se corridas de cavalo em 1850.<sup>90</sup>

A busca por

homogeneizar os bairros da cidade significava criar espaços que dissociassem a riqueza da pobreza, o saudável do insalubre, o moral do imoral, em suma, a civilização da barbárie. No entanto, essa barbárie situava-se muito próxima ao centro metropolitano. Bairros como o Brás, Santa Ifigênia e Luz eram o habitat do operariado em massa. Os cortiços existentes nestes pontos da cidade resolviam, ao mesmo tempo, dois problemas do trabalhador pobre: um referente à valorização imobiliária inerente à cidade do café e da indústria, cidade destino dos mais diversos segmentos – da classe pobre, que almejava aplicar ali sua força de trabalho, e da classe mais abastada, que vinha do interior para acompanhar mais de perto seus negócios –, o que encarecia os alugueis, e outro referente à carência de transporte que ligasse a periferia ao centro urbano. A própria instabilidade do mercado de trabalho acentua a exploração do trabalhador e os obriga a habitar o centro da cidade, onde é possível procurar por trabalho casual todos os dias.<sup>91</sup>

A natureza também teve uma grande influência na formação dos bairros no final do século XIX, enquanto a parte urbana crescia, “riachos dos arrabaldes da cidade

---

<sup>89</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. cit., p. 29.

<sup>90</sup> Bairro dos Campos Elíseos. [Editor] Instituto Cultural Itaú. São Paulo: ICI, 1995. p. 9 e 11.

<sup>91</sup> DOMENICIS, B.M. *Os cortiços e o urbanismo sanitário da cidade de São Paulo no final do século XIX*. Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014. p. 37.

deram nomes a diversos bairros, tais como Água Branca, Tatuapé, Ipiranga, Lavapés, Barro Branco, Iguatemi, etc.”<sup>92</sup>. Antes deste período alguns já carregavam nomes com essa relação como o Pari, que era o nome de uma técnica de pesca, e Pacaembu, que remetia ao “córrego de pacas”<sup>93</sup>.

Diferente da classe alta que sai de casa para desfrutar do convívio social nos bares, teatros e restaurantes, as festas e batuques da população residente no Brás, Luz, Bom Retiro, Santa Ifigênia – bairros operários na São Paulo de fins do século XIX - acontecem dentro de casa, nos quintais dos cortiços, nos becos e ruelas que enlaçam a habitação popular e servem de palco para a música, a capoeira e a prostituição. Nesses bairros pobres há a construção desordenada e abundante de casebres, situados em ruas apertadas, irregulares e sujas, onde habita a população operária<sup>94</sup>.

Ao citar Gareth Stedman Jones, Pinto percebe que na cidade de São Paulo, entre o período da última década do século XIX e os primórdios do XX, o descompasso brutal entre o ritmo acelerado do seu crescimento demográfico e o febril desenvolvimento econômico contribuíram para o aumento extraordinário do mercado de trabalho casual na cidade<sup>95</sup>. A presença abundante dessas massas de trabalhadores pobres, imigrantes e nacionais, excedia largamente as necessidades do mercado, desvalorizando os salários e contribuindo para uma elevada taxa de desemprego permanente<sup>96</sup>. Nestas circunstâncias, a cidade mais inchava do que crescia, multiplicando a pobreza, numa escala sem precedentes, e gerando uma disponibilidade estrutural de mão-de-obra<sup>97</sup>.

Para finalizar esse momento, como escreve Sevcenko, sobre a cidade que aparece no caminhar do século XX: “Ao contrário da aldeia original, criteriosamente

---

<sup>92</sup> SANT’ANNA apud PORTO, Antonio Rodrigues. *História urbanística da cidade de São Paulo (1554 a 1988)*. São Paulo: Carthago & Forte, 1992. p. 76.

<sup>93</sup> SANT’ANNA. Op. cit. p. 31.

<sup>94</sup> DOMENICIS, B.M. Op. cit. p. 35.

<sup>95</sup> PINTO. Op. cit. p. 30. A historiadora utiliza como base para desenvolver seu estudo a incapacidade estrutural dos setores formais da economia. Inspirada no trabalho de JONES (1971) que estudou o trabalho urbano na sociedade vitoriana durante a segunda metade do século XIX.

<sup>96</sup> SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966. p. 30.

<sup>97</sup> PINTO. Op. cit. p. 30.

planejada segundo o ambicioso projeto catequético dos jesuítas, a São Paulo moderna nasce de um motim dos fatos contra qualquer ética da prudência ou do bem-estar.”<sup>98</sup>.

É neste furacão urbano e social que iremos caminhar para entender determinadas relações da população paulistana com a natureza, em pontos específicos e seus conflitos. Assim, a engenharia e a arquitetura da cidade de São Paulo buscavam se alinhar às ideias higienistas, médicas e de nova educação, para se parecerem com as que eles visitavam no velho continente<sup>99</sup>, mas, por outro lado, empurravam a população pobre para as áreas de várzeas, próximas aos rios e córregos da cidade, locais renegados pelas elites por considera-los, sob a ótica higienista, insalubres e mais propícios à propagação de doenças, e, dessa forma, mais acessíveis economicamente, como já consignado acima.

Essa proximidade das camadas mais pobres da população com os cinturões verdes e rios fez com que a sua relação com a natureza fosse constante e cada vez mais necessária, constituindo a intersecção do rural com o urbano, ou, mais propriamente, da presença da natureza na cidade. Em razão disso, podemos vislumbrar que parte significativa da população paulistana buscava sua fonte de subsistência diretamente na natureza, recorrendo principalmente à caça, à pesca e à coleta.

Conforme já relatado, era junto a essa natureza que exerciam suas atividades, como as lavadeiras, que trabalhavam diariamente nas beiras do rio, os lenhadores, que exploravam as matas, etc. Nesses rios e córregos, onde os peixes eram abundantes, a prática da pesca tomou um ritmo muito acelerado no final do século XIX e início do XX, garantindo a subsistência de parcela significativa da população e facilitando o trabalho informal, uma vez que aqueles que tivessem sorte em pescar além de sua necessidade poderiam comercializar os excedentes<sup>100</sup>. A natureza também fornecia argila, areia e pedregulhos para as construções das casas, que eram retiradas dos rios Tietê e Pinheiros<sup>101</sup>. Era também nas matas e rios, presentes na cidade de São Paulo, que as crianças brincavam e os adultos desfrutavam de seus momentos de lazer.

---

<sup>98</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. cit. p. 41.

<sup>99</sup> SANT’ANNA, Denise. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: PRIORI, Mary del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 303.

<sup>100</sup> PINTO. Op. cit. p. 96.

<sup>101</sup> Idem. p. 27.



A natureza, ou seja, os rios, os animais e as áreas verdes, eram, portanto, inseparáveis da cidade e essencial ao seu cotidiano, sobretudo para os trabalhadores pobres.

Para os mais pobres a natureza da cidade também representava parte do seu lazer:

o uso das pontes como trampolins para molecada praticar a natação nos rios, como foi o caso, já no começo do século XX, da Ponte do rio Pinheiros, em frente à hoje rua Butantã, numa época em que a avenida Rebouças se chamava Itapiruçu. Antes dos anos republicanos, porém, a natação não era prática comum entre as paulistanas de família abastada. Para elas era considerado mais apropriado passear de barco e caminhar sobre pontes aos domingos.<sup>102</sup>

Muitos trabalhadores aproveitavam para praticar o futebol, o esporte bretão que na época era novo no Brasil, e com isso “os primeiros times populares começaram a aparecer em São Paulo na região da Várzea do Carmo.”<sup>103</sup>.

Os rios paulistanos, por sua vez, forneciam uma grande quantidade de matéria-prima como areia e pedregulho para o crescimento da cidade, com isso “pode-se dizer que, em grande medida, a construção vertical e em solo firme da capital paulista saiu de dentro dos rios”. Além de fábricas de cerâmicas, vidro, olarias, que retiravam do leito do Tietê, de suas várzeas e margens, a matéria-prima para suas produções<sup>104</sup>.

Ainda analisando São Paulo, que não possuía uma divisão clara do que era o rural e o urbano, o historiador Nelson Aprobato Filho<sup>105</sup> dá destaque à presença dos animais em São Paulo, marca que estes eram parte intrínseca da vida cotidiana da cidade de fins do século XIX ao início do século XX<sup>106</sup>.

---

<sup>102</sup> SANT'ANNA. Op. cit. p. 49.

<sup>103</sup> ATIQUE, F.; SOUSA, Diógenes; GESSI, Hennan. Uma relação concreta: A prática do futebol em São Paulo e os Estádios do Parque Antarctica e do Pacaembu. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. V. 23, p. 91-109, 2015. p. 95.

<sup>104</sup> BRITO, F. Sartunino de. *Melhoramentos do rio Tietê em São Paulo*: relatório apresentado ao sr. dr. Firmiano Pinto, Prefeito de São Paulo. São Paulo: Seção de Obras, 1926. p. 89.

<sup>105</sup> APROBATO FILHO, Nelson. *O Couro e o Aço sob a mira do moderno*: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia final do século XIX/início do XX. Tese de doutoramento apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

<sup>106</sup> Idem. p. 51.

Neste sentido, encontrávamos “carros de boi às mulas de tropas, passando por uma infinidade de outras espécies.”. E prossegue “São Paulo de fins do século XIX e primeiros anos do XX era uma cidade repleta de animais, animais que eram parte intrínseca da vida cotidiana, que dividiam e ‘invadiam’ espaços e que, muitas vezes, causavam incômodos aos homens mais abastados.”<sup>107</sup>. Os “cronistas e caricaturistas da época, como aqueles que apresentavam a peculiaridade de suas visões [nas revistas] Cabrião e no Diabo Coxo, usavam direta ou indiretamente os animais como acessórios para crítica da cultura, sociedade de política e do poder público municipal.”<sup>108</sup>

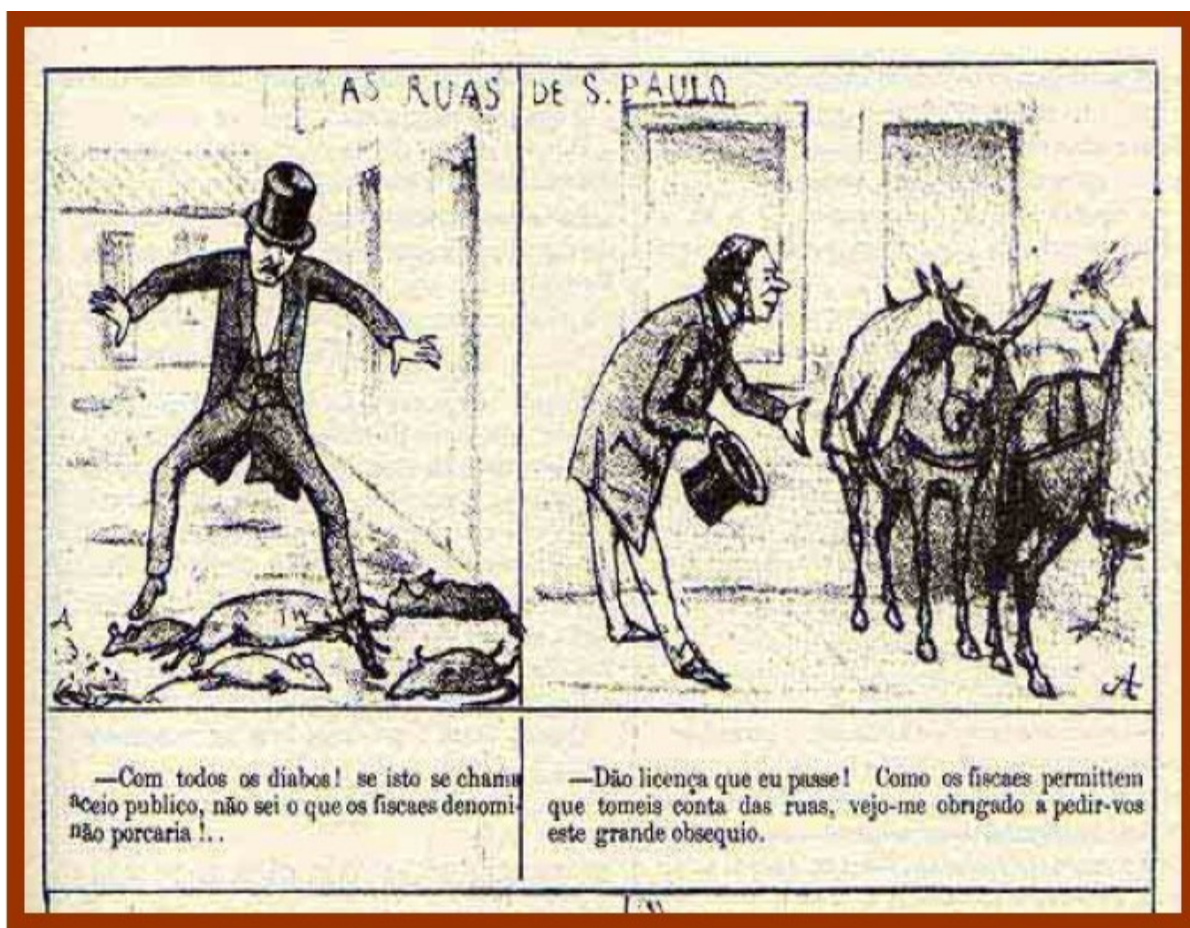


Imagem 5: *Cabrião* – Seminário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis. 1866-1867.

<sup>107</sup> APROBATO FILHO, Nelson. Op. cit. p. 51.

<sup>108</sup> SANTOS, Décio Freire dos apud APROBATO FILHO. Op. cit. p.51. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2000.

A respeito da presença desses animais no cotidiano da cidade, Americano relata que eram os cavalos e burros que faziam a patrulha montada, conduziam os caminhões de lixo e puxavam os bondes da época:

Os ruídos das patas dos cavalos da patrulha montada (o tenente e o ordenança) são diversos dos cavalos do caminhão de lixo, acompanhados pelo barulho das rodas com aros de ferro e das latas atiradas à calçada depois de vazias, diferem dos do cavalo do fiscal do lixo. Também dos burros das carroças de irrigação.

Escutei o bonde da Companhia Viação Paulista passando na Rua Vitória, misturando o ruído das rodas sobre trilhos, o barulho das patas dos animais e o das campainhas que trazem no pescoço.

Dois gatos (ou milhares de gatos) faziam uma gritaria infernal, que começou com um vagido de criança. Despertado pelos gatos, um cachorro late desesperadamente.<sup>109</sup>



Imagem 6: *Bonde à tração animal. São Paulo (SP), 1895.* Acervo: Divisão de Iconografia e Museus/DPH/PMSP. Acervo digital: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>109</sup> AMERICANO. Op. cit. p. 45 e 46.

Até o início da vida dos bondes elétricos muitas atividades na cidade, como registra Americano, e apesar de o bonde do seu relato ser elétrico, eram feitas por tração animal, com cavalos ou burros. Em São Paulo não foi fácil devido às disputas judiciais entre as empresas Cia. Viação Paulista e Light & Power, esta última inaugurou o primeiro bonde elétrico da cidade em 1900, que trafegou pelo centro da cidade, saindo da Alameda Barão de Limeira. Era o primeiro bonde que utilizava força elétrica na cidade<sup>110</sup>.

Para manter esse tipo de transporte com tração animal, era necessário um grande número de estábulos e cocheiras. Este tipo de construção não foi esquecido no Código Sanitário do ano de 1894<sup>111</sup>:

#### CAPÍTULO XVI:

##### COCHEIRAS E ESTÁBULOS

**Artigo 337.** - Os estábulos ou cocheiras devem ficar sempre isolados e afastados das habitações.

**Artigo 339.** - O chão das cocheiras deverá ser revestido de camada impermeável e resistente e deverá ter inclinação necessária para escoamento dos resíduos líquidos e das águas de lavagens.

**Artigo 340.** - As paredes deverão ser revestidas de camada impermeável até 1 metro e meio, pelo menos, acima do solo.

Porém, ao encontrarmos fotografias de cocheiras e estábulos, já do começo do século XX, observamos algumas diferenças em suas construções, bem como uma grande diversidade do local em que estavam instalados:

---

<sup>110</sup> SÁVIO, Marco A.C. *A cidade e as máquinas: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista 1900-1930*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55 e 63.

<sup>111</sup> O Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894 está disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>>. Acesso em: 01/01/2019.



Imagem 7: Área externa dos estábulos localizados à rua Augusta [na altura da rua Fernando de Albuquerque], provavelmente no terreno ocupado posteriormente pela Subestação Rua Augusta, destinados às mulas empregadas no serviço de bonde à tração animal. 24/06/1901. Acervo: Fundação Energia e Saneamento.





Imagem 8: *Fachada dos estábulos do Brás, na Avenida Intendência Celso Garcia. Instalações destinadas às mulas empregadas no serviço de bonde à tração animal, incorporadas pela empresa na fase inicial. 19/06/1901. Acervo: Fundação Energia e Saneamento.*



Imagem 9: *Estâbulos destinados às mulas utilizadas nos bondes à tração animal, localizados no bairro de Santa Cecília. 24/06/1902. Acervo: Fundação Energia e Saneamento.*



Imagem 10: *Fachada dos estábulos localizados no Cambuci, à rua dos Lavapés, destinados às mulas empregadas no serviço de bonde à tração animal, incorporadas pela Light SP na fase inicial da empresa.* Acervo: Fundação Energia e Saneamento.

### 1.1 Cães, formigas, transporte e lavadeiras

Qualquer elemento que demonstrasse vagabundagem para a nascente e moderna elite paulistana de fins do século XIX deveria ser eliminado e estavam incluídos nessa lista os cães. Contra os cães “vagabundos” a municipalidade travou uma grande batalha, sendo bolas de veneno uma das principais. Além disso, podemos encontrar leis contra esses animais. Vejamos:

Art. 5º. Ninguém poderá ter cães soltos nas ruas da cidade sem estarem açaimados, os cães vagabundos e sem coleira, que indique ter pago o imposto municipal, serão mortos pelos fiscais, a exceção dos perdigueiros, e os de raça especial, os quais serão apreendidos e recolhidos ao depósito, e anunciados por espaço de 4 dias: findo esse prazo, e não sendo reclamados mediante a multa de 10\$000 e pagamento das despesas feitas, serão



arrematados em pregão público, à porta da Secretaria da Intendência, por quem mais der.<sup>112</sup>

Através desta imagem do começo do século passado, podemos ver alguns cães circulando livremente entre as pessoas pelas ruas da capital paulista.



Imagem 11: *Rua Capitão Salomão entre 1905 e 1910*. Acervo: Agência Estado. Jornal *O Estado de S. Paulo*. (apud Aprobato Filho, 2006, p. 148.)

Os cães servem como um grande exemplo do pensamento de repulsa e amor pela natureza da cidade, e um ponto relevante no pensamento sobre os animais. Neste sentido, “muitos moradores de São Paulo, principalmente donos informais de cães e

---

<sup>112</sup> Leis e Resoluções da Câmara Municipal do Estado de São Paulo, de 29 de setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893. São Paulo: Tygrafia a vapor Pauperio & Comp., 1897. p.11 apud APROBATO FILHO. Op. cit.

gatos e outros animais domésticos, tinham um verdadeiro asco à carrocinha de cães”<sup>113</sup> e como lembra Gattai, a mãe dela cuidava dos que apareciam na casa delas, inclusive de Flox:

O mais antigo de nossos cães. [...] Mamãe o batizou com o nome de Flox, certamente por ser felpudo e branco como um floco de algodão. O mau português de dona Angelina foi responsável pela transformação de floco em flox; ao ver o cachorro banhado e penteado exclamou: “Ai que lindo flox de algodão!” Ficou sendo Flox.

Flox apareceu um dia, fugindo das pedradas de um bando de meninos. Machucado, atingido numa das patas traseiras, sangrando, corria com dificuldade, sustentado por três pernas apenas. Encontrou o providencial portão aberto, entrou, escondeu-se debaixo de um automóvel estacionado na garagem. Morta de pena, como sempre, mamãe o acolheu; conquistou a confiança do animal assustado, oferecendo-lhe água fresca, falando-lhe com carinho.

Com voz severa, passou um sabão nos moleques que, sem tomar conhecimento da lição de moral que recebiam, permaneceram ainda por muito tempo rondando a casa, esperançosos de continuar a brincadeira.<sup>114</sup>

A parte destacada, grifo nosso, no texto indica algo bem interessante em relação aos cachorros. Dona Angelina recolhia, cuidava e tratava de todos que apareciam em sua casa, porém, esses mesmos animais, nas últimas décadas do século XIX, representavam muito pouco para o orçamento municipal, ou seja, eram vistos como simples estorvos – morais, estéticos e sanitários – e simbolizavam constantemente despesas para os cofres públicos; mesmo os donos dos cães precisando pagar determinadas quantias anualmente, uma vez que os cães não possuíam valor intrínseco, como vacas ou cabras, e não eram utilizados para nenhum tipo de trabalho, como bois e cavalos<sup>115</sup>.

As formigas, que por muitas vezes foram um problemas para a cidade, como destaca Aprobato, eram “consideradas, por muitos, uma das piores pragas em florestas, plantações e cidades, as saúvas em particular, e as formigas, em geral, podem sem colocadas ao lado dos cães como uma das espécies de animais que foram, ao mesmo tempo, as mais controladas e aquelas que mais fugiam do domínio público.”<sup>116</sup>.

---

<sup>113</sup> Idem. p. 173.

<sup>114</sup> GATTAI, Zélia. Op. cit. p. 69.

<sup>115</sup> APROBATO FILHO. Op. cit. p. 127 e 128.

<sup>116</sup> DEAN, Warren. *A Ferro e fogo: A História e A Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 45 e 124-127 apud APROBATO FILHO. Op. cit.

Alguns documentos oficiais da segunda metade do século XIX indicam a preocupação com as formigas. Em 1870 existia um orçamento de 500\$000 destinado exclusivamente à “extinção de formigueiros e animais daninhos” e, com o passar do tempo, podemos verificar um crescimento na verba para essa finalidade: “1879: 200\$000; 1881: 1.000\$000; 1882: 1.000\$000”<sup>117</sup>.

Lembramos que nessa pesquisa não iremos questionar ou debater a sensibilidade dos paulistanos em torno dos animais e das áreas verdes. Neste sentido, o debate acima é apenas uma apresentação de como parte dos moradores e do município pensava e agia em relação aos animais, além de demonstrar como eles estavam presentes no cotidiano da ainda rural São Paulo durante o processo que levaria ao crescimento urbano e industrial.

Como analisa Aprobato,

o problema não era, necessariamente, a posse ou não de animais domésticos urbanos. O que estava em jogo era como a imagem dessa relação de posse seria apresentada a partir das últimas décadas do século XIX. Qualquer elemento que remetesse a práticas socioculturais de raízes rurais e coloniais deveria ser eliminada. Os animais soltos pelas ruas da cidade eram a representação notória desse passado ultrajante.<sup>118</sup>

Essas práticas socioculturais e de raízes rurais, por sua vez, refletia-se no próprio cotidiano dos trabalhadores pobres, que precisavam fazer bicos ou “que sobreviviam dos recursos esporádicos do trabalho casual”<sup>119</sup>, ficando muitas vezes reféns da “variações nas condições atmosféricas, como os dias muito chuvosos ou de intenso frio, prendiam em casa muitos trabalhadores, cujas funções os colocavam em

---

<sup>117</sup> SÃO PAULO (SP). Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1870. São Paulo: Typographia Americana, 1870, p. 283. SÃO PAULO (SP). Collecção de Leis e Posturas Municipaes Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo no Anno de 1879. São Paulo: Typ. Da Tribuna Liberal, 1879, p. 56. SÃO PAULO (SP). Collecção de Leis e Posturas Municipaes e Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1881. São Paulo: Typ. Da Tribuna Liberal, 1881, p. 10. SÃO PAULO (SP). Collecção de Leis e Posturas Municipaes e Aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo no Anno de 1882. São Paulo: Typ. Da Tribuna Liberal, 1882, p. 42. Apud APROBATO FILHO. Op. cit.

<sup>118</sup> APROBATO FILHO. Op. cit. p. 152.

<sup>119</sup> PINTO. Op. cit. p. 231.

abertos contato com a natureza, tais como as inúmeras variedades de profissões que se exerciam na rua.”<sup>120</sup>.

Por causa disso, o dia-dia desses trabalhadores não estava “atado à disciplina regular do serviço.”<sup>121</sup>. Dessa forma, como relata Pinto, o limite entre os momentos de “trabalho e a folga” desses homens pobres não era bem delimitado, fazendo com que “o trabalho e a diversão [estivessem] integrados no ritmo diário de sobrevivência do trabalho casual.”<sup>122</sup>.

Os rios da cidade faziam-se necessários para a subsistência nesse tipo de trabalho, como o das lavadeiras, em uma época em que a “água encanada era rara e cara”, tendo o rio, cujo acesso era gratuito, para fornecer as condições para este trabalho<sup>123</sup>. Neste sentido, Maria Odila Leite da Silva Dias, em *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*<sup>124</sup> relata: “Na beira dos rios, com os filhos às costas, desmanchavam as trouxas, lavavam dentro d’água e às vezes estendiam as roupas para secar nas guardas das pontes.”<sup>125</sup>.

---

<sup>120</sup> Idem. p. 230.

<sup>121</sup> Idem. p. 230 e 231.

<sup>122</sup> Idem. p. 231.

<sup>123</sup> NICOLINI, Henrique. *Tietê: o rio do esporte*. São Paulo: Phorte Editora, 2001. p. 31.

<sup>124</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 25.

<sup>125</sup> Idem. Op. cit. p. 25.



Imagem 12: *Registro de Vincenzo Pastore, da lavanderia às margens do Tamanduateí, entre 1900/1910.* Acervo: Instituto Moreira Salles.

Essas lavadeiras eram mulheres, “muitas mães de família, que trabalhavam sob o regime de encomenda e que levavam o trabalho para ser realizado em casa, intercalavam aleatoriamente o ‘trabalho para fora’ com as suas obrigações domésticas.”<sup>126</sup>. Vale ressaltar que as “lavadeiras não estavam necessariamente subordinadas ao controle sistemático das autoridades municipais, o que certamente representava um incômodo aos grupos à frente do poder local.”<sup>127</sup>.

Por fim, foram também encontrados relatos de homens e mulheres que tiravam o seu sustento por meio da criação de animais e venda de seus derivados. Segundo Aprobato, em um levantamento feito em sua pesquisa sobre a cidade no ano de 1905, foi contabilizada a presença de 21.606 animais circulando pela cidade, entre bovinos,

---

<sup>126</sup> PINTO. Op. cit. p. 234.

<sup>127</sup> SANTOS. Op. cit. p. 99.

equinos, asininos e muares, e em 1920 38.885 animais pela cidade<sup>128</sup>. Muitos desses animais ficavam em espaços que hoje são de grande circulação de pessoas.



Imagem 13: *Fachada do estábulo, situado na rua José Paulino, então rua dos Imigrantes, no Bom Retiro, destinado aos burros utilizados nos bondes de tração animal. 1901. GAENSLY, Guilherme. Bairro Bom Retiro (São Paulo, SP). Acervo: Fundação Energia e Saneamento.*

---

<sup>128</sup> APROBATO FILHO. Op. cit. p. 77.



Imagem 14: Grande cocheira, provavelmente reunindo burros usados nos bondes de tração animal. Em função dos edifícios ao fundo, entre eles o alto do Convento da Luz, ao centro, pode-se supor que este terreno era localizado na rua Três Rios. 1901. GAENSLY, Guilherme. Bairro Bom Retiro (São Paulo, SP). Acervo: Fundação Energia e Saneamento.

Lendo os relatórios de prefeitos podemos encontrar com facilidade passagens que discutem a quantidade de cocheiras existentes na cidade e a variedade de locais de instalação:

Aproveitando os serviços do funcionário a quem incumbi especialmente da fiscalização dos estábulos, encarreguei-o também de examinar as cocheiras, situadas nos diversos pontos da cidade. Foi assim que, durante o ano, visitaram-se 1.780, exigiu-se e obteve-se em 331 o cumprimento das formalidades da lei, demoliram-se 55 das 99 condenadas por insanáveis defeitos de higiene, e construíram-se 186, com planta devidamente aprovada.<sup>129</sup>

No ano seguinte também vemos no relatório do prefeito a passagem da fiscalização de cocheira:

<sup>129</sup> Relatório de 1899 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado. São Paulo: Typographia Vanorden & Co, 1900, p. 8.

Continuou a ser feito regularmente o serviço de inspecção de cocheiras e estábulos, a cargo de um dos Veterinários do Matadouro, a quem encarreguei não só daquele serviço como também do de exame das vacas leiteiras. Foram visitadas 1.371 cocheiras; exigiu-se e obteve-se em 198 o cumprimento das prescrições da Lei n. 234; demoliram-se 92 por insanáveis defeitos de higiene, e construíram-se 115 com plantas devidamente aprovadas.<sup>130</sup>

A respeito da importância desses animais para a população, destaca-se a existência de construções da própria Prefeitura para receber esses animais, conforme se observa no relatório do prefeito da cidade no ano de 1907:

Actualmente existem na cidade, locados pela Prefeitura, quatro bebedouros para animaes, mandados vir do estrangeiro por intermédio da Sociedade Protectora, que se encarregou do respectivo assentamento, tendo os mesmos custado aos cofres da Câmara a importância de 8:372\$000. Além destes bebedouros a Sociedade mandou vir mais quatro, por sua conta, que se acham também assentes em diversos locais da cidade.<sup>131</sup>

Por fim, a urbanização trazia novas formas de se relacionar com a natureza paulistana, e também consequências:

à medida que o povoamento crescia, tal matança multiplicou-se e contribuiu para a diminuição do número de algumas espécies, ou mesmo o seu desaparecimento. Tal processo se intensificou a partir de fins do século 19 com a explosão demográfica, o avanço da urbanização e das atividades correlatas que ela provocava no território paulistano e seus arredores. Quando não eram mortos, os animais tinham que competir cada vez mais por espaço e recursos com a nova sociedade que surgia.<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> Relatório de 1900 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado. São Paulo: Typographia Vanorden & Co., 1901, p. 7.

<sup>131</sup> Relatório de 1907 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado. São Paulo: Typographia Vanorden & Co., 1908, p. 23.

<sup>132</sup> JORGE. Op. cit. p. 151.



## CAPÍTULO II: CIDADE E ALIMENTAÇÃO

Inicialmente, convém consignar que a natureza no século XIX não apenas estava presente no cotidiano de muitos de seus moradores, como também possuía uma centralidade na própria dinâmica de organização de suas vidas, como demonstrou Denise Bernuzzi de Sant'Anna em *Cidade das águas: o uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*<sup>133</sup>, ao relatar que a população paulistana pautava suas tarefas cotidianas de acordo com “as variações da luz solar e a intensidade da escuridão da noite”, cultivando a terra de acordo com as estações do ano, além de tantos outros aspectos<sup>134</sup>.

Este capítulo, no entanto, busca demonstrar apenas em que medida a população pobre da capital paulista, em sua vida cotidiana, dependia da exploração do mundo natural para sobreviver, assim sendo, envolvendo sua alimentação, porém não é nosso objetivo fazer um levantamento e discutir a história da alimentação.

A esse respeito, Pinto afirma que “a exploração predatória da rica flora e fauna circunvizinhas era um dos meios essenciais à formação do mínimo vital para a subsistência das famílias pobres.”<sup>135</sup>. E acrescenta:

a necessidade de coletar os produtos da natureza para completar sua manutenção diária fez com que o homem pobre aprendesse a dominar um vasto conhecimento sobre o curso dos rios, os perigos e as riquezas naturais dos brejos e matagais adjacentes, elaborando uma série de técnicas rudimentares para explorá-los. Possuir referências precisas sobre o ciclo das reservas alimentares nativas era fundamental para a subsistência dessas populações ribeirinhas.<sup>136</sup>

Como lembra Americano:

Parou à porta uma carrocinha de duas rodas, puxadas por um burro e conduzida por um homem. É o “lenheiro”. Traz meio metro cúbico de lenha (a carroça mede um metro de comprimento, por uma de largura, e meio de altura).<sup>137</sup>

A lenha vem colocada de modo a comportar o menor número de paus no maior espaço. O preço é 4.500 réis. Em regra, o carroceiro não recolhe a lenha. Poucos minutos depois passa um menino de 15 anos e se oferece para recolher, por 500 réis.

---

<sup>133</sup> SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

<sup>134</sup> Idem. p. 22.

<sup>135</sup> PINTO. Op. cit. p. 241.

<sup>136</sup> Ibidem.

A lenha foi recolhida, e dura uma semana.<sup>138</sup>

Muitos homens retiravam madeira e lenha de campos e matas que margeavam os rios Tietê e Tamanduateí<sup>139</sup>. Outros buscavam lenha em Santo Amaro<sup>140</sup>. A venda de madeira e de outros produtos vindos da natureza se fazia presente na Freguesia do Ó; neste último também existiam os comerciantes e produtores de hortaliças, tijolos e madeira para combustível, entre outros produtos<sup>141</sup>.

Assim, sobre o aproveitamento diverso das matas e rios, ao estudarmos a história de São Paulo não temos dificuldade de encontrar historiografia e memórias da época; existem diversos relatos da sua população, ou de parte dela, estabelecendo os mais diversos tipos de contato com a natureza. A exemplo disso, na obra *São Paulo geografia e história*, Caio Prado Jr. disserta sobre as características geográficas e históricas da cidade e as primeiras formas de ocupação na região, conforme se verifica no seguinte excerto:

[...] em suma, são as margens dos rios as zonas inicialmente ocupadas pelo povoamento do planalto paulista. E não só pelas vantagens assinaladas, como também: maior fertilidade das terras, abundância de água e facilidade para a obtenção do peixe, gênero de grande importância na alimentação da época.<sup>142</sup>

Ainda, Caio Prado Jr. indica que desde a colonização da região a natureza apresentava-se como fundamental nas decisões dos homens que circulavam por essas localidades.

Para muitos imigrantes recém-chegados, como “italianos, portugueses, espanhóis, alemães e etc.”, que tiveram que se adaptar a comer tamanduás, tatus, capivaras, preás, codornas, pombos do mato, lambaris, traíras, e cascudos, à moda dos roceiros e trabalhadores pobres brasileiros, essa natureza passou a representar um importantíssimo recurso para sua sobrevivência, sobretudo através da caça<sup>143</sup>.

---

<sup>138</sup> AMERICANO. Op. cit. p. 115 e 116.

<sup>139</sup> PINTO. Op. cit. p. 243.

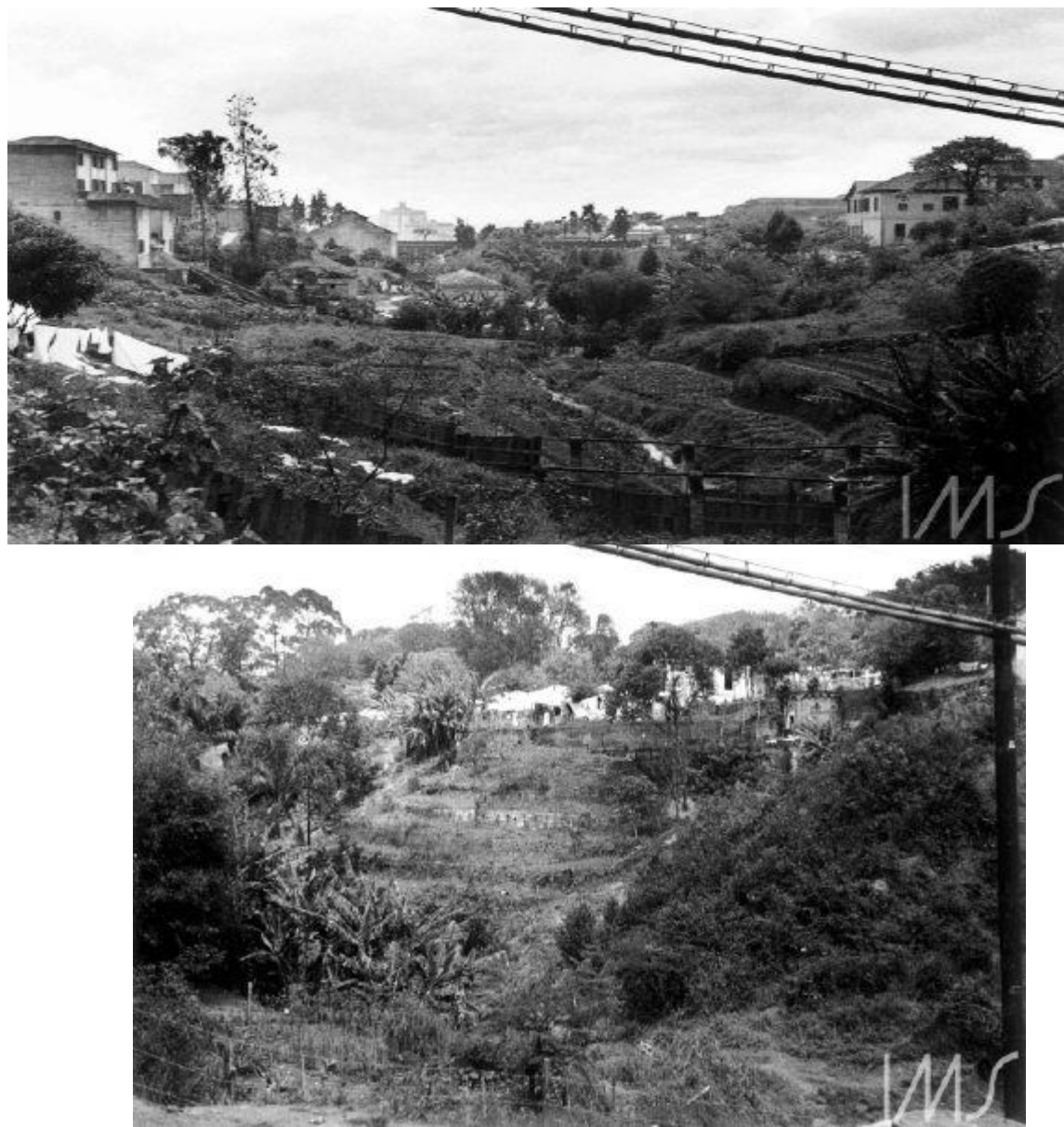
<sup>140</sup> AMERICANO. Op. cit. p. 118.

<sup>141</sup> *Atlas da Câmara Municipal de São Paulo*, 1º de abril de 1895, p. 208-209 apud SANT’ANNA. Op. cit.

<sup>142</sup> PRADO JR. Caio. *A cidade de São Paulo: Geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 13 Ed. p. 22.

<sup>143</sup> PINTO. Op. cit. p. 245.

Claude Lévis-Strauss, em seu trabalho *Saudades de São Paulo*<sup>144</sup>, descreve suas lembranças de uma cidade em que essas características rurais ainda sobreviviam, ressaltando que “a ocupação do vale do Itororó, no trecho entre a rua Pedroso e o espigão, apresentava uma ‘atmosfera rural’, com hortas ou restos de mata”, isso até o início dos anos 60 do século XX<sup>145</sup>.



Imagens 15 e 16: Claude Lévis-Strauss. *Vale do Itororó, São Paulo – SP – Brasil – 1935*. Acervo: Instituto Moreira Salles.

<sup>144</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades de São Paulo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

<sup>145</sup> Idem. p. 97.

Assim, no ano de 1935 ainda encontrávamos espalhados pela cidade vastos espaços que serviam de horta para a população. Neste sentido, Vinicius Octável Silva relata que “historicamente os quintais eram ligados a certas atividades próprias a uma sociedade agrícola que, trasladada para o meio urbano, reproduzia práticas do meio rural.”<sup>146</sup>.

Assim, nessa mistura entre urbano e rural destacam-se os quintais. Esse quintal, enquanto continuidade da vida rural, oferecia uma opção a mais de subsistência às famílias menos abastadas. Neste sentido,

O quintal, durante o período colonial, mas também durante o século XIX, era ocupado por várias instalações destacadas da construção principal. Diretamente ligados ao abastecimento alimentar, galinheiros e pocilgas aí se encontravam. Muito frequentemente os lares urbanos funcionavam não somente como unidades de consumo, mas também como unidades de produção doméstica. Estoque de alimentos, produção de farinha e mesmo um pequeno artesanato implicavam necessariamente a implantação de anexos no espaço dos quintais (ALGRANTI, 1997, p. 145-151). A própria cozinha foi um dos primeiros elementos da arquitetura vernácula portuguesa a sofrer transformações quando da sua transposição para o território brasileiro.<sup>147</sup>

Sobre os quintais, Silva descreve de uma forma rica que vale citar aqui, a importância para a produção de alimentos, de como os quintais foram sendo substituídos por garagens devido ao crescimento urbano e como as famílias menos abastadas continuavam por mais tempo com a cultura do quintal: “O próprio critério de seleção das plantas a compor esse jardim era bastante significativo dessa representação almejada. Enquanto os quintais continuavam ocupados por pomares, hortas e, sobretudo espécies brasileiras, africanas ou asiáticas, aclimatadas, no jardim frontal, eram absolutamente interditadas as plantas de origem não europeia.”<sup>148</sup>.

E acrescenta: A ampliação da escala urbana, no caso das grandes cidades, fez nascerem os equipamentos de transporte individual, para as classes mais abastadas.”.

---

<sup>146</sup> SILVA, Luís Octável da. Quintais e morada brasileira. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61- 78, dez 2004. p. 65.

<sup>147</sup> Idem. p. 67. Ao citar Nestor Reis Filho (1995, p. 74) comentando esse fato, menciona “a existência de um paradoxo etno-cultural vivido pelas elites brasileiras da segunda metade do século XIX. Elas identificavam o Brasil como um país de linhagem europeia. Entretanto, os quase quatro séculos de escravidão haviam tornado o país por demais mestiço, por demais “escuro” para esse ideal. Durante o período colonial, a mediação do país com a civilização europeia fora feita através da metrópole. No momento em que o país adquiriu sua independência, era necessário reconstruir essa identidade, a cada momento, em cada espaço.” (p. 72). “Nas residências menos abastadas o quintal sobreviveu, porém com sua área cada vez mais reduzida. Nos bairros populares, nos lotes já originalmente pequenos, o quintal tornou-se um espaço de acesso a cômodos suplementares construídos para serem sublocados ou destinados a familiares. A vegetação é aí praticamente inexistente. Mesmo no caso das residências de classe média, impôs-se cada vez mais uma estética da assepsia, onde os espaços não edificados são quase inteiramente pavimentados e impermeabilizados.” (p. 74).

<sup>148</sup> Idem. p. 72.

Assim, os quintais começaram a dar espaço para novas funções, “abrigava as garagens para esses equipamentos e, algumas décadas mais tarde, para os automóveis. As funções de abastecimento de subsistência perderam importância, numa sociedade cada vez mais marcada por relações capitalistas. Os lares urbanos abandonaram cada vez mais o caráter de unidades de produção para restringirem-se à função de consumo.”<sup>149</sup>.

Eles faziam parte do cotidiano da população e “não se tratavam de chácaras ou pequenos sítios na periferia urbana, mas sim de um elemento presente em todas as residências, independentemente de classe social, localização urbana ou região geográfica.”<sup>150</sup>.



Imagem 17: Os quintais e a topografia. Vista panorâmica da várzea do Tamanduateí, cidade de São Paulo. Aquarela de Arnaud Julien Pallière, 1821-1822, imagem estirada na vertical. Fonte: REIS FILHO (2000. Cdrom ref. SP01BC).<sup>151</sup>

---

<sup>149</sup> Ibidem.

<sup>150</sup> Idem. p. 65.

<sup>151</sup> Idem. p. 68.



Imagem 18: *Cidade do século XIX não identificada. Aquarela de Miguel Dutra (Miguel Dutra, o poliedrico artista paulista). São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 1981, p. 19.*

Esses quintais, presentes em grande parte das residências urbanas desde o período colonial, não passaram incólumes pelos processos históricos, sofrendo, portanto, importantes transformações ao longo dos anos. A esse respeito,

a complexificação social incitou a adoção de novas tipologias arquitetônicas. Nas áreas centrais, muitos imóveis sofreram mudanças de uso e, nesses casos, muitos dos quintais passaram a ser ocupados por ampliações dos edifícios principais. Por exemplo, pela implantação de depósitos para as atividades comerciais, para o alojamento de empregados ou simplesmente para ampliação da atividade principal do lote. Cortiços e cabeças-de-porco tornaram-se a alternativa de moradia mais corrente para uma boa parte da população das maiores cidades.<sup>152</sup>

Ainda a respeito de como a natureza era importante para a sobrevivência dos novos moradores da cidade, o historiador Janes Jorge é categórico ao afirmar que “para a multidão de imigrantes que se instalou em São Paulo a partir de fins do século XIX, e,

---

<sup>152</sup> Idem. p. 71.

sobretudo, no caso dos pobres, conhecer o Rio Tietê e seus afluentes, mais especificamente os recursos naturais que estes ofereciam, podia significar escapar da fome ou do desemprego”<sup>153</sup>.

Assim, não é de se espantar que a os rios paulistanos representassem, para as populações locais nos mais diversos períodos, a possibilidade de constituir-se como espaço central de convivência e sobrevivência.

Neste sentido, ainda, observamos a obra *A pesca e os pescadores: recursos naturais e conflito social*, na qual João Rafael Moraes de Oliveira demonstra como a ação de pescar foi fundamental ao longo da história de São Paulo:

Ao longo da história de São Paulo, a pesca foi fator preponderante de sobrevivência para uma parcela da população. Isso quer dizer que, se levarmos em conta a particularidade da ocupação do território paulista, caracterizada pela mobilidade, a pesca representou uma certa sedentarização de uma parte dessa população[..].<sup>154</sup>

É claro que dentro desta cidade não faltavam vendedores de peixe, vale a pena lembrar “quem tivesse sorte nas pescarias podia vender o excedente conseguido no movimentado comércio de São Paulo.”<sup>155</sup>. A esse respeito, Americano relata:

Salvador peixeiro traz sobre os ombros um pau roliço de cujas pontas pendem dois cestos, a modo dos peixeiros da China: tainha (peixe ordinário), badejo, garoupa, robalo, camarões. Um robalo grande (para o casal e 4 filhos e mais três empregadas) por 1.500, com camarões de graça, para contrapeso.<sup>156</sup>

Vem outro peixeiro. É um caipira que andou pescando uma dúzia de bagres no Tietê. Está descalço, e traz os peixes enfiados pela guelra num cipó.<sup>157</sup>

A pesca em São Paulo não era nenhuma novidade, o novo no primeiro relato são os peixes de água salgada, citados por Americano, que começaram a ser comercializados na cidade depois da construção da ferrovia São Paulo Railway. Porém, é bom lembrar que historicamente

---

<sup>153</sup> JORGE. Op. cit. p. 88.

<sup>154</sup> OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. *A pesca e os pescadores: recursos naturais e conflito social*. In: *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. Org. Paulo Henrique Martinez. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 122.

<sup>155</sup> JORGE. Op. cit. p. 96.

<sup>156</sup> AMERICANO, Jorge. Op. cit. p. 113. Esse primeiro peixeiro apresenta alguns peixes de água salgada, que provavelmente subiram a Serra do Mar para serem vendidos na cidade de São Paulo.

<sup>157</sup> Idem. p. 113 e 114.

os rios paulistanos eram abundantes em peixes e, para captura-los, os indígenas desenvolveram diferentes técnicas de pescar. Uma delas era o emprego de plantas como o timbó, que, uma vez imerso na água, atordoava os peixes de tal forma que eram apanhados facilmente. Essa técnica perdurou em São Paulo até o início do século XX.<sup>158</sup>

E também a tentativa de delimitar essa atividade vinha de longa data, como “o texto de um edital proclamado em 15 de janeiro de 1738 já insistia sobre a necessidade de regar a pesca em São Paulo porque nela eram utilizados instrumentos e métodos ameaçadores à vida dos pequenos peixes e à qualidade da água.”<sup>159</sup>. A venda de peixes também passava por antigas regulamentações, como a de 1749, que estabeleceu a venda de peixe fresco na entrada de um beco da rua São Bento, e a de 1764, que proibiu a venda de peixes em estradas<sup>160</sup>.

No cotidiano do começo do século XX, lambiscadas, feitas com peixes dos rios, ainda eram vendidas em vários pontos da cidade<sup>161</sup>. E “as ruas do centro eram as preferidas, e havia certo número de vendedores quase fixos em diferentes locais, com seus tabuleiros de peixe, tais como aqueles em frente ao teatro e próximo aos principais chafarizes.”<sup>162</sup>.

No trabalho de Aristides Almeida Rocha, *Do lendário Anhembi ao poluído Tietê*<sup>163</sup>, é possível vislumbrar um pouco dessa realidade, na qual

No alto Tietê, junto à capital, os peixes eram abundantes quando da fundação da vila (...). O principal centro de pesca era a várzea situada entre o Tietê e o Tamanduateí, hoje bairros do Pari, nome originado do cercado de varas que os índios usavam para pegar os peixes.

Em muitas recordações e relatos sobre a pesca na cidade, escreve Jorge,

há homens passando as madrugadas acampados à beira do rio, pescando, para no dia seguinte entregar à esposa os peixes que seriam consumidos pelas famílias numerosas e carentes. Assim, o pescado do Tietê tornava mais

---

<sup>158</sup> JORGE, Janes. À procura de um reencontro: o Tietê e os moradores de São Paulo. In: *História ambiental paulista*. Org. Paulo Henrique Martinez. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 178.

<sup>159</sup> SANT'ANNA. Op. cit. p. 83.

<sup>160</sup> SANT'ANNA. Op. cit.

<sup>161</sup> Idem. Op. cit. p. 87.

<sup>162</sup> Idem. p. 84.

<sup>163</sup> ROCHA, Aristides Almeida. *Do Lendário Anhembi ao Poluído Tietê*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991. p. 43.



nutritiva a alimentação dos pobres, quase sempre impossibilitados de consumir proteína animal no mercado, devido ao seu baixo poder aquisitivo<sup>164</sup>.

A pescaria era farta e fácil no Tamanduateí e no Tietê, “neste último sobretudo no trecho entre a Vila Maria e o Tatuapé, que era bem raso, e nos córregos Tatuapé e Aricanduva que nele desaguavam.”<sup>165</sup>.

Vale sempre lembrar que a pesca não acontecia apenas no rio Tietê. O Vale do Anhangabaú ainda era marcadamente rural, no início do século XX, e nele havia a caça de rã, bem como ao longo do rio Tamanduateí. O principal centro de pesca da cidade, no entanto, foi a várzea localizada entre o Tietê e o Tamanduateí, hoje bairro do Pari, nome que lembra a antiga maneira de pescar, herdada de tradições indígenas<sup>166</sup>.

A pesca, como vimos, servia tanto para suprir a própria subsistência, na medida em que muitos homens pobres extraíam dos rios os principais produtos para sua alimentação, quanto para permitir a aquisição de renda, na medida em que o excedente da pesca era vendido no mercado ambulante.

Os vendedores de peixe se espalhavam pela cidade, nas ruas do centro e da periferia, sendo alguns fixos e outros ambulantes, ressaltando Sant’Anna que entre eles possuíam diversas diferenças, uma vez que “não portavam todos os mesmos equipamentos ou os mesmos tipos de peixes nem circulavam de modos semelhantes.”<sup>167</sup>.

Ao mesmo tempo em que a pesca se fazia presente naquela sociedade, também passa a se fazerem presentes as tentativas de sua regulamentação. No Código de Posturas encontramos o *TITULO XVI – DA PESCA*, com dois artigos:

Art. 179. – É proibido empregar-se na pesca qualquer substância ou veneno que possa ser prejudicial à saúde pública; sob pena de 30\$ de multa.

Art. 180. – Os pescadores que trouxerem ao mercado peixe damnificado, soffrerão a multa de 20\$ ou quatro dias de prisão, e na mesma multa incorrerão aquelles que em tavernas, ou em qualquer outra casa, venderem peixe fresco ou salgado e mariscos naquellas condições. O peixe, desde que tiver princípio de decomposição, será retirado do lugar da venda para ter o conveniente destino.<sup>168</sup>

---

<sup>164</sup> JORGE, Janes. À procura de um reencontro: o Tietê e os moradores de São Paulo. In: *História ambiental paulista*. Org. Paulo Henrique Martinez. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.. p. 177.

<sup>165</sup> PINTO. Op. cit. p. 242.

<sup>166</sup> SANT’ANNA. Op. cit. p. 85.

<sup>167</sup> Idem. p. 84.

<sup>168</sup> *Código de posturas*, p. 36 e 37.

Além de encontrarmos muitas vezes juntamente à regulamentação da caça, como na Lei N. 4 que “Prohíbe e restringe o exercício da Caça, Pesca e Navegação”<sup>169</sup>, que será discutida no próximo capítulo.

Isso porque, em 1880 a desconfiança de que os comerciantes vendiam peixes estragados tendeu a mobilizar a ação policial<sup>170</sup>, que por vezes tomava a mercadoria dos pescadores e vendedores de peixes. Estes sofreram, ainda, com as novas regulamentações do governo ou com a organização do clube da caça e pesca<sup>171</sup>.

Essas leis e normatizações atingiam diretamente a vida das pessoas que precisavam do contato com a natureza para manter o mínimo para sua subsistência. Isso faz com que se passe por um longo debate, afinal, o que queriam essas leis proibitivas? Era muito raro existir o discurso de preservação dos rios, matas e animais na época estudada, de uma cidade com características hoje em dia consideradas rurais.

Entre as lembranças que podemos encontrar sobre essa São Paulo rural, na pesquisa feita por Dias, destaca-se a de Ferreira de Rezende em 1854, “que ao observar no caminho do Ó, o movimento das roceiras que passavam vendendo ovos, hortaliças e peixes frescos”<sup>172</sup> afirma que “esse grande vaivém marcava a dura luta de sobrevivência de uma maioria de mulheres sós, chefes de família.”<sup>173</sup>.

Neste sentido, podemos perceber a grande quantidade de áreas verdes e roças que estavam presentes no cotidiano da cidade paulista:

Nos quintais, lembra dona Risoleta, e adjacentes de suas habitações, nos terrenos baldios de pouco valor econômico, nas baixadas dos rios Tietê e Tamanduateí, na proximidade de desfiladeiros, o homem pobre cultivava informalmente verdadeiras roças de subsistência. Plantava pequenas hortas de mandioca, milho, banana, feijão, arroz, uma ou outra verdura; criava soltos animais domésticos tais como vacas, burros, cabras, galinhas e porcos etc. Nas horas vagas, ao entardecer e nos feriados, homens e mulheres, trabalhadores sazonais e componentes de famílias operárias, plantavam pequenos roçados, alimentavam os animais domésticos, realizando um trabalho extra, empenhando-se em ter uma galinha a mais, ovos e vegetais para complementar a refeição diária. Preocupavam-se em garantir o mínimo vital necessário ao dia-dia e em suplementar a dieta familiar, lutando contra a desnutrição.<sup>174</sup>

---

<sup>169</sup> Leis e Resoluções da Câmara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo de 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893.

<sup>170</sup> SANT’ANNA. Op. cit. p. 85.

<sup>171</sup> Idem. p. 87.

<sup>172</sup> DIAS. Op. cit. p. 25.

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> BOSI, Ecléa. Memórias de Dona Risoleta. In: *Memória e Sociedade: lembrança do velho*. p. 297. Apud PINTO. Op. cit.

Podemos ainda citar inúmeros exemplos de trabalhadores ambulantes que circulavam pelas ruas de São Paulo, como amoladores de facas, baleiros, sorveteiros, entre outros<sup>175</sup>. Porém, focando na relação com a natureza, como na memória de Americano:

Vem vindo a carrocinha de verduras, de duas rodas e dois varais empurrados pelo verdureiro. Para em cada casa, a patroa vem à janela e orienta a criada. Alface, couve, cenoura, abobrinha, cheiro (salsa e cebolinha), tudo por dez tostões.

O fruteiro, com duas cestas nos braços: banana-maçã, seis por um tostão, banana-ouro, cinco por um tostão, banana-italiana ou nanica, oito por um tostão. Laranjas, 400 réis a dúzia. Maças, dez tostões a dúzia, umas a 1.500 o quilo.<sup>176</sup>

Quando Americano cita estes dois vendedores, podemos perceber que ele não se preocupa com a origem desses produtos, ou seja, de onde eles vieram, se era da própria cidade ou das imediações. Mas sabemos que durante o século XIX havia pessoas que eram chamadas de “atravessadores”, homens pobres que compravam os mais diversos produtos à beira das estradas, nas proximidades do núcleo urbano, por preços baixos, e tentavam revendê-los por preços altos na rua das Casinhas. Pagando barato ou caro, o paulistano daqueles tempos dispunha de certa diversidade de produtos, especialmente de alimentos vindos das chácaras das redondezas e, ainda, dos rios locais. Os pescados serviam para o preparo de salgados bastante apreciados, misturados à farinha e ao milho; eram vendidos ao lado de inúmeras frutas e legumes: banana, figo, romã, mandioca, couve, nabo, ervilha, batata, etc<sup>177</sup>.

---

<sup>175</sup> AMERICANO, Jorge. *São Paulo Naquele Tempo 1895 – 1915*. São Paulo: Edição Saraiva, 1954. p. 111 - 122.

<sup>176</sup> Idem. p. 112 e 113.

<sup>177</sup> THOMAZ, Hipollytte Taunay ; J. F., Dennis. *Le Brésil, ou histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*. V. II. Paris: Nepveu, 1822. p. 172 -177. Apud SANT’ANNA. Op. cit.



Imagem 19: *Largo do Tesouro. A rua das casinhas ficava ao lado da construção de quatro pavimentos. Domingos de Paiva, 1862.*

Ainda, neste sentido,

Para a venda de gêneros alimentícios, hortaliças, frutas etc., não havia mercado. Tudo era vendido pelas ruas, pelas pretas de tabuleiro, ou pelos caipiras (matutos) (...). Somente as carregações de toicinho e de carne de porco salgada é que iam para as casinhas, carreiras de casebres, que ocupavam um dos lados da travessa fronteira ao Mercadinho, a qual se chamava por isso rua das Casinhas. (...)

A quitanda também era uma espécie de mercado sedentário de muita originalidade, formado por uma aglomeração de pretas sentadas a um lado da rua, cada qual com seu tabuleiro, vendendo variedade de doces e biscoitos, amendoim torrado, pinhão cozido, e outras gulodices apreciadas pela arraia miúda que, naquele tempo, com uma moeda de cinco réis podia comer de qualquer delas. Na estação em que as formigas saúvas fazem sair seus enxames, não faltava o iça torrado.<sup>178</sup>

<sup>178</sup> BUENO, Francisco de Assis. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Biblioteca de Academia Paulista de Letras, 1976, p. 25. Apud SANTOS. Op. cit.

Os vendedores de frutas também passavam pela fiscalização, segundo o Código de Posturas da cidade: “Art. 85. - É proibido vender ou expôr à venda de fructas verdes, mal sazoadas ou podres. O infractor incorrerá na multa de 5\$.”<sup>179</sup>.

Sobre isso, regista o jornal *O Estado de S. Paulo*: “O sr. Alfredo Silva, inspector de fiscalisação, apprehendeu e inutilizou hontem, à alameda Glette, 528, melancias verdes e fermentadas, as quais eram conduzidas por vendedores ambulantes.”<sup>180</sup>. Nesta imagem podemos perceber quatro cães, o que exemplifica um pouco do cotidiano da cidade de São Paulo com o grande número desses animais que ficavam andando livremente pelas ruas.



Imagem 20: *Carroça de vendedor de frutas italiano, no bairro da Moóca. São Paulo (SP), 1920. Acervo: Divisão de Iconografia e Museus/DPH/PMSP, 1920. Acervo digital: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.*

Ademais, observamos que em um tempo não tão distante parte do comércio de leite na cidade de São Paulo era realizado da forma como Jorge Americano retrata em seu livro de memórias:

<sup>179</sup> Código de posturas. Op. cit. p. 20.

<sup>180</sup> Jornal O Estado de S. Paulo. 02/12/1899. p. 01.

Às 6 horas da manhã bateu à porta seu José leiteiro. Trazia às costas a lata de leite das vacas do estábulo, um funil e uma colher redonda, para tirá-lo da lata e despejar na garrafa que o freguês trouxesse. Vinham também duas vacas e dois bezerros. Narcisa trouxe de dentro o copo de vidro graduado e o caldeirão. Seu José fez o bezerro chupar a teta da vaca, e se pôs a mondá-lo, jorrando o leite no copo graduado. Encheu um litro e despejou no caldeirão. Jorrou mais meio litro no copo, que Narcisa despejou no caldeirão, disse “até amanhã.”<sup>181</sup>

Muitos comerciantes perambulavam pela cidade oferecendo diversos tipos de produtos, porém, o que chama a atenção no caso do trabalhador “Jorge leiteiro”, como o próprio memorialista o chama, era o fato de circular pela cidade na companhia de seus animais<sup>182</sup>, oferecendo leite, o qual era extraído na hora e entregue a seus fregueses. Possivelmente este ato de extrair o leite aos olhos do freguês dava legitimidade a um produto tão falsificado na cidade.

A existência destes trabalhadores, no entanto, causava certo incômodo às autoridades, sendo possível verificar menção a eles em documentos oficiais, debates e leis que tentam impor regras para suas atividades, como no trecho do relatório do prefeito a seguir:

Com os recursos de que podia dispor, por não termos devidamente instalado o serviço da hygiene municipal, não cessei de promover a inspecção rigorosa do commercio do leite e de impedir a pratica dos abusos, principalmente commettidos pelos vendedores ambulantes.

Além de determinar que todas as vasilhas dos vaqueiros se fabricassem de acordo com modelo, julgado melhor, para evitar misturas prejudiciaes e facilitar, de momento, o exame até pelos próprios compradores, ordenei, destacando para esse fim um funcionário da Prefeitura, o Dr. Epiphanio Pedrosa, que se procedesse à matricula completa das vaccas e se verificassem pontualmente as injucções de tubercolina, as quaes, em toda parte, são sempre recomendadas.

No requerimento de alguns vaqueiros, reclamando contra diversas exigências da Prefeitura, proferi, a 4 de setembro findo, longo despacho, apreciando as alegações feitas, de que nenhuma procedia, e nessa ocasião estabeleci, quanto às vaccas de difficil conducção pelas ruas da cidade, que fossem transportando-se aquelle funcionário aos respectivos estábulos, mediante prévio aviso aos interessados, e procedendo-se ali ao registro.<sup>183</sup>

---

<sup>181</sup> AMERICANO, Jorge. Op. cit. p. 111.

<sup>182</sup> Um trabalho relevante sobre a circulação de animais pela cidade de São Paulo é o de Nelson Aprobato Filho, o qual traça a relação entre a política e a população paulistana com os animais da cidade, com o debate sobre modernidade ao fundo. In: APROBATO FILHO, Nelson. *O couro e o aço sob a mira do moderno*: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia final do século XIX/início do XX. Tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

<sup>183</sup> Relatório de 1899 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado, em 31 de março de 1900. São Paulo: Typographia Vanorden & Co., 1905. p. 8 e 9.

Ao continuar o texto, o relatório do prefeito nos indica de onde vem esse leite ou as vacas que circulavam pela cidade de São Paulo e a sua preocupação com pontos distantes da cidade:

Na mesma conformidade resolvi, com relação aos pontos realmente distantes da cidade, conseguindo finalmente adoptar a providencia até em municípios visinhos, de onde vem grande quantidade de leite, para ser vendido na capital. Removi, portanto, todos os obstáculos oppostos, sob differentes pretextos, ao regular andamento da fiscalização, cuja atividade se estendeu consideravelmente no anno findo, [...].<sup>184</sup>

Ao ler o Código de Posturas da Cidade de São Paulo de 1886, percebe-se a preocupação com a qualidade e higiene do leite vendido em São Paulo. No próprio Código encontramos no *Título VII – DA HYGIENE E SALUBRIDADE PUBLICA*, o seguinte artigo:

Art. 91. – É prohibido vender-se leite de cabra ou de vacca que não seja tirado no mesmo dia, ou mistural-o com agua ou outra qualquer gomma com o fim de dar-lhe maior consistência e iludir os compradores. O infractor incorrerá na multa de 58.

§ ÚNICO. O leite será vendido em vasilhas de louça ou folha de Flandres, fechadas com cadeado, devendo as mesmas vasilhas ter uma torneira, pela qual seja tirado o leite. O mesmo infractor fica sujeito à mesma multa deste artigo.<sup>185</sup>

Com essa atitude podemos verificar o crescimento da fiscalização das vacas fornecedoras de leite para o consumo na cidade de São Paulo, com a tabela fornecida pelo mesmo relatório do prefeito citado de 1899.

	Anno de 1896	Anno de 1897	Anno de 1898	Anno de 1899	TOTAL
Numero de vaccas matriculadas . . . . .	996	435	457	1.223	3.111
» » » innoculadas . . . . .			109	286	395
» » » verificadas não tuberculosas . . . . .			87	266	353
» » » » tuberculosas . . . . .			22	7	29
» » » suspeitas em observação . . . . .				13	13
» » cadernetas fornecidas a vaqueiros . . . . .		704		1.626	2.330

Imagem 21: Tabela de vacas matriculadas na prefeitura, relatório de 1899.

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> O Código de Posturas da Cidade de São Paulo, 1886. Op. cit. p. 20 e 21.

Devido a essas novas determinações, pode-se encontrar no acervo do jornal O Estado de S. Paulo, na seção de “notícias diversas”:

Os srs. dr. Fiscal sanitário e Alfredo Augusto da Silva, inspector de fiscalização da Prefeitura, acompanhados de quatro guardas fiscaes, examinaram hontem pela manhan, na Ponte Grande, o leite vendido por trinta vendedores ambulantes.

Foram multados cinco vendedores por deitarem agua no leite, entre os quaes o reincidente Reynaldo de Vasconcellos<sup>186</sup>.

Outra passagem, na mesma seção do jornal, revela outra vez a fiscalização sobre a venda de leite:

Foi hontem examinado na Barra Funda e nas Perdizes o leite vendido por trinta e um vendedores ambulantes.

Por deitarem agua no leite foram multados os vendedores Manoel Innocencio Vieira, Donato Cintra, Maria Pernia e Manoel Ferreira da Cruz, proprietário da carrocinha nº 2.928.

O leite encontrado com agua foi inutilizado.<sup>187</sup>

Ao fazermos o levantamento sobre esses vendedores de leite nas fontes documentais e bibliográficas, podemos perceber que alguns circulavam apenas com as vasilhas de leite e outros com os próprios animais, como descrito anteriormente por Jorge Americano.

Outro ponto que merece ser ressaltado diz respeito ao desenvolvimento da “microbiologia, se trata de uma nova disciplina desenvolvida por Pasteur<sup>188</sup> que vem, a partir de 1881, substituir as ideias de contágio e infecção pela ideia de parasitismo, trazendo à cena um importante profissional urbano no combate às epidemias: o engenheiro sanitário.”<sup>189</sup>. Neste sentido, a “ameaça do mau cheiro se dissocia da ciência

---

<sup>186</sup> Jornal O Estado de S. Paulo, Noticias diversas, 27/06/1900. p. 2

<sup>187</sup> Jornal O Estado de S. Paulo, Noticias diversas, 15/06/1900. p. 2

<sup>188</sup> “De acordo com a nova disciplina, uma doença contagiosa ou infecciosa é fruto da ação de um germe específico que se desenvolve no organismo, causando a doença. Neste novo cenário científico, a importância da circulação é ainda mais ressaltada, pois para impedir a proliferação dos germes é adequado fazer circular com rapidez a imundice. O conceito de limpeza está mais associado ao ato de drenar do que ao de lavar. É preciso promover o escoamento da sujeira. Nesse sentido, o modelo de circulação sanguínea induz o imperativo de movimentação do ar, da água e dos produtos. Segundo Corbin, “o contrário do insalubre é o movimento”. Os projetos dos engenheiros que se baseiam na nova teoria vão ao encontro das práticas inglesas de circulação subterrânea elaboradas por volta de 1860, ainda na era pré-pasteuriana.” DOMENICIS. Op. cit. p. 15.

<sup>189</sup> SALGADO, Ivone. A construção do saber urbano e sua matriz sanitária. In: *Da construção do território ao planejamento das cidades – competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930)*. Org. SALGADO, Ivone; BERTONI, Angelo. São Carlos: RiMa Editora, 2010. p. 10 e 11.



quando se descobre que os germes infecciosos é que transmitem a doença, e não o odor pútrido.”<sup>190</sup>.

Observamos, ainda, que muitos desses vendedores se espalhavam pela cidade, realizando o comércio de leite nos mais diversos locais. A esse respeito, encontramos Manuel Rodrigues e Alberto Francisco, ambos moradores da Moóca, porém, que vendiam leite para sua freguesia no largo do Tesouro<sup>191</sup>.

As fontes consultadas para este trabalho nem sempre deixam claro qual espécie de animal fornecia o leite vendido por esses trabalhadores. Porém, podemos afirmar, pelas palavras de Americano, que o leite comprado de seu José era de vaca. Outra forma que encontramos para ter certeza da origem é quando os próprios escritores de suas memórias relatam a circulação de determinados animais pelas ruas e na porta de suas casas. Como,

De repente escuta-se um badalo como de madrinha de tropas. São seis cabras amarradas umas às outras pelo pescoço repuxando-se em todas as direções, uma com panela pendurada, todas com os úberes cheios, trazidas por um menino.

Em nossa casa não se toma leite de cabra. O rapaz que as conduz para no vizinho. A criada vem à porta com dois copos. Enche-os e os entrega à patroa que veio à janela. Ela bebe um e leva o outro para dentro, para o marido, que deve estar lendo o jornal.<sup>192</sup>

A escritora Zélia Gattai, em seu livro de memórias *Anarquistas Graças a Deus*<sup>193</sup>, sobre sua família e infância, lembra-se de dona Caropita:

---

<sup>190</sup> DOMENICIS. Op. cit. p. 15.

<sup>191</sup> Especificamente sobre esses dois vendedores de leite, a notícia do jornal não chama nossa atenção pelo comércio, mas sim pelo seu título: *Agressão a garrafa*. Segundo o texto esses dois vendedores enquanto esperavam o bonde no largo do Tesouro foram no café America beber cerveja. Descreve O Estado de S. Paulo no dia 16/04/1905: “Até ahi nada de novo mas quando chegou o momento de ser feito o pagamento da despesa, Manuel recusou-se a pagar, alegando ter entrado no café a convite de Alberto. Este tambem não quiz pagar a cerveja, originando-se dai uma contenda entre ambos. Logo em seguida, os dois saíram a rua para brigar e Manuel vendo a disposição que Alberto manifestava de bater, repeliu o dando-lhe forte pancada ao queixo com uma garrafa. Em consequência dessa pancada, Alberto ficou com o queixo partido, começando o ferimento desde a parte media do labio inferior até abaixo do queixo, abrangendo uma extensão de oito centímetros. O agressor foi preso em flagrante à ordem do delegado de serviço na Central. O medico legista que fez o exame de corpo de delicto, considerou grave o ferimento, por determinar deformidade.”. p. 2.

<sup>192</sup> AMERICANO. Op. cit. p. 111 e 112.

<sup>193</sup> GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. 11 Ed. Rio de Janeiro: Record. 1986.

Vizinha de dona Josefina Strambi, na Alameda Jaú, dona Caropita, mulher de um carroceiro, andava pelas ruas, logo cedo, arrastando duas cabras por uma corda, os sinos de latão tocando com o movimento dos passos, anunciando sua chegada, vendendo leite a fregueses certos, entre os quais mamãe.<sup>194</sup>

O comércio ambulante<sup>195</sup>, sobretudo de alimentos e produtos fundamentais à rotina doméstica, representava a alternativa de trabalho para muitos que procuravam alguma forma de ocupação, e para muitas donas-de-casa representava uma opção para complementar seus suprimentos, comprando os alimentos que eram oferecidos diariamente nas ruas<sup>196</sup>. Ainda como lembra Gattai no texto acima sobre o leite, continua: “Ela cobrava caro, mas todos diziam que leite de cabra prevenia contra a tuberculose, muito bom para as crianças. ‘Antes gastar em leite do que em remédios’, filosofava dona Angelina [mãe de Zélia].”<sup>197</sup>.

A crença no poder medicinal, que é trabalhada no artigo que conta sobre medicina e flora em São Paulo ao longo dos séculos, de Márcia Moisés Ribeiro, que conclui sobre as plantas medicinais:

E esse hábito, comum até o final do século XIX, quando já eram difundidos os medicamentos químicos vendidos em farmácias, indica que os produtos extraídos da natureza eram realmente eficazes. A partir do século XX, contudo, a população paulista perderia os privilégios diante da natureza de que desfrutava durante tanto tempo. O processo de industrialização e de urbanização aos poucos se impôs sobre a paisagem exuberante e colorida de São Paulo. Das matas pouco restou, o verde quase não é visto, e o Tietê, rio em cujas margens floresceram dezenas de espécies de plantas medicinais, inclusive a estimada salsaparrilha, que salvava a vida de tantos aventureiros, hoje está praticamente morto.<sup>198</sup>

O saber popular não estava apenas no conhecimento sobre os animais, mas também nas plantas. E certos produtos foram muito populares, como relata D. Risoleta:

---

<sup>194</sup> Idem. p. 81 e 82.

<sup>195</sup> Quando ampliamos nosso campo de pesquisa para observar outros locais que passavam por processos parecidos com a cidade de São Paulo encontramos o trabalho de Norberto Osvaldo Ferreras, que faz um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires na virada do século XIX para o XX. Ele faz um levantamento de como os trabalhadores pobres sobreviviam no período estudado, incluindo os pontos de alimentação, venda de produtos pelos vendedores ambulantes e as formas de o governo vigiar essas práticas. In: FERRERAS, Norberto O. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880 -1920)*. 1 Ed. Niterói: Eduff, 2006.

<sup>196</sup> PINTO, Maria Inez Borges. Op. cit. p. 123.

<sup>197</sup> GATTAI, Zélia. Op. cit. p. 82.

<sup>198</sup> RIBEIRO, M.M. Medicina e flora em São Paulo. In: *História ambiental paulista: temas, fontes e métodos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 94.

Toda vez que um doente pedia um remédio, meu pai fazia e mandava. Plantas medicinais todo mundo tinha em volta de casa; era Marcelinha, era losna, era carqueja, carobinha, um remédio bom pro sangue. Meu pai nunca deu remédio de médico pra nós, era tudo chá. Ele conhecia todo matinho, o cipó-cruz que serve para reumatismo que não sara, ele fazia na pinga. Quem não bebia pinga ele fazia vinho branco, aquelas garrafadas que deixavam enterradas na terra nove dias e depois de nove dias dava pra pessoa ir tomando. E sarou quanta gente de doenças, ele curava tudo, minha casa era assim de gente para ouvir ensinar remédio, ele conhecia todos e dizia: “Eu mesmo vou buscar e faço. Vocês não vão conhecer e ainda vão trazer algum mato que é veneno. Essas coisas tudo é conhecer.”<sup>199</sup>

E foram populares até as primeiras décadas do século XX, escreve Jorge. E acrescenta, “nas boticas de São Paulo podiam-se encontrar vários produtos desse tipo, como a banha de capivara, indicada no combate ao reumatismo.”<sup>200</sup>.

Essa atividade, no entanto, era fiscalizada pela prefeitura, que expedia os alvarás autorizando a sua realização por novos comerciantes:

Nos primeiros dias do corrente [1908] foram marcadas e matriculadas 12 vaccas de nº 19.914 a 12.928. Foram inoculadas com tuberculina 30 vaccas, das quais 6 ficaram reservadas para novo exame.  
Foram expedidos 103 attestados para vendedores ambulantes de leite.<sup>201</sup>

Vislumbramos, assim, que essa forma de venda de leite na cidade de São Paulo, no fim do século XIX e início do século XX, representava uma atividade expressiva na economia local, revelando tanto a necessidade de parcela de sua população de buscar alternativas de trabalho à margem do mercado formal quanto o uso feito do mundo natural para tanto. Revela, ainda, de que forma a natureza, aqui representada pelos animais, tinha uma presença constante no cotidiano da própria cidade.

No período estudado, como já foi apresentado, nota-se o grande crescimento do número de animais – bovinos, equinos, asininos e muares – na cidade. E, além deles, existem outros animais que chamam a atenção dos cidadãos em termos numéricos, como a presença de cães e até mesmo incômodos como formigas<sup>202</sup>.

Para Aprobato, “no cotidiano da cidade em transformação sempre existiram camadas da população mais sensíveis no cuidado com os animais e não deixavam de

---

<sup>199</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 3 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 364.

<sup>200</sup> JORGE, Janes. À procura de um reencontro: o Tietê e os moradores de São Paulo. In: *História ambiental paulista*. Org. MARTINEZ, Paulo Henrique. São Paulo: Senac São Paulo, 2007. p. 182.

<sup>201</sup> O Estado de S. Paulo, 12/01/1908. p. 2.

<sup>202</sup> APROBATO FILHO. Op. cit. p. 178.

representar espécie eficaz de ‘resistência’ aos projetos modernizantes e autoritários de ‘limpeza’ da cidade.”<sup>203</sup>.

Isto posto, abre-se um caminho da relação com a natureza muito interessante e que não estava distante do trabalho dessas pessoas: o lazer, como uma prática prazerosa no cotidiano. Neste sentido:

O nosso velho e querido Tietê, teatro de tantas brincadeiras e horas felizes desaparecera.

[...] O coração me constrangeu, ao lembrar-me quando nós nos divertíamos, eu e meus companheiros de infância e, mais tarde, meus filhos. Que ali também aprenderam a nadar e pescar.<sup>204</sup>

Citando novamente Janes Jorge em seu trabalho, com o foco principal no rio Tietê, lembramo-nos de que ele se fazia sentir na vida dos moradores da cidade, mesmo daqueles que não se relacionavam diretamente com ele. Assim, todos usufruíam de seus benefícios, afinal, o Tietê se tornara lugar de trabalho para muitos, de lazer para outros, e em sua vizinhança crescia o número de moradias, fábricas e estabelecimentos diversos, o mesmo ocorrendo no Tamanduateí e, em menor escala, no Pinheiro<sup>205</sup>.

Ainda a esse respeito, verifica-se que “a população pobre apreciava muito nadar nos rios e lagoas, fazendo verdadeiros piqueniques às margens e nas florestas adjacentes.”<sup>206</sup>. Dentro dessa fruição do rio, os moradores da cidade de São Paulo praticavam a natação, além de prazerosa, era uma atividade muito útil na medida em que os rios, córregos, lagoas faziam parte do cotidiano de todos<sup>207</sup>.

Em outros casos utilizavam os terrenos baldios. Depois de cortar o mato, trabalhadores e crianças de ambos os sexos praticavam o futebol, um dos esportes favoritos entre as classes populares<sup>208</sup>.

Por fim, nas palavras de Pinto: “A maioria dos divertimentos das classes populares era inseparável e estava largamente integrada na experiência do dia-dia;

---

<sup>203</sup> Idem. p. 172.

<sup>204</sup> PENTEADO, Jacob. *Belenzinho 1910 (Retrato de uma época)*. São Paulo: Martins Fontes, 1962. p. 165.

<sup>205</sup> JORGE, Janes. Op. cit. p. 87.

<sup>206</sup> Idem. p. 210.

<sup>207</sup> Ibidem.

<sup>208</sup> PINTO. Op. cit. p. 246.

misturava-se espontaneamente e refletia o caráter específico da rotina de sobrevivência.”<sup>209</sup>.

Sendo assim, podemos perceber como a natureza era uma fonte rica no cotidiano dos trabalhadores pobres da cidade, tanto para suas necessidades básicas de subsistência, no trabalho informal e renda, e, por último, no lazer.

---

<sup>209</sup> Idem. p. 247.

### CAPÍTULO III: CIDADE E TECNOCRACIA

Neste capítulo buscamos analisar as intervenções, principalmente do poder público, na natureza e como estas medidas impactavam diretamente o cotidiano dos trabalhadores pobres da cidade de São Paulo em fins do século XIX e início do século XX.

Os debates e propostas acerca das intervenções do poder público na gestão da natureza estavam presentes não apenas nas atas das Câmaras Municipal e Estadual, nos relatórios dos prefeitos, nos projetos de leis, mas também nos jornais de grande circulação da época, refletindo a preocupação de determinados segmentos da população paulistana com as cheias das várzeas e o aspecto insalubre deixado à cidade<sup>210</sup>; com a grande circulação de animais pelas áreas urbanas; com o estado de conservação dos produtos perecíveis; como peixes, carne e leite, oferecidos à população pelos comerciantes ambulantes; e com o grande número de doenças existentes entre as últimas décadas do XIX, devido ao surto de varíola, peste, febre tifoide e febre amarela<sup>211</sup>.

Pontos interessantes para pensar são os rios e a água. Como vimos, a água estava presente, principalmente através dos rios, no cotidiano dos trabalhadores pobres e ela já estava na mira do Código de Postura de 1886:

Art. 92. – É prohibido tirar-se agua dos depósitos com bombas de cobre ou de outro qualquer metal nocivo a saúde. O infractor soffrerá a multa de 5\$.

§1.º Os barris ou vasilhas empregados na venda de agua se conservarão sempre limpos interna e externamente, observando-se o mesmo em relação às pipas e torneiras. A infracção será punida com a mesma pena deste artigo.

§ 2.º Os vendedores de agua, especialmente os carroceiros, a apanharão no depósitos particulares onde ela seja potável e nos logares dos logradouros públicos que lhes forem designados pela Camara: sendo inteiramente prohibido aos carroceiros tira-la dos chafarizes e caixa d'agua da cidade. O infractor incirrerá na multa de 10\$.<sup>212</sup>

---

<sup>210</sup> CAMPOS, Cristina. A cidade salubre e bela: propostas e planos de saneamento para a capital paulista no século XIX. In: *CIDADES PAULISTAS: ESTUDOS DE HISTÓRIA AMBIENTAL URBANA*. Org. Janes Jorge. 1.Ed. São Paulo: Alameda, 2015. p. 21. Nessa passagem a autora está citando as inundações do rio Tamanduateí.

<sup>211</sup> Idem. p. 26.

<sup>212</sup> Código de Posturas, 1886. Op. cit. p. 21.



Imagem 22: Vista da várzea do rio Tamanduateí, em direção ao sul, em ponto próximo ao pátio ferroviário do Pari, na altura da futura Subestação Paula Souza, tendo ao centro a ponte da estrada de ferro Santos - Jundiaí - SPR - São Paulo Railway. Ao fundo observa-se parte da colina central, tendo ao meio, na linha do horizonte, o convento e a igreja de Nossa Senhora do Carmo, e, à esquerda, a Igreja da Boa Morte. As áreas de cheias periódicas dos rios eram vistas com grande interesse imobiliário. 27/01/1900. GAENSLY, Guilherme. Acervo: Fundação Energia e Saneamento.

Contemporaneamente à padronização da venda de água pelo Código de Posturas, existiam algumas interferências que partiram de capital privado e público, como a Companhia Cantareira, que transformou a água em uma valiosa mercadoria. Essa mesma empresa construiu cinco chafarizes que posteriormente foram demolidos quando tinham garantido uma demanda específica e, por conseguinte, vendendo seus serviços<sup>213</sup>. Na natureza paulistana podemos apontar que a população passou a viver com certo distanciamento da água, aos poucos ela viria de longe e não mais diretamente de rios e chafarizes. Para Martinez esse período assinalava “o fim do convívio social com a abundância das águas e da sua livre disponibilidade ao conjunto de habitantes da

<sup>213</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). O abastecimento de água: vida cotidiana e desigualdade social. In: *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 81.

capital”<sup>214</sup>, sendo assim ampliou “a desigualdade social no acesso ao abastecimento de água”<sup>215</sup> e o “livre acesso às águas, pouco a pouco, foi desaparecendo.”<sup>216</sup>. Para deixar ainda mais claro temos que pensar na seguinte passagem:

a apropriação privada, por meio de cercamentos, canalização e desvio de nascentes e riachos, a crescente mercantilização da água, inicialmente praticada pelos aguadeiros e, depois, pelas companhias privadas e públicas de abastecimento, e a contaminação de rios e córregos, outrora tão presentes no cotidiano da população, por meio de esgotos, dejetos fabris, curtumes, lavagem de animais e de roupas e deposição de lixo.<sup>217</sup>

Ainda sobre a água verificam-se no Código Sanitário as passagens do capítulo XV:

#### CAPITULO XV - ABASTECIMENTO DE AGUA

Artigo 311. - A agua destinada aos usos domesticos deverá ser potavel e inteiramente insuspeita de poluição.

Artigo 312. - Provirá de manancial sempre que fôr possível.

Artigo 313. - As mattas existentes nas cabeceiras deverão ser conservadas do melhor modo possível.<sup>218</sup>

Porém fica claro que com boa parte da população vivendo de trabalhos informais e com baixa renda sua forma de adquirir esse bem vai ficando mais difícil e quem sobrevivia da venda deste líquido aos poucos será excluído desse comércio.

Além do controle da distribuição de água, enxergamos também que em 1890 foi criada a Comissão de Saneamento das Várzeas, que em 1892 transformou-se na Comissão de Saneamento do Estado<sup>219</sup>. A intenção era retificar o Tietê, assim “os canais dariam mais velocidade ao Tietê evitando a perigosa estagnação das águas poluídas.”<sup>220</sup>.

Para muitos, principalmente para as autoridades, era preciso intervir no curso d’água, não por “embelezamento da cidade, mas sim por medida de higiene pública.”<sup>221</sup>. A cidade crescia, a urbanização fazia com que a natureza passasse por uma

---

<sup>214</sup> Idem.

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> Idem.

<sup>217</sup> Idem.

<sup>218</sup> Código Sanitário, 1894. Op. cit.

<sup>219</sup> JORGE. Op. cit. p. 31.

<sup>220</sup> Idem. p. 32.

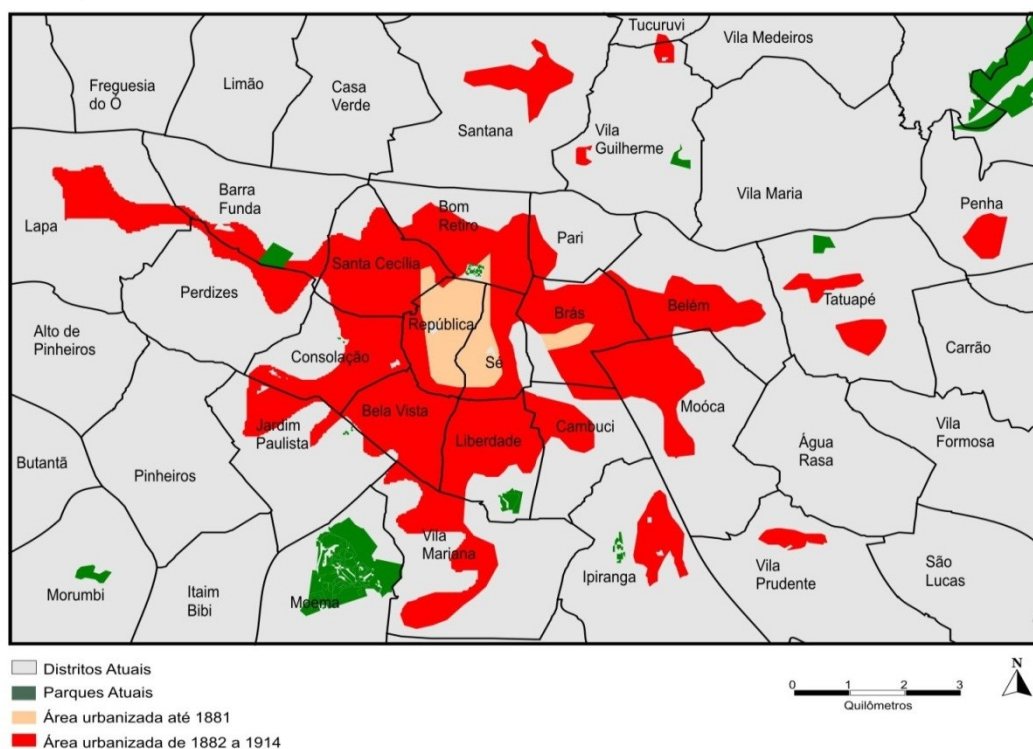
<sup>221</sup> Idem. p. 32 e 33.



transformação, e alguns fatores faziam sucessivas intervenções na bacia hidrográfica do Tietê,

Tais intervenções orientam-se tanto por critérios técnico-científicos como mercantis e procuravam garantir o saneamento da cidade, o seu abastecimento de água e energia elétrica e incorporar as várzeas dos rios paulistanos à área urbana, transformando-as em logradouros públicos ou em espaços negociáveis no mercado de terras. A navegação e o combate às enchentes também foram objetivos perseguidos, mas nunca se tornaram prioritários de fato.<sup>222</sup>

### Área Urbanizada 1882/1914



Mapa 3: Área Urbanizada 1882/1994.

Podemos ver algumas intervenções nas águas da cidade como em 1906; o Anhangabaú, já estava canalizado, esse foi o mesmo destino do córrego Saracura. E à medida que a “mancha urbana avançava, cada vez mais o poder público, estadual ou municipal, deparava-se com crescentes demandas pela construção de pontes e portos fluviais, a operação de balsas que interligassem as margens dos rios, obras de aterro, contra as enchentes ou em prol da navegação e do saneamento.”<sup>223</sup>. O “crescimento da

<sup>222</sup> Idem. p. 47.

<sup>223</sup> Idem. p. 60.

cidade abria a perspectiva de grandes negócios com as terras varzeanas, que podiam ser repentinamente valorizadas por obras públicas.”<sup>224</sup>. Os rios Tietê e Pinheiros eram de planícies, com suas águas lentas, isso criava uma demora para a eliminação de detritos e odores que o rio carregava. Além disso, os rios possuíam uma área de inundação periódica que atraía os olhares do mercado imobiliário. Já “o córrego da Água Branca corre em tubulações sob a Avenida Sumaré, juntando-se ao córrego da Água Preta, cuja nascente fica no bairro da Pompéia, desaguando no rio Tietê. Não é preciso muita chuva para que a região lindeira ao Palestra Itália sofra, ainda hoje, as consequências provocadas pelas enchentes.”<sup>225</sup>.



Imagem 23: Fotografia mostrando trabalhadores perto de poste de energia elétrica. 25/01/1901. Essa fotografia não possui indicação de autoria. Acervo: Fundação Energia e Saneamento.

---

<sup>224</sup> Idem. p. 60

<sup>225</sup> ATIQUÊ, F.; SOUSA, Diógenes; GESSI, Hennan. Uma relação concreta: A prática do futebol em São Paulo e os Estádios do Parque Antarctica e do Pacaembu. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 23, p. 91-109, 2015. p. 99.

As interferências nos rios foram tantas que a cidade se transforma e, como afirma Jorge, “tudo começou a mudar de tal forma que, em poucas décadas, nada mais ficaria como antes, nem mesmo as correntezas das águas dos rios Tietê e Pinheiros, que passaria a correr em sentido contrário.”<sup>226</sup>.

Ao longo do século XIX muitas propostas de remodelação da cidade de São Paulo foram apresentadas e discutidas perante os órgãos competentes, no sentido de tentar implementar regras de saneamento urbano<sup>227</sup>.

Existiam também influências externas que, progressivamente, foram transformando o núcleo urbano em mais intolerante aos maus odores da cidade e da multidão. Institui-se assim uma nova sensibilidade, que a partir de novas concepções médicas e biológicas de determinismo físico e moral<sup>228</sup> seria imposta ao conjunto social.

É nesse momento que percebemos ganhar relevo, nas propostas de gestão da natureza pelo poder público, a referência aos preceitos do higienismo. Discurso competente irá alertar para a necessidade de uma reforma urbana que garantisse o progresso da civilização burguesa, por meio do saneamento físico e moral da sociedade, que significava, em grande medida, a necessidade de se abandonar antigos hábitos e modos de vida das populações pobres da cidade.

Assim, o higienismo torna-se uma referência clara no discurso, primeiramente ao denunciar o risco à saúde representado por aquelas pessoas que exploravam a natureza sem qualquer preocupação com a higiene, e depois por propor a utilização deste saber para o combate daqueles sujeitos e daquele meio de vida.

Neste sentido, conforme destacou Santos, “em nome de um determinado modelo de higiene, moral e segurança, foram perseguidos todos aqueles que fugiram à tentativa dos grupos à frente do poder público municipal de controlar e subordinar a população paulistana a uma ordem em formação.”<sup>229</sup>. Os rios, como já vistos aqui, não podiam sair do controle, por isso para controlá-los foram feitas as canalizações e retificações.

---

<sup>226</sup> JORGE. Op. cit. p. 37.

<sup>227</sup> CAMPOS, 2015. Op. cit. p. 21.

<sup>228</sup> CAMPOS, 2015. Op. cit. p. 21.

<sup>229</sup> SANTOS. Op. cit. p. 92.

Com efeito, como bem destacou Domenicis, “esse era o pensamento corrente nas mentes de maior prestígio político e econômico da capital paulista, e que acaba por justificar as medidas políticas, sanitárias e urbanas vigentes no final do século XIX.”<sup>230</sup>.

Diante de todas essas questões ambientais e o receio que foi ainda agravado na cidade de São Paulo com a chegada dos surtos epidêmicos da varíola e da febre amarela, por volta de 1888, que pioraram drasticamente o estado sanitário da cidade<sup>231</sup>, tornando a necessidade de intervenção do poder público urgente na organização da cidade e conseqüentemente na natureza. Em voga naquele momento, seguindo as medidas de limpeza e ordem, em 2 de março de 1894, com o Serviço Sanitário sob a responsabilidade do Doutor Emílio Ribas, foi promulgado, como já citado nas linhas anteriores, o primeiro Código Sanitário do Estado, que dispunha sobre a existência, manutenção e funcionamento de ruas, praças públicas, habitações, fábricas, casas de banho, alimentação, abastecimento de água e muitos outros pontos e estabelecimentos, de forma a garantir que estes andassem em conformidade com as noções de salubridade impostas pela medicina e engenharia, principalmente no que se refere à aglomeração de pessoas<sup>232</sup>.

Este Código buscava implementar regras que permitissem superar o que era considerado atrasado, sendo assim, tudo o que desagradava à classe mais abastada da cidade deveria desaparecer de sua visão.

Além do Código Sanitário permanece vigente o Código de Posturas Municipal de São Paulo, de 1886, editado no final do Império brasileiro, que já demonstra as preocupações com as questões de higiene, disciplina e padronização para desenvolvimento da cidade.

Fora estes Códigos, muitas outras leis esparsas passam a ser editadas com a finalidade de implementar ideias higienistas na gestão dos recursos naturais e na regulamentação da relação da população mais pobre com a natureza.

No campo da medicina, o Brasil republicano recebe ainda as novidades como o Instituto Bacteriológico (1892), o Instituto Soroterápico (1901) e o Instituto

---

<sup>230</sup> DOMENICIS. Op. cit. p. 14.

<sup>231</sup> CAMPOS, 2015, p. 214.

<sup>232</sup> Idem. p. 7.

Pasteur (1903). Esta nova fase científica, que envolve as ações do poder público contra as moléstias que dizimavam a população, caracteriza-se pelos saberes experimentais fundamentados pela microbiologia e pela bacteriologia<sup>233</sup>.

A exemplo disso, encontramos um apelo do prefeito de São Paulo no ano de 1900, em seu relatório, na parte intitulada “higiene”:

No desempenho das funções que competem à administração municipal com relação à higiene e saúde pública tenho continuado a agir de acordo com a repartição sanitária do Estado, cooperando sempre com ela nas medidas e providências que se tornam necessárias, e para execução das quais está essa repartição melhor aparelhada do que a administração municipal.

Por ocasião do aparecimento da peste bubônica no Rio de Janeiro, fiz novo apelo ao patriotismo dos habitantes da cidade, pedindo as mesmas comissões sanitárias municipais, que tinham prestado assinalados serviços à municipalidade quando se deram alguns casos dessa moléstia em S. Paulo, o mesmo eficaz auxílio então prestado. Felizmente o terrível mal não teve entrada na cidade.<sup>234</sup>

Desde o século XIX o combate aos ambientes miasmáticos se faz através do aterramento dos pontos de água estagnada, limpeza de ruas e casas e adequação de canteiros e sarjetas<sup>235</sup>.

O tema limpeza é encontrado nos Códigos Sanitário e de Postura:

CODIGO SANITARIO  
CAPITULO I: RUAS E PRAÇAS PUBLICAS

Artigo 17. - A limpeza das ruas e praças deverá ser feita diariamente nas grandes cidades. Nas cidades e villas secundarias este serviço deverá ser feito 3 vezes por semana pelo menos.

Artigo 18. - A varredura das ruas deverá estar terminada às 5 horas da manhã no verão e às 6 horas no inverno.

Código de Postura:

TITULO V: SOBRE A LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DAS RUAS E PRAÇAS, CONSERVAÇÃO DAS CALÇADAS E OUTRAS DISPOSIÇÕES EM BENEFICIO DOS HABITANTES, OU PARA AFORMOSEAMENTO DA CIDADE E POVOAÇÕES DO MUNICIPIO.

---

<sup>233</sup> Idem. p. 54.

<sup>234</sup> Relatório de 1900 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado. São Paulo: Typographia Vanorden & Co., 1901, p. 7.

<sup>235</sup> DOMENICIS. Op. cit. p. 52.

Art. 38. – Os moradores da Cidade e outras povoações são obrigados a trazerem limpas as testadas de suas casas, chácaras e terrenos, até as sarjetas, exclusive estas. O infractor incorrerá na multa de 5\$.

§ Único. A Camara estabelecerá o serviço de remoção de lixo.

Art. 42. – É proibido lançarem-se materiais excrementícias nas ruas, largos, pateos e em logares próximos às fontes e vertentes, ou conservarem-se cloacas junto às mesmas; sob pena de 10\$ de multa.<sup>236</sup>

A intenção estético-sanitária das intervenções urbanas se faz perceber nas obras de circulação planejadas para garantir o fluxo do tráfego. A metáfora médica da boa corrente sanguínea é traduzida no espaço urbano pela circulação de pessoas e também da água e do esgoto, bem como a especialização dos bairros por funções e a melhoria nos transportes. O “bom funcionamento do organismo urbano” colabora para a formação da imagem ideal da cidade em harmonia. A estética do “belo traduz-se na limpeza e na ordenação das vias e do sistema de infraestrutura urbana, sempre num sentido sanitário.”<sup>237</sup>.

A respeito das intervenções do poder público na cidade, o que envolve também a natureza, verifica-se que intervenções contavam com amplo apoio popular<sup>238</sup>, como foi o caso das medidas para conter o incômodo gerado pela presença de cães pela cidade. A esse respeito, Aprobato observa que os cães foram uma das espécies de animais que foram, ao mesmo tempo, as mais controladas e as que mais fugiram do domínio público<sup>239</sup>, razão pela qual “em trinta anos de legislação municipal consultada, ou seja, leitura cuidadosa da coleção de leis da cidade de São Paulo de 1870 a 1900, percebe-se, claramente, tentativas vãs de controlar a população de cães nos espaços urbanos.”<sup>240</sup>.

Contra os cães “vagabundos” a municipalidade travou uma grande batalha. Uma dessas tentativas vem exposta no próprio Código de Posturas, que em seu Art. 59 § 2º determina que os cães que estivessem soltos nas ruas da cidade, com exceção dos cães de raça e cujos donos tivessem pago licença à Câmara, deveriam ser mortos pelo Fiscal ou seu agente com bolas envenenadas.

---

<sup>236</sup> Código de Posturas. Op. cit. p. 11.

<sup>237</sup> DOMENICIS. Op. cit. p. 46.

<sup>238</sup> SANT’ANNA. Op. cit. p. 144.

<sup>239</sup> APROBATO FILHO. Op. cit. p. 177.

<sup>240</sup> IDEM. p. 140.

A utilização de bolas envenenadas gerava uma repulsa, assim, encontramos sobre isso o § 1º do Art. 6 da Lei nº 163 de 9 de outubro de 1895:

Prohíbe os abusos e maus tratos contra animais em geral

§ 1.º - Os cães vagabundos e sem dono serão recolhidos ao depósito e ali sujeitos à morte instantânea, ficando abolido o processo bárbaro e repugnante do emprego de bolas envenenadas até aqui em uso.<sup>241</sup>

Podemos verificar o grande número de sacrifícios dos cães no início do século passado registrados nos relatórios dos prefeitos. No período entre 1899 e 1908 foram apreendidos 49.051 cães, desses 42.354 foram abatidos pela prefeitura.

Para além dos cães, também causava incômodo à população a grande circulação de animais pela cidade que, incompatível com a ideia de progresso, causava repulsa pela sujeira e mau odor que gerava. A esse respeito, Aprobato relata que “Cabreiros, cabras e outros inúmeros elementos naturais e ‘rústicos’ que poderiam remeter a um meio ambiente que porventura lembrasse a cidade colonial e ‘atrasada’ estavam, desde o final do século XIX, na constante mira da lei.”<sup>242</sup>.

Assim,

durante todo o século XIX persistiram as queixas sobre fiscais e comerciantes dirigidas às autoridades públicas sobre a falta de limpeza urbana. Mas essas queixas vinham, sobretudo, da parte dos proprietários e letrados. Os registros das possíveis opiniões ou reclamações oriundas de setores mais pobres, de pessoas analfabetas e escravos, assim como de todos aqueles que não possuíam meios para ter um pedaço de terra ou uma casa comercial.<sup>243</sup>

Neste contexto, o Código de Postura no Art. 58 determina a proibição de se deixar animais soltos pelas ruas, largos e pátios da cidade, sujeitando o infrator à multa.

Também, com a finalidade de dar-se um aspecto mais moderno e tirar de circulação os animais, o Art. 52 do Código de Posturas determina que é proibido

---

<sup>241</sup> São Paulo (SP). Leis, Resoluções, e Actos da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo de 1894 a 1895. São Paulo: Casa Vanorden, 1915, p. 184-7.

<sup>242</sup> APROBATO FILHO, Nelson. Sob a mira difusa da lei: Animais e legislação municipal no meio ambiente paulistano (final do século XIX/início do XX). In: *CIDADES PAULISTAS: ESTUDOS DE HISTÓRIA AMBIENTAL URBANA*. Org. JORGE, Janes. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2015. p. 169.

<sup>243</sup> SANT’ANNA. Op. cit. p. 133.

transitar a cavalo ou conduzir animais com carga por cima dos passeios da rua, impondo multa àqueles que desrespeitassem a regulamentação.

No mesmo sentido, proíbe-se também que se tivessem animais atados às portas, janelas e argolas, ou mesmo tê-los pelos cabrestos ou rédeas impedindo a passagem pelo passeio das ruas, conforme Art. 53 do Código de Posturas. Por fim, o Art. 57 do Código de Posturas proíbe que se alimentem animais nas ruas da cidade, sob pena de multa.

Assim, num primeiro momento vislumbra-se que as normativas citadas buscam tirar os animais de circulação, dando um aspecto mais higiênico e moderno para a cidade. A este respeito, no Art. 79 do Código de Posturas, proíbe-se a criação de gado em terrenos de plantação, bem como conserva-los soltos, salvo em pasto cercado e acautelado, de modo a não prejudicar a lavoura dos vizinhos. No mesmo sentido, o Art. 84 da mesma normativa proíbe a criação ou conservação de porcos dentro dos prédios da cidade e suas povoações por espaço maior de 24 horas, determinando-se que a Câmara será a responsável por designar quais os lugares próprios para a criação de chiqueiros de porcos.

Em um segundo momento, no entanto, passa-se a regular as formas como esses animais, particularmente os que se destinavam ao abate, deveriam ser tratados, interferindo diretamente nas atividades dos trabalhadores pobres. Como indica o Art. 133 do Código de Posturas, que é proibido fora do Matadouro público matar e esquartejar rezes, porcos, cabras e carneiros, sob pena de multa. E o Art. 143 determina a necessidade de se ter uma licença da Câmara para que haja o corte e a venda da carne, mas sempre em lugares onde a Câmara julgar conveniente e em que o Fiscal possa fiscalizar não só a limpeza e a salubridade dos talhos e da carne que se vendem como também a exatidão do preço.

Neste mesmo sentido, o Código Sanitário determina em seu Art. 335 a proibição de existência de cocheiras e estábulos, nos pontos da cidade e povoações em que a população for densa, determinando que estes devem sempre ficar isolados e afastados das habitações, conforme o Art. 337.

Em relação à caça e à pesca, que forneciam uma grande opção para a sobrevivência dos trabalhadores pobres, vislumbramos uma série de outras normativas,



algumas tratadas juntamente à regulamentação da caça, como a encontrada na Lei nº4 que “Prohíbe e restringe o exercício da Caça, Pesca e Navegação”<sup>244</sup>.

Em relação à caça, começou-se a cobrar uma licença para a prática no valor de 10\$000, que está na já citada Lei nº 4 de 1892:

Art. 4. Para o exercício da caça nos lugares públicos todo caçador tirará licença anualmente na Intendencia de Justiça e Policia, pagando o imposto de 10\$000; o infrator que for encontrado sem a respectiva licença pagará multa de 30\$000 e incorrerá na pena de dois dias de prisão.<sup>245</sup>

Em relação a esta licença, encontramos alguns Papeis Avulsos no Arquivo Municipal Washington Luis de homens que conseguiram a autorização para este ato.

Geralmente o pedido de licença para caçar, concedido apenas entre 10 de abril e nove de setembro, - observadas as leis da Câmara Municipal de números 68, 686 e 798<sup>246</sup> - era feito a mão, detalhando o nome, algumas vezes apenas o primeiro nome, o local para caça, que era geralmente no subúrbio da cidade e terrenos públicos. Esses pedidos eram apresentados de formas diferentes, mas tinham o mesmo objetivo, como José Burgundio e Vitor Giascossi “desejamos de gozar do divertimento da caça”<sup>247</sup>. Outro homem chamado Antonio Martim pede a licença para caçar por diversão nos arrabaldes”<sup>248</sup> e Umberto Bastiglia pede para “caçar por diversão”<sup>249</sup>.

Alguns exemplificam as armas que utilizarão, como o Coronel Pertica “com uma espingarda de calibre nº 20”<sup>250</sup>, outro “por meio deste venho pedir licença para caçar com um ‘Flober’ de calibre 9.”<sup>251</sup>.

Podemos perceber que, apesar das proibições, ainda existia a caça aceita pela cidade de São Paulo, aquela de quem poderia pagar e justificar o seu ato. Pelo valor anual e justificativas apresentadas, era a classe de trabalhadores pobres que era

---

<sup>244</sup> Leis e Resoluções da Câmara Municipal da Capital do Estado de S. Paulo, de 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893.

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> Aqui segue a ementa destas três leis:

Lei Nº 68 de 13 de novembro de 1893: Revoga a Lei Nº 4, de 10 de novembro de 1892 e regula o exercício da pesca, caça e navegação.

Lei Nº 686 de 17 de novembro de 1903: Proíbe a matança de pássaros canoros.

Lei Nº 798 de 4 de janeiro de 1905: Torna extensivas as disposições proibitivas do Art. 1 da Lei 68 de 1893 a toda caça de pena e pêlo.

Estas três leis estão disponíveis no Catálogo Legislativo Municipal. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 26/12/2018.

<sup>247</sup> Papeis Avulsos. Série 2 nº 0162. Licença para caçar. 10/04/1907 e 12/04/1907.

<sup>248</sup> Idem. 11/06/1906.

<sup>249</sup> Idem. 29/04/1908.

<sup>250</sup> Idem. 25/04/1908.

<sup>251</sup> Idem. 11/04/1908.

prejudicada. Assim, essas medidas normativas em relação à caça e à pesca, que era uma forma de os trabalhadores pobres se alimentarem, não prejudicava o lazer da elite.

Em 1912 tivemos uma nova lei no município que determinava que “era proibido matar animais insetívoros e os pássaros canoros; distrair-lhes os ninhos e os ovos”, porém “proprietários ou possuidores de terras” podiam “sem licença, caçar dentro delas, sujeitando-se, porém, às disposições e penas desta lei”. Já a caça nos lugares públicos ou naqueles em que houvesse “serviços municipais, só era permitida à distância de quinhentos metros dos povoados”<sup>252</sup>.

Especificamente à pesca e à venda de peixes, surgem outras normativas refletindo assim a desconfiança de que os comerciantes vendiam peixes estragados. Isto se constatou em 1880, e tendeu inclusive a mobilizar a ação policial<sup>253</sup>, que por vezes tomava a mercadoria dos pescadores e vendedores de peixes. Estes vendedores sofreram, ainda, com as novas regulamentações do governo ou com a organização do clube da caça e pesca<sup>254</sup>.

Assim, ao mesmo tempo em que a pesca se fazia presente naquela sociedade, também passam a se fazer presentes as tentativas de sua regulamentação, no Código de Posturas encontramos o *TITULO XVI – DA PESCA*, conforme se observa nos seus Arts. 179 e 189:

Art. 179. – É prohibido empregar-se na pesca qualquer substancia ou veneno que possa ser prejudicial à saude publica; sob pena de 30\$ de multa.

Art. 180. – Os pescadores que trouxerem ao mercado peixe damnificado, soffrerão a multa de 20\$ ou quatro dias de prisão, e na mesma multa incorrerão aquelles que em tavernas, ou em qualquer outra casa venderem peixe fresco ou salgado e mariscos naquellas condições. O peixe, desde que tiver principio de decomposição, sera retirado do logar da venda para ter o conveniente destino.<sup>255</sup>

Na prática, essas leis não eliminavam a morte dos animais, afinal eram vistas muitas vezes como “atividades empolgantes e legítimas para a maioria da população”, além de ser um meio de sobrevivência dos moradores mais pobres da cidade, e por último seria necessário um “batalhão de agentes fiscalizadores”<sup>256</sup> para inibir as práticas ilegais e fazer valer a lei.

---

<sup>252</sup> JORGE. Op. cit. p. 161.

<sup>253</sup> SANT'ANNA. Op. cit. p. 85.

<sup>254</sup> Idem. p. 87.

<sup>255</sup> Código de Posturas. Op. cit. p. 36 e 37.

<sup>256</sup> JORGE. Op. cit. p. 164.

No que diz respeito à atividade dos homens que vendiam frutas e legumes, fosse em tendas ou no comércio ambulante, determina o Art. 85 do Código de Posturas que é proibido expor à venda frutas verdes, mal sazoadas ou podres. Também, o Art. 151 determina a proibição de venda de verduras, legumes e frutas em tabuleiros ou vasilhas imundas, ou que estejam tais objetos em estado que possa prejudicar a saúde pública.

O Código Sanitário, por seu turno, no Art. 235, determinava que as municipalidades deveriam exercer a máxima fiscalização sobre a alimentação pública, enquanto o Art. 240, replicando o Art. 85 do Código de Posturas, determina que as frutas mal sazoadas, ou em decomposição, deverão ser consideradas prejudiciais e como tais condenadas e destruídas.

Em 1902 havia 61 quiosques na capital, dos quais 46 comercializavam gêneros alimentícios e 15 dedicavam-se à venda de bilhetes de loteria. A maioria destes quiosques concentrava-se na área central da cidade<sup>257</sup>.

Ao ler o Código de Posturas da Cidade de São Paulo de 1886 percebe-se, ainda, a preocupação com a qualidade e higiene do leite vendido em São Paulo. No próprio Código encontramos no *Título VII – DA HYGIENE E SALUBRIDADE PUBLICA*, o seguinte artigo:

Art. 91. – É prohibido vender-se leite de cabra ou de vacca que não seja tirado no mesmo dia, ou mistural-o com agua ou outra qualquer gomma com o fim de dar-lhe maior consistência e iludir os compradores. O infractor incorrerá na multa de 58.

§ ÚNICO. O leite será vendido em vasilhas de louça ou folha de Flandres, fechadas com cadeado, devendo as mesmas vasilhas ter uma torneira, pela qual seja tirado o leite. O mesmo infractor fica sujeito à mesma multa deste artigo.<sup>258</sup>

Com essa atitude podemos verificar o crescimento da fiscalização das vacas fornecedoras de leite para o consumo na cidade de São Paulo, conforme ilustra a tabela constante no relatório do prefeito de 1899, como já citado anteriormente.

O Código de Posturas trata ainda da regulamentação de atividades extrativistas, determinando em seu Art. 67 que ninguém poderá cortar lenha ou destruir as matas nos montes que rodeiam a cidade e povoações onde existiram mananciais de água de uso público, sob pena de multa ou 10 dias de prisão. Assim, cortar lenha e

---

<sup>257</sup> DOMENICIS. Op. cit. p. 48.

<sup>258</sup> Código de Posturas da Cidade de São Paulo, 1886. Op. cit. p. 20 e 21.

“destruir as matas nos montes que rodeiam a cidade e povoações” não eram ações permitidas pela lei e podiam resultar em graves punições<sup>259</sup>.

Por fim, em relação à atividade das lavadeiras, o Art. 379 do Código Sanitário disciplina que não deve ser permitida a lavagem de roupas no interior das habitações que não dispusessem de pátios apropriados para esse fim, determinando no artigo seguinte que as municipalidades deveriam providenciar o estabelecimento de lavanderias públicas.

Essas leis e normatizações atingiam diretamente a vida das pessoas que precisavam do contato com a natureza para manter o mínimo para sua subsistência. Isso faz com que se passe por um longo debate, afinal, o que queriam essas leis proibitivas? Era muito raro existir o discurso de preservação dos rios, matas e animais na época estudada, ou seja, o discurso de preservação da natureza.

Assim, “à medida que os boletins sanitários passaram a ser publicados em jornais, o despejo do lixo tendeu a acontecer em locais mais distantes da região habitada, e a criação de animais em quintais de terra e a presença de hortas e pomares nas casas da cidade passaram a demandar maior fiscalização.”<sup>260</sup>. Por outro lado, “as multas e a fiscalização confirmam o quanto as experiências desse tipo tendiam a ser consideradas tipicamente rurais, símbolo de uma vergonha intolerável, muito embora ainda pertencessem amplamente ao espaço urbano.”<sup>261</sup>.

A esse respeito Sant’Anna destaca os casos de multas aplicadas a proprietários de animais: “em 5 de janeiro de 1889, o fiscal Olegário Brasiliense multou em 5\$000 Luís Charque por conservar porcos vagando na rua do Comércio da Luz.”<sup>262</sup>.

Outras medidas, no entanto, não recaíam diretamente sobre uma atividade desempenhada pelas populações pobres, mas por dizerem respeito à localidade em que viviam, como as várzeas, o que também impactava diretamente em seus cotidianos.

A esse respeito, observou-se durante o governo de Washington Luís que ao debruçar-se sobre o incômodo problema das várzeas e atacar a sua suposta insalubridade e sujeira, tenta-se em um segundo momento igualar as pessoas que viviam nessa região

---

<sup>259</sup> *A crise da lenha*, em *Correio Paulistano*, de 26 de julho de 1891, p. 1. Apud SANT’ANNA. Op. cit.

<sup>260</sup> SANT’ANNA. Op. cit. p. 232.

<sup>261</sup> Idem.

<sup>262</sup> Idem. p. 233.

com o espaço que ocupavam<sup>263</sup>. Assim sendo, uma parcela da população era um dos alvos preferenciais da ação repressora. Afinal, esses moradores eram taxados como “insalubres e perigosos”, tal qual o local em que viviam, e dessa forma sofriam cotidianamente a ameaça de intervenções diretas por parte dos poderes públicos municipal.

Além do preconceito e da intolerância em relação à população pobre que vivia nas regiões de várzea, em grande medida a preocupação com essas áreas justificava-se devido ao alastramento de doenças existentes entre as décadas de 1880 e início de 1890, devido ao surto de varíola, peste, febre tifoide e febre amarela<sup>264</sup>.

Para muitos, uma forma de combater essas doenças era o saneamento de várzeas. Para o prefeito da cidade ou “doutor-prefeito” visava não só curar o doente, como dar-lhe nova vida; para isso era necessário fazer “desaparecer” a doença e seus transmissores: as moscas e as pessoas<sup>265</sup>.

No caso específico da várzea do Carmo, Campos lembra que em 1889 a prefeitura de São Paulo lança um concurso público para empresas interessadas em realizar o saneamento. E, mesmo sem conseguir identificar os verdadeiros motivos, a autora levanta duas hipóteses, “o estado sanitário em que se encontra a cidade, e segundo, a pressão de especuladores que gostariam de lucrar com a venda de terrenos na área da várzea.”<sup>266</sup>.

A várzea do Carmo, por exemplo, representava um duplo problema a ser resolvido pelas transformações urbanas: a insalubridade do terreno alagável, sendo necessário o aterramento e a canalização para minimizar o teor miasmático das águas paradas, e a eliminação das atividades indesejáveis praticadas às margens dos rios, tendo destaque, neste caso, o trabalho das lavadeiras. A lavagem de roupas feita por mulheres, em sua maioria negras e provenientes dos cortiços paulistanos, estava

---

<sup>263</sup> SANTOS. Op. cit. p. 88, 89, 91 e 92.

<sup>264</sup> TELAROLLI JUNIOR, 1994; RIBEIRO, 1994. A cidade salubre e bela: propostas e planos de saneamento para a capital paulista no século XIX. Apud CAMPOS in: *CIDADES PAULISTAS: ESTUDOS DE HISTÓRIA AMBIENTAL URBANA*. Org. JORGE, Janes. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2015. p. 26.

<sup>265</sup> SANTOS. Op. cit. p. 92.

<sup>266</sup> CAMPOS. Op. cit. p. 26 e 27.

relacionada às atitudes “insalubres e promíscuas” que deveriam desaparecer do cotidiano da cidade<sup>267</sup>.

O memorialista Afonso A. de Freitas, por exemplo, sublinhou que, na década de 1860, 80% da água coletada pelos moradores pobres da capital não vinha dos chafarizes e sim da coleta direta dos rios e da venda dessas águas feita pelos aguadeiros, que percorriam a cidade com uma carroça e uma ou duas pipas repletas de água proveniente, em geral, do Tamanduateí e do Lavapés<sup>268</sup>. Mas as propostas de realizar retificações, drenagens e canalizações se intensificaram com o começo da República. Desde então, houve, igualmente, o aumento de propostas para a construção de hidrelétricas e estações de tratamento da água. Estas intervenções contribuíram, cada qual ao seu modo, para inventar percursos fluviais inusitados, modificando profundamente os usos das águas e a paisagem urbana<sup>269</sup>.

Assim, aos poucos, com leis que iam proibindo a caça e a pesca e com o objetivo de ter uma cidade mais salubre e funcionando como um corpo, por suas vias, a cidade na qual os trabalhadores pobres buscavam sua sobrevivência na natureza foi desaparecendo.

---

<sup>267</sup> DOMENICIS. Op. cit. 59 e 60.

<sup>268</sup> FREITAS, Afonso A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1985. p. 33. Apud SANT’ANNA. Op. cit. p. 35.

<sup>269</sup> SANT’ANNA. Op. cit.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego ao final deste trabalho uma pessoa bem diferente da qual ingressou no mestrado há três anos. É um processo longo e muitas vezes duro e solitário, mas que desenvolve nossa maturidade intelectual e, por muitas vezes, rompem ideias iniciais do trabalho.

É impressionante como a pesquisa foi se transformando ao longo desse processo. E essa mudança se deu em dois pontos: na visão de como os grupos sociais lidavam com a natureza e na própria definição de natureza.

Na visão inicial, acreditava-se que grupos mais pobres preservavam a natureza para manter sua vida e a elite econômica e política buscava, através das leis, destruir a natureza em busca de um suposto “progresso”.

Chego ao final desse trabalho com algumas observações. A primeira delas é que os mais pobres não preservavam a natureza, mas tinham os seus motivos e todo um contexto para isso. Muitos personagens desse grupo buscavam recriar uma vida parecida com as que tinham em seus países de origem, no caso dos imigrantes, uma vida com muitas ligações com o meio rural. Para isso aproveitavam que a vida urbana ainda se confundia com a rural, que o perímetro central ainda era rodeado de chácaras, fazendas e áreas verdes. Além disso, a cidade de São Paulo possuía uma incapacidade estrutural para acomodar toda a população, sendo assim, muitos trabalhadores pobres precisavam explorar a natureza, produzindo lenha, caçando e pescando, vendiam os excedentes ou circulavam com produtos de diversas regiões para vender no centro, utilizando seus próprios animais para o transporte ou para vender o leite. Tudo isso para melhorar sua dieta e sua renda.

A elite, por sua vez, criava leis de proteção, mas não queria de fato proteger a natureza, mas sim controla-la e ter uma padronização, ou seja, este grupo precisava seguir determinados modelos de higiene, de moral e de segurança.

Por fim, com o desenvolvimento da pesquisa, fui entendendo os perigos que podemos passar ao romantizar a relação entre sociedade e natureza de outrora, a natureza sendo - animais, rios e áreas verdes. Ao montar o trabalho entendendo as

necessidades da população - que crescia de forma assustadora, da cidade, da falta de estrutura para a sobrevivência da população, da farta natureza disponível, fica claro hoje que a exploração da natureza era uma questão de sobrevivência para os mais pobres. Não podemos condena-los por esses atos e devemos tentar compreender a forma como se relacionavam com a natureza evitando anacronismos.

Assim, com este trabalho, espero ter contribuído com a História Ambiental e Social. A História Ambiental é um rico campo de pesquisa e que pode oferecer muito para o desenvolvimento do pensamento histórico.



## REFERÊNCIAS

### Bibliografia:

APROBATO FILHO, Nelson. **O couro e o aço sob a mira do moderno**: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia final do século XIX/início do XX. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2006.

ATIQUE, F.; SOUSA, Diógenes; GESSI, Hennan. Uma relação concreta: A prática do futebol em São Paulo e os Estádios do Parque Antarctica e do Pacaembu. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, p. 91-109, 2015.

BIONDI, Luigi. Na construção de uma biografia anarquista: os últimos anos de Gigi Damiani no Brasil. In: REIS, Daniel Aarão; DEMINICIS, Rafael Borges (Orgs). **História do anarquismo no Brasil**, vol. 1. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

BIROLI, Maria Izabel de Azevedo Marques. **Os filhos da República**. A criança pobre na cidade de São Paulo, 1900-1927. Dissertação de Mestrado em História, Departamento de História, PUC-SP. São Paulo, SP, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CAMPOS, Cristina. A promoção e a produção de redes de água e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 189-232, jul-dez 2005.

CERASOLI, Josianne Francia. **Modernização no plural**: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, SP, 2004.

COSTA, Emilia Viotti. **Estrutura versus experiência**: novas tendências do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. Rio de Janeiro: BIB, 1990.

\_\_\_\_\_. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. **Revista Anos 90**, v. 6, n. 10, 1998, UFRGS.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOMENICIS, Bianca Melzi de. **Os cortiços e o urbanismo sanitário de São Paulo no final do século XIX**. Dissertação de mestrado em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, SP, 2014.

FERRERAS, Norberto O. **O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)**. 1 Ed. Niterói: Eduff, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 36 Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GALLINI, Stefania. Historia, ambiente, politica: el camino de la historia ambiental en América Latina. **Nómadas**, n. 30, abr 2009, Universidad Central – Colombia.

JORGE, Janes. **Tietê o rio que a cidade perdeu**: o Tietê em São Paulo 1890-1940. São Paulo: Editora Alameda, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Cidades Paulistas**: estudos de história ambiental urbana. 1 Ed. São Paulo: Editora Alameda, 2015.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Saudades de São Paulo**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **A cidade e as áreas verdes**. Ilustração de Emília Fernandes Caldas Moroni. São Paulo: Secretária de Serviços e Obras da Prefeitura do Município, 1979.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). **História ambiental paulista**. Temas, fontes, métodos. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

MOURA, Soraya (Org.). **Memorial do Imigrante**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

NICOLINI, Henrique. **Tietê**: o rio do esporte. São Paulo: Phote Editora, 2001.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, SP, 1998.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência**. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Edusp, 1994.

PRIORI, Mary del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da Cidade Disciplinar. Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, Phelippe Arthur dos. **Construir, morar e viver para além do centro de São Paulo**: os setores médios entre a urbanização e as relações sociais do Brás (1870-1915). Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, SP, 2017.

RIBEIRO, W. C. Meio ambiente: o natural e o produzido. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, v. 5, 1991, p. 29-32.

ROCHA, Aristides Almeida. **Do lendário Anhembi ao poluído Tietê**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997. (Coleção Cidades Abertas)

SÁLVIO, Marco A. C. **A cidade e as máquinas**: bondes e automóveis nos primórdios da metrópole paulista (1900-1930). São Paulo: Annablume, 2010.

SANT'ANNA, Denize Bernizzi de. **Cidade das Águas**: uso de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza: 1890-1895. 4 Ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THOMAS, Keith. **O Homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500- 1800. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

### **Documentos Oficiais:**

Atas da Câmara Municipal de São Paulo – 1890 – 1910.

Código de Posturas da Cidade de São Paulo de 1886.

Papeis Avulsos: Alvarás de licenças: Caça.

Relatório de Prefeitos: 1899 – 1910.

**Fotografias:**

Acervo digital da Fundação Energia e Saneamento.

Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

**Memórias:**

AMERICANO, Jorge. **São Paulo naquele tempo (1895–1915)**. São Paulo: Editora Saraiva, 1957.

GATTAL, Zélia. **Anarquistas, graças a Deus**. 11 Ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910**: retrato de uma época. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003.

**Periódico:**

O Estado de São Paulo – de 1890 até 1910.